

DIEGO PACHECO

ECOS DA RESISTÊNCIA:  
Os Grupos dos Onze e os trabalhismos em Santa Catarina  
(1961 – 1964)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito final para a obtenção de título de mestre na área de História Cultural.  
Orientação: Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado.  
Coorientação: Prof.<sup>a</sup> Dra. Mariana Joffily.

Florianópolis, julho de 2012.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Pacheco, Diego

Ecos da Resistência [dissertação] : os grupos dos  
onze e os trabalhistas em Santa Catarina (1961-1964)/ Diego  
Pacheco; orientador, Paulo Pinheiro Machado; coorientadora,  
Mariana Joffily - Florianópolis, SC, 2012.  
193 p. ; 21cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa  
de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Golpe de 1964. 3. Trabalhismo. 4. Grupos  
dos Onze I. Paulo Pinheiro Machado; Mariana Joffily. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-  
Graduação em História. III.  
Título.

Diego Pacheco

**ECOS DA RESISTÊNCIA:**  
**Os Grupos dos Onze e os trabalhismos em Santa Catarina**  
**(1961 – 1964)**

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo  
Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina para  
a obtenção do título de Mestre em História Cultural.

Florianópolis, julho de 2012.

---

Prof. Dr. Eunice Sueli Nodari  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História

**Banca examinadora:**

---

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado  
Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Mariana Joffily  
Coorientadora  
Universidade do Estado de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Jorge Ferreira  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Fernando Ponte de Souza  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Alexandre Busko Valim  
Universidade Federal de Santa Catarina

Aos meus filhos Caio e João e à  
minha esposa Denise pelo  
companheirismo.  
À memória do meu avô Walteu  
Pacheco pela inspiração.



## AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas colaboraram para que este trabalho chegasse ao seu final. Neste momento, lembro com carinho e agradeço a todos.

Meu reconhecimento ao colega Luiz Alberto de Souza, pelo incentivo, amizade e críticas às quais me dedicou neste período.

Aos professores do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Destaco aqui o auxílio do Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado e as justas avaliações do Prof. Dr. Alexandre Busko Valim e Prof. Dr. Adriano Duarte. Gostaria de agradecer ainda as sugestões da Profa. Dra. Joana Maria Pedro e Profa. Dra. Cristina Wolf. Agradeço também as contribuições da Profa. Dra. Mariana Joffily do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

À minha mãe Ana Amélia Pacheco e meu pai Nilson Manoel Pacheco, pelo carinho e pelas oportunidades. Ao meu irmão Ramon Pacheco e minha irmã Miryan Cecília Pacheco, pelos momentos de alegria e discussão.

Ao Laboratório de História Oral do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina na pessoa da Prof. Dr. Liane Nagel.

Ao setor de obras raras da Biblioteca do Estado de Santa Catarina.

Ao Setor de Arquivo do Supremo Tribunal Militar, pela oportunidade de consulta.

À Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, especialmente ao conselheiro Dr. Prudente de Melo e à historiadora Andréa Valentim.



As ações [de abril] impediram que se desencadeasse em todo país ações de guerrilhas contando com os famigerados grupos dos onze do Sr. Brizola.  
*A Gazeta*, Florianópolis, 1964.

No curto prazo, a história pode ser feita pelos vencedores. No longo prazo, os ganhos em compreensão histórica têm advindo dos derrotados.  
REINHARD KOSELLECK, 1989.





## RESUMO

O objetivo desta dissertação é compreender como os grupos dos onze, ou comandos nacionalistas, se formaram e atuaram em Santa Catarina nos anos de 1963 e 1964. Será avaliada a conjuntura política e social dos anos 1960, especialmente em Santa Catarina, relacionando os grupos em questão com os grandes temas internacionais do período. Busca-se, também, um maior entendimento acerca do alcance das ideias trabalhistas entre os trabalhadores brasileiros, buscando compreender como se deu o desenvolvimento, no seio desse segmento da população, do getulismo, e daquilo que identifiquei, aqui, como um novo tipo de trabalhismo ou, talvez, uma atualização dessa cultura política. Para isso, utilizando o arquivo do Supremo Tribunal Militar, os recentes processos da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e depoimentos, procuro perceber a relação desses atores com setores de posições políticas diferentes, como a imprensa, a Igreja e algumas facções político-partidárias, e suas afinidades e aproximações com os outros segmentos da esquerda. Serão avaliados também os projetos políticos que estavam no horizonte desses trabalhadores, identificando, assim, o papel que o movimento desempenhou no período que antecedeu o Golpe Civil-Militar de 1964.

Palavras-chave: Grupos dos Onze – nacionalismo – trabalhismo – Golpe de 1964.



## **ABSTRACT**

The objective of this dissertation is to understand how the Groups of Eleven, or nationalist commands, were established and how they operated in Santa Catarina in the years 1963 and 1964. The social and political context of the 1960 decade will be evaluated, particularly in Santa Catarina, correlating the afore mentioned groups to contemporary international issues. Also included in the goal is a further understanding about the reach of the labourist ideas among workers, the formation of the getulism inside this particular group of the population and what will be identified as a new labourism, or an update of this political culture. To this end, based on files from the Supreme Military Court, the recent proceedings of the Amnesty Commission of the Ministry of Justice and firsthand testimonies, an effort is made to discern how this group correlate to different political positions, like the press, the church and some political factions, and also its affinities with other leftists groups. The political plans to which these workers aligned themselves will also be evaluated, thus identifying which role the movement played in the period preceding the Coup of 1964.

Key-works: Eleven Group - nacionalism - labourism - '64 Civil-Military Coup



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Percentual de ocupação da Câmara dos Deputados .....	61
Tabela 2 – Percentual de votos obtidos pelos partidos para a Assembléia .....	63



## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Capa de Panfleto após o Comício da Central do Brasil ...	104
Figura 2 - Leonel Brizola durante sua passagem por Florianópolis no início de 1964 .....	111
Figura 3 - Mapa de Santa Catarina com os locais onde Grupos dos Onze foram localizados .....	122
Figura 4 - Ata para formação dos Grupos dos Onze .....	124
Figura 5 - "Padre Alípio em Florianópolis" .....	158





## LISTA DE SIGLAS

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência  
ACO – Ação Católica Operária  
BNM – Brasil Nunca Mais  
CDR – Comitês de Defesa da Revolução  
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores  
CN – Comandos Nacionalistas  
DCT – Departamento de Correios e Telégrafos  
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda  
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social  
EUA – Estados Unidos da América  
FMP – Frente de Mobilização Popular  
FPN – Frente Parlamentar Nacionalista  
G11 – Grupo dos Onze  
IAPÍ - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários  
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática  
IBESP – Instituto Brasileiro de Estudos em Sociologia e Política  
IGRA – Instituto Gaúcho de Reforma Agrária  
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais  
IPM – Inquérito Policial Militar  
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros  
JOC – Juventude Operária Católica  
MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra  
MRT – Movimento Revolucionário Trabalhista  
OEA – Organização dos Estados Americanos  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PDC – Partido Democrático Cristão  
PDT – Partido Democrático Trabalhista  
PRP – Partido da Representação Popular  
PSD – Partido Social Democrático  
PSP – Partido Social Progressista  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
SINTRATIFE – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Têxtil  
SNI – Serviço Nacional de Informações  
STM – Superior Tribunal Militar  
UCE – União Catarinense dos Estudantes  
UCES – União Catarinense dos Estudantes Secundaristas  
UDN – União Democrática Nacional

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNE – União Nacional dos Estudantes

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNE – União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	21
1 – AGOSTOS E CONTRAGOSTOS: 1961 e os trabalhistas catarinenses no contexto da Guerra Fria .....	39
1.1 – A Geração Impedida .....	40
1.2 – O Caudilho Importado .....	52
1.3 – A “onda” gaúcha .....	63
2 – IDEIAS EM PANFLETO: O projeto nacional-reformista nas paginas do jornal Panfleto .....	81
2.1 – A política em mutação .....	88
2.2 – Panfleto: o jornal do homem de rua .....	82
2.3 – A Nação trabalhista .....	92
2.4 – Aproximações e afastamentos .....	99
2.5 – O Desfecho .....	108
3 – RADICALISMO, REFORMISMO E RESISTÊNCIAS: Os Grupos dos Onze em Santa Catarina .....	115
3.1 – Povo desorganizado é povo submetido .....	118
3.2 – Os Times do Povo .....	122
3.3 – Entre resistências e sublevações .....	143
3.4 – Ecos nacionalistas e metamorfoses da resistência .....	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	171
FONTES .....	175
BIBLIOGRAFIA .....	177
ANEXO .....	183

## INTRODUÇÃO: Entre os retalhos da História

*Comunista, caudilhista, nacionalista, esquerdista.* Uma confusão de adjetivos tentava mapear as opções políticas do Velho Pacheco durante o período da minha formação escolar. Imprecisas, essas alcunhas buscavam dar valor e sentido à lembrança do seu passado e à sua retórica inflamada quando, na mesa, durante os almoços dominicais, temas como política e economia vinham à baila.

Walteu Pacheco, ou “Vô” Pacheco, no início da década de 1960, trabalhava como jornalista no bairro do Estreito, em Florianópolis, próximo ao 14º Batalhão de Caçadores, atual 63º Batalhão de Infantaria. Lá ele mantinha alguns dos seus círculos de amizade e também vivenciava muitos dos seus “arranca-rabos” sobre os possíveis rumos do Brasil naquele momento.

Em 1989, na primeira campanha presidencial após os vinte e um anos de Ditadura, lá estava o velho, entusiasmado com a possibilidade de ver o seu projeto de país em debate e, talvez, em andamento. A retórica do jornalista contagiava toda a família. Seu neto chegou a representar o próprio Leonel Brizola em uma simulação eleitoral realizada em um evento escolar. A febre brizolista, aparentemente, voltava à tona.

Durante toda a minha infância ouvi, por diversas vezes, que o velho jornalista do Estreito havia participado, antes de 1964, de um “movimento subversivo” que apoiou o político Brizola em suas “pregações nacionalistas e reformistas”. Nunca compreendi tal atuação. Nas lembranças da família os parentes falavam em “árvores de mobilização”, “Grupo de Onze” (às vezes era quinze), sempre com a negativa sistemática de Vô Pacheco, que rechaçava a sua participação. Diziam que, após o Golpe, o velho havia “catado matinho”, numa expressão que significava uma fuga e aludia ao desespero passado pelo meu avô após ser publicamente acusado de subversivo e a possibilidade de ser perseguidos pelas suas convicções.

Em meados da década de 1990 o velho jornalista se foi. As ações dele nos movimentos que precederam o Golpe nunca puderam ser ratificadas. Porém permaneceu a minha imprecisão sobre esses boatos, em especial sobre as tais “árvores” que supostamente “propagariam a mobilização popular através de seus ramos”. O que, afinal, seriam os tais “Grupos de Onze” que tanto povoavam as histórias em torno do velho Pacheco?

Desde o final da graduação insisto em responder tal pergunta. São relativamente escassas as pesquisas acadêmicas que têm como objeto central

os Grupos dos Onze. Entre trabalhos de conclusão de curso, especializações, dissertações e teses, encontrei dez pesquisas no Rio Grande do Sul, duas em Minas Gerais, uma no Paraná e uma em Santa Catarina. Considerando as possibilidades de falhas ao longo de tal levantamento, pode-se entrever as dificuldades que o pesquisador interessado no tema encontrará para levar a sua investigação adiante devido a escassez bibliográfica. O curto período de existência dos grupos e os pouquíssimos registros deixados pelos participantes do movimento conduzem a maioria dos estudiosos à desistência da empreitada. Não foi esse, contudo, o meu caso.

Inicialmente, com um planejamento concreto e objetivo, minha tarefa parecia simples. Essa imprecisão, porém, não durou. Já no início da pesquisa, constatamos a dificuldade em utilizar as mais diversas fontes. Elas estavam lá, mas para acessá-las teríamos muitos problemas. Por exemplo, apesar de podermos encontrar parte dos arquivos referentes ao início da repressão militar de Santa Catarina em Curitiba, descobriu-se que a maioria dos documentos está desaparecida. Já com as fontes orais tivemos ainda mais dificuldades. Vários dos possíveis depoentes, quando encontrados, se recusavam a falar sobre as suas experiências, demonstrando traumas e angustias sobre os momentos vividos após o início da repressão. Não foram poucos os contatos que traziam como resposta o silêncio ou as lágrimas. O silêncio como uma estratégia de esquecimento e o choro como desembocar de tormentas experimentadas em um passado não tão distante.

Ainda assim tivemos a oportunidade de produzir diversos relatos. Viajando por Santa Catarina conhecemos múltiplos atores dos grupos e somente através dessas conversas pudemos elevar nossa pesquisa ao patamar desejado. Porém, além das fontes orais, utilizamos um conjunto de novas fontes novas para nossa pesquisa: os processos gerados pelas vítimas da repressão militar, os documentos da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

Após meses de conversas com membros do Ministério tivemos a autorização para ir à Brasília e consultar cerca de quarenta processos vinculados aos participantes de Grupos dos Onze catarinenses. Além de possibilitar uma maior compreensão acerca dessas pessoas, esses documentos ainda propiciaram o acesso a documentos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e dos setores de inteligência dos governos militares (Serviço Nacional de Inteligência, o SNI e a Agência Brasileira de Inteligência, ABIN), e os Inquéritos Policiais Militares (IPM) gerados no período imediatamente posterior as prisões dos envolvidos.

Através dos IPM pudemos solicitar ao Superior Tribunal Militar (STM) todos os onze processos que estão relacionados aos integrantes que havíamos levantado em Santa Catarina. Dessa forma, após liberação direta do Almirante de Esquadra Álvaro Luiz Pinto, Ministro presidente do STM, voltamos a Brasília para avaliar um conjunto processual, entre IPM's, recursos e apelações que abrangiam diversos integrantes de Grupos dos Onze atuantes no Estado, totalizando quinze processos.

Vemos, por isso, por que pesquisas como está, devem, necessariamente, discutir a política de memória histórica no Brasil. O tipo de acesso ao corpus documental (oriunda da Comissão de Anistia e de órgãos de repressão) me faz pensar sobre como ainda tal política é um campo em disputa. As dificuldades de acesso demonstram o silenciamento de diversas instituições em relação ao período de violências que iniciou-se em 1964. Esse silêncio não é só perigoso por impedir a sobrevivência de uma ou outra posição política, mas, principalmente, por criar um “obstáculo para a própria sociedade, se no seu conceito se requeira a crítica como fundamento”.<sup>1</sup>

Além desses, outros dois acervos foram de suma importância: os periódicos disponíveis no Setor Santa Catarina da Biblioteca Pública do Estado e o Arquivo Público do Estado no Paraná. O primeiro foi essencial para a análise do posicionamento político da elite catarinense no período que antecedeu o golpe, mas também se mostrou útil para avaliar o clima das cidades e as repercussões políticas em relação aos mais diferentes eventos. Da mesma forma foi utilizado o Arquivo Público do Paraná. Lá foi possível encontrar diversos documentos relativos aos Grupos dos Onze catarinenses, tanto na imprensa quanto em cartas e outros tipos de informativos referentes aos grupos.

Até a década de 1970 a literatura tentava compreender o Golpe de 1964 basicamente através das chaves políticas e econômicas feitas, em geral, por cientistas políticos e jornalistas. Nesse contexto, o historiador estadunidense Thomas Skidmore, publicado originalmente em 1966<sup>2</sup>, era uma exceção. Sua obra compreende o golpe, basicamente, como uma ação militar, facilitada pela fraqueza organizativa dos setores civis.

Ainda nesse primeiro momento explicativo chamava à atenção o uso frequente da categoria de populismo, suposto padrão político que teria

---

<sup>1</sup> SOUSA, Fernando Ponte de. **Política de memória histórica**: um estudo de sociologia histórica comparada. Florianópolis, 2011, p. 15.

<sup>2</sup> SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro: Saga, 1969.

entrado em decadência na conjuntura pré-1964. Como exemplo de uma das mais notáveis articulações dessa ideia como chave explicativa para entender o Golpe, podemos lembrar a obra *O Colapso do Populismo no Brasil*, do sociólogo brasileiro Octavio Ianni, publicado em 1968.<sup>3</sup>

O populismo como explicação para fenômenos políticos latino-americanos surgiu na década de 1950 com a “teoria de modernização” que tem como seu principal teórico Gino Germani (1911/1979).<sup>4</sup> Segundo a sociologia da modernização o populismo seria um fenômeno político basicamente urbano. Um momento de transição de uma sociedade tradicional rural para uma sociedade moderna e industrial. Politicamente o populismo seria uma etapa do desenvolvimento das sociedades latino-americanas que, como não conseguiram consolidar uma organização e um pensamento político próprio, precisavam de uma organização política e social acima das classes. Assim, a ideologia de classes deveria substituir a ideologia populista quando esses países alcançassem um elevado grau de desenvolvimento capitalista.<sup>5</sup>

Nesse sentido, seguindo essa corrente, a categoria se encaixaria no “fazer político” de vários países do continente latino-americano. Como, por exemplo, os casos da Argentina e do México. Nesses países a categoria “populismo” foi aplicada sistematicamente para explicar os fenômenos políticos que surgiram entre as décadas de 1930 e 1940. Os modelos políticos que verificamos na Argentina de Juan Domingos Perón, e no México de Lázaro Cárdenas Del Rio, logicamente, possuem semelhanças. Mas devemos atentar que esses são modelos distintos. O México viveu, diferentemente da Argentina, a experiência de um conflito armado que antecedeu o governo de Cárdenas. Entre 1910 e 1917, os mexicanos conviveram com um violento conflito civil que derrubou o governo de Porfírio Dias e culminou com a promulgação de uma nova constituição. Já na Argentina o contexto era definitivamente outro. Após a crise de 1929 a produção industrial subiu consideravelmente. Com ela houve uma melhora significativa no nível de vida dos setores populares. Nesse sentido, a adesão

---

<sup>3</sup> IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

<sup>4</sup> Gino Germani foi um sociólogo italiano que após a emersão do fascismo em seu país natal fixa residência na Argentina. Sua sociologia da modernização é estudada a partir do peronismo.

<sup>5</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. Populismo latino-americano em discussão. In: FERREIRA, Jorge (org). **Populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 136.



dos trabalhadores ao peronismo se explicaria a partir dos benefícios materiais.<sup>6</sup>

Inicialmente o populismo é aplicado para a compreensão de um fenômeno político específico brasileiro, mais especificamente, a ascensão do político paulista Ademar de Barros (1901/1969). O populismo brasileiro, segundo os intelectuais do Instituto Brasileiro Estudos em Sociologia e Política (IBESP)<sup>7</sup>, seria caracterizado por uma política de massas. Seria um fenômeno ligado à proletarianização dos trabalhadores na complexa sociedade moderna. “As massas, interpeladas pelo populismo, são originárias do proletariado, mas dele se distinguem por sua inconsciência das relações de espoliação sob as quais vivem”<sup>8</sup>.

Dessa forma, diversos contextos dentro da história brasileira foram explicados como populismo. Ademarismo, janismo e getulismo foram classificados como formas políticas meramente populistas. A fórmula era simples: um proletariado inconsciente e um líder carismático que rege a situação social através da mediação entre as classes.

No Brasil, um período em especial é analisado sob essa perspectiva: o período que compreende o fim do Estado Novo, em 1945, e o Golpe Civil-Militar de 1964. Esse período de dezenove anos foi denominado por parte da historiografia como “República Populista”. O professor Daniel Aarão Reis Filho tem uma interpretação especial sobre a formulação dessa ideia. Para ele, a tradição trabalhista, formada desde a década de 1930, incomodava muito o governo golpista a partir de 1964.<sup>9</sup>

Com isso, além da caça aos representantes supostamente demagógicos que inflavam as classes subalternas, foi necessária a revogação dos preceitos e das práticas dessa “democracia populista”. Na já comentada obra de Octavio Ianni, o autor advoga que, em nome de uma industrialização nacionalista, o populismo resumiria um grande pacto social, um grande “conciliação”. Proletariado, classe média e burguesia industrial,

---

<sup>6</sup> Ibidem, p.146.

<sup>7</sup> O Instituto Brasileiro Estudos em Sociologia e Política editava a revista Cadernos de Nosso Tempo e mais tarde deu origem ao ISEB, Instituto Brasileiro de Estudos Brasileiros.

<sup>8</sup> GOMES, Angela de Castro. O Populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org). **Populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 25.

<sup>9</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org). Op. Cit. p.346.

todos juntos formando um grande bloco político em prol da industrialização e do desenvolvimento nacionalista.<sup>10</sup>

O populismo seria a grande mazela das esquerdas. Na visão de Ianni a cultura política das esquerdas teria sido atraída pela cultura política da democracia populista. Assim, o golpe militar só teria sido possível devido ao despreparo das esquerdas iludidas como populismo. Na obra *O populismo na política brasileira*, Francisco Weffort dotou o conceito de um caráter de manipulação estatal. Para ele, o populismo seria o resultado de um longo período de transformação da sociedade brasileira e manifestava-se como estilo de governo e política de massas através de repressão estatal, manipulação política e satisfação de algumas demandas dos assalariados.<sup>11</sup>

Desse modo, a categoria populismo novamente suplantou outros conceitos que explicariam de maneira mais exata e específica muitos de nossos contextos históricos. A partir desses estudos e dessas obras, o populismo passou a figurar no imaginário político nacional como uma forma de fazer política em que o uso da mentira e da falsidade era necessário. Populismo tinha como característica principal a demagogia. Os populistas seriam aqueles que manipulavam os anseios populares em busca do poder.

Finalmente, ainda que na historiografia o termo tenha sido reformulado e aplicado em contextos específicos, como por exemplo, no excelente artigo dos professores Adriano Duarte e Paulo Fontes<sup>12</sup>, a categoria de populismo foge dos alcances acadêmicos e se aloja no interior das disputas político partidárias. Dentro desses embates, populismo seria sempre o método do outro. Acusar o oponente de populista é chamá-lo de mentiroso, de demagogo. É assim que vemos o termo sendo utilizado indiscriminadamente na mídia e nos embates eleitorais contemporâneos.

Não acredito que o termo possa ser reciclado pela academia. Além de uma categoria extremamente genérica, que serve para interpretar os mais diversos contextos e os mais diversos personagens políticos, o “populismo acadêmico” (vamos chamar assim a categoria desenvolvida na década de 1950 por sociólogos latino-americanos) desconsidera a participação das ditas “massas”. A noção de populismo me parece incompatível com a noção

---

<sup>10</sup> IANNI, Otavio. Op. Cit., p. 56.

<sup>11</sup> WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1980, p. 73.

<sup>12</sup> DUARTE, Adriano e FONTES, Paulo; “O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953)”. **Cadernos AEL** – Dossiê Populismo e trabalhismo, v.11, n.20/21, 2004.

de que os homens e mulheres têm interesses em comum e que esses interesses são sempre levados à relações com os interesses do Estado. Assim, não utilizarei esta noção nesta pesquisa por considerá-la insuficiente, repleta de mitificação e pouco útil do ponto de vista epistemológico.

Voltando as discussões acerca do Golpe. No início da década de 1980 surgiu uma importante obra sobre o Golpe Civil-Militar de 1964: o estudo do cientista político uruguaio René Dreifuss, 1964: *A Conquista do Estado*. Nele o autor demonstra, de forma eficiente e detalhada, a participação dos setores civis na conspiração que teve como ápice o rompimento com a Carta de 1946.<sup>13</sup> Partindo de uma análise gramsciana, Dreifuss nos apresenta a atuação dos empresários, principalmente através do complexo IPES/IBAD<sup>14</sup>, no centro da conspiração que derrubou o governo Goulart. Outro estudo desta década que deve ser citado é *Combate nas trevas* de Jacob Gorender. Nele, Gorender afirma que o Brasil passava por uma forte crise cíclica do capitalismo e que o que vimos em abril de 1964 foi um contragolpe direcionado aos setores da esquerda que exigiam as reformas de base com o apoio do governo central.<sup>15</sup>

Já na década de 1990, Gláucio Ary Soares se destacou ao salientar a importância dos militares no processo golpista. Gláucio ataca principalmente as análises excessivamente economicistas que advinham de um marxismo que tentava compreender o golpe de forma estrutural e sistêmica. Seu trabalho tem como base empírica diversas entrevistas feitas com militares que tiveram participação essencial no período. Nessas entrevistas ficava evidente a força do anticomunismo nos setores militares e o desconforto da caserna com a quebra de hierarquia e disciplina dentro das forças armadas. Outra pesquisa deste momento que merece nossa atenção é o de Argelina Figueiredo que assim como Soares, discorda da análise de Dreifuss indicando que havia possibilidade real de uma reforma moderada e

---

<sup>13</sup> DREIFUSS, René Armand. **1964, a conquista do estado**: ação política, poder e golpe de classe. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

<sup>14</sup> O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática foram órgãos criados no Brasil com o intuito de fazer ferrenha oposição ao governo João Goulart, restringir a organização das classes trabalhadoras e consolidar o crescimento econômico em um modelo de capitalismo multinacional. Funcionando, segundo Dreifuss, como o “verdadeiro partido da burguesia”, o complexo financiava propagandas anticomunistas e oposicionistas, além de ajudar financeiramente candidatos alinhados com seus objetivos.

<sup>15</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo, Ática, 1987.

que os atores sociais escolheram um caminho radical, maximizando os seus projetos.<sup>16</sup> Assim, seria a radicalização da esquerda que permitiu a ação extremada da direita. Em outras palavras, a posição de exigência de reformas por parte de setores da esquerda enfraqueceu o governo Goulart e propiciou a ação da burguesia nacional. Mais do que isso, a radicalização desses setores provocou o “alarmismo vermelho” nas classes médias e em setores da Igreja, legitimando uma ação enérgica das Forças Armadas. Segundo Jorge Ferreira, o mesmo desprezo que a direita sentia pela democracia política era percebido nas esquerdas:

Receosos de perderem seus privilégios, setores conservadores das elites políticas e empresariais, por meio de um golpe militar, atentaram e desmantelaram as instituições democráticas. No entanto, muito embora por motivos diversos, as esquerdas também não valorizaram o regime instituído pela Carta de 1946. A democracia era repleta de “formalismos jurídicos” e, em razão de um Congresso “conservador” e de uma Constituição “ultrapassada”, as reformas de base eram bloqueadas. Assim, para implementar as mudanças econômicas e sociais, era necessário “superar” os limites impostos pelas instituições liberais-democráticas em vigor no país, sobretudo os dispositivos legais que impediam a realização das reformas, sobretudo a agrária.<sup>17</sup>

Já o jornalista Elio Gaspari, radicaliza as teses de Ferreira e afirma que havia dois golpes em andamento. A grande questão era quem daria o golpe primeiro, apenas confirmando a direção clara que esse tipo de explicação certamente tomaria.<sup>18</sup>

Outros autores como Caio Navarro Toledo e Marcelo Ridente vêm nesse tipo de explicação um arriscado “revisionismo” e uma perigosa armadilha para pesquisadores:

---

<sup>16</sup> FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou Reformas?** Alternativas democráticas à crise política – 1961-1964. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

<sup>17</sup> FERREIRA, Jorge. **A estratégia do confronto:** a frente de mobilização popular. Rev. Bras. Hist., 2004, vol.24, no.47, p.209.

<sup>18</sup> GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada.** São Paulo: Cia. das Letras, 2002, p. 51.

A afirmação de *golpismo* das esquerdas tem efeitos ideológicos precisos; de imediato, ajuda a reforçar as versões difundidas pelos apologetas do golpe político-militar de 1964. Mais do que isso: contribui para legitimar a ação golpista vitoriosa ou, na melhor das hipóteses, atenua as responsabilidades dos militares e da direita civil pela supressão da democracia política em 1964. A direita golpista não pode senão aplaudir esta ‘revisão’ historiográfica proposta por alguns intelectuais progressistas e de esquerda.<sup>19</sup>

Basicamente, a partir dos anos 2000, as questões referentes ao conturbado período de governo de Jango passaram, devido às fontes utilizadas e as questões abordadas, a ter análises biográficas e discussões sobre a memória do período. Como exemplo, temos a obra organizada por Marieta de Moraes Ferreira, *João Goulart: entre a memória e a história*. Dentre os assuntos discutidos no livro, vemos a Universidade de Brasília, a memória do governo, a ótica anticomunista e sua relação com Goulart, à política econômica do governo Jango, a aceleração da luta pela terra na década de 1960 e a passagem de Jango como ministro do trabalho de Vargas.

Observamos que alguns assuntos ainda necessitam de maior atenção por parte dos especialistas. Um deles é a análise dos grupos que apoiaram as diversas vertentes dessa “luta por reformas”. No entanto, para desenvolvermos uma reflexão objetiva sobre essa questão, uma armadilha na qual não podemos cair é a avaliação dos grupos de esquerda como um bloco único e ideologicamente homogêneo. Nesse período em especial as esquerdas brasileiras demonstravam uma grande heterogeneidade. Grupos como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Ligas Camponesas de Francisco Julião, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a própria ala “à esquerda” do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) formam um abundante caldeirão de ideais e projetos políticos que acabaram vindo no governo João Goulart uma real possibilidade de levar a cabo o projeto de reformas proposto por todas as facções.

Leonel Brizola, deputado gaúcho, ex-governador do Rio Grande do Sul, representou em seus discursos parte dessas ideias e projetos políticos.

---

<sup>19</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, Rio de Janeiro, n.19, p.44-45, 2004.

Nesse período fundou, no ano de 1963, a Frente de Mobilização Popular (FMP), grupo político que englobou vários grupos de esquerda supracitados. Através da FMP as esquerdas tentaram, de forma única, uma maneira de pressionar o governo por reformas.

Com a intensificação do debate e da luta extra-parlamentar surgiu, gestado pela Frente de Mobilização Popular, os “Grupos dos Onze” ou “Comandos Nacionalistas”. A ideia é que o povo se reunisse em grupos de onze pessoas, como um time de futebol. Ao entrarem na organização os participantes assinavam uma ata em que se comprometeriam com a “defesa das conquistas democráticas de nosso povo, realização imediata das reformas de base (principalmente a agrária) e a libertação de nossa pátria da espoliação internacional, conforme a denúncia que está na carta-testamento de Getúlio Vargas”.<sup>20</sup>

É exatamente nas atuações desses grupos no Estado de Santa Catarina que o presente trabalho pretende se aprofundar. Esta pesquisa possui o intuito de compreender o alcance do projeto trabalhista em grupos populares com pouca participação política institucional, mas que no período em questão estiveram empenhados num projeto de sociedade que “valorizasse as aspirações de todos aqueles que dependem do trabalho para viver”.<sup>21</sup>

Para endossar essa discussão e para compreender como grupos de pouca expressão político-intelectual participaram do processo, nos inspiraremos na obra do historiador inglês E.P. Thompson. Essa escolha teórico-metodológica por sua vez, se justifica por considerarmos que muitas das suas categorias se ajustam às questões abordadas ao longo da nossa reflexão. Sua lógica histórica, em especial, é aqui utilizada como ferramenta de compreensão de processos históricos e para análise de ações de grupos humanos que atuam na sociedade através de um entendimento próprio de mundo.

A lógica histórica thompsoniana leva em consideração alguns aspectos que julgamos importantes no ofício historiográfico. Entre eles, o de que o conhecimento histórico compreende e analisa evidências dotadas de existência real e que este conhecimento produzido é seletivo, provisório e

---

<sup>20</sup> FERREIRA, Jorge. Op. Cit. p. 199.

<sup>21</sup> BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 189.

limitado à pergunta feita pelo historiador, não sendo nem por isso inverídico.<sup>22</sup>

Levantamos esses problemas e pressupostos teóricos para qualificar o nosso trabalho com as fontes, em especial os relatos orais. Devido à escolha temática, a problemática e ao corte temporal para essa pesquisa tornou-se necessária a coleta de diversos depoimentos pelo Estado. Assim, investigando o atual domicílio de alguns integrantes já listados foi possível a efetivação de quatro entrevistas novas e a utilização de outros seis relatos arquivados no Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina e em alguns acervos particulares. Assim, faz-se necessário um diálogo com a História Oral.

A História Oral pode ser definida como um método que produz um tipo específico de fonte : o depoimento, coletado através de uma entrevista. Esse método se caracteriza, de forma esquemática, em três dimensões básicas que aqui chamaremos de *Dimensões Relacionais*: a relação do entrevistado com seu passado, a relação entre entrevistador e passado e, finalmente, a entrevista. Para compreendermos essas dimensões relacionais, precisamos discutir um componente fundamental em todas elas: a memória.

A discussão sobre o caráter da memória é fundamental para este trabalho. Poderíamos descrever a memória como um resumo entre o cotidiano e a experiência vivida. Ou seja, só há memória quando há ação do sujeito na realidade. Essa ação não se limita ao passado, há uma íntima relação entre o processo de rememorar e as ações do presente. Por isso o papel central da memória na construção e reconstrução da identidade.

Devemos sempre estar cientes que a memória tem um caráter de definição de coerências que é fundamental nos processos de formação de identidades. É através desses conjuntos de recordações que alguns elementos são retomados e outros são eliminados. Esses processos têm como eixo a justificação das ações ao ponto de ligar presente e passado como lógica de legitimação de projetos futuros. Tedesco lembra que a memória tem por característica fundamental a dinâmica: tem funções de conservar, de recriar, de transformar e de apagar. Não é a memória que origina a identidade e sim a identidade que determina o conjunto de lembranças.<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> THOMPSON, E P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser; tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 48 – 51.

<sup>23</sup> TEDESCO, João Carlos. **Nas Cercanias da Memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo: UFP; Caxias do Sul: EducS, 2004, p. 94.

Dito isso, parece-nos pertinente fazer aqui também uma discussão que coloque a noção de tempo imbricada à de memória. No processo de rememorar há uma concentração em momentos repletos de significados. Assim, há tempos vazios, momentos que a lembrança não retoma. A memória tem uma temporalidade especial. Nessa temporalidade existem somente as lembranças que carregam significação de vida, toda uma vivência cotidiana é suprimida juntamente com momentos que estariam vazios de significados emotivos. É a experiência do tempo que dá temporalidade aos eventos e aos fatos.<sup>24</sup>

Sabemos que, sistematicamente, as lembranças individuais são retomadas através de resignificações e reconstruções. Nossas referências memorialísticas em relação ao passado são repletas de imagens que são formadas através de idéias e desejos que temos no presente. Assim, o que lembramos não é necessariamente o que aconteceu, mas o que lembramos do passado através do que somos no presente. “A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual.”<sup>25</sup> Essas identidades, essas lembranças com tendências à coerência, sofrem influências do “eu hoje”, ou seja, da situação atual do entrevistado. O conjunto de lembranças será fortemente influenciado pela experiência acumulada pela pessoa até a entrevista, ou até o momento da lembrança.

Ainda assim, como bem lembra o sociólogo Fernando Ponte de Sousa, principalmente quando pensamos no violento período estudado, “os testemunhos das histórias de vida, mais do que o testemunho sobre um fato específico, são significativos porque reveladores de traumas e mesmo causas muitas vezes escondidas, mas não superadas”.<sup>26</sup>

Devemos lembrar que algumas lembranças são apagadas durante o processo de construção da memória. O esquecimento, ou mesmo o silêncio, podem, no entanto, dizer muito mais do que as palavras.

O silêncio durante as entrevistas pode conter apelos, exaltações de ações em positivo ou negativo, ressentimentos, dentre outros aspectos, um desejo de uma nova maneira de escutar, ou melhor, de se fazer escutar. O silêncio revela a forma fragmentada e

---

<sup>24</sup> Ibidem, p.157.

<sup>25</sup> BOSI, Eclea. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994, p. 55..

<sup>26</sup> SOUSA, Fernando Ponte de. Op. Cit, p. 26.



esfacelada da memória, seus traços e destroços, “os limites do dizível”, tanto no horizonte do vivido quanto no campo analítico, no caso da historiografia, da memória política e “contornada” pela esfera pública, sobretudo quando envolve sentimento de culpa.<sup>27</sup>

Dessa forma, o silêncio pode, por ocultá-los, revelar angústias, medos, sofrimentos, revoltas e arrependimentos. Com do silêncio podemos ficamos impedidos de reviver, é por meio do ato de silenciar que evitamos que o indesejável retorne.

O esquecimento, assim como o silêncio, tem uma função social. É através deles que ressentimentos são superados. Há uma necessidade coletiva de equilíbrio entre a lembrança e o esquecimento. Por outro lado, narrar o que causou dor e sofrimento pode ser uma forma de libertação da memória e um caminho para o esquecimento, uma estrada que pode distanciá-los da dor.<sup>28</sup>

O sociólogo francês Maurice Halbwachs toma o papel da memória coletiva como central para a compreensão do caráter social das memórias individuais. Tratando a memória como um fenômeno social ele define que a “memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo.”<sup>29</sup> Dessa forma, o processo de lembrança seria formado por uma apropriação de elementos através da sua relação com um grupo social. Halbwachs diferencia, aqui, a memória coletiva da memória social, sendo a primeira apenas uma “submemória” de um grupo dentro da sociedade.<sup>30</sup>

Alessandro Portelli não concorda com o argumento de Halbwachs em sua totalidade. Em um excelente artigo sobre o famoso Massacre de Civitella Val di Chiana, o historiador oral afirma que

Se toda memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira; sabemos que não é assim. Cada indivíduo, particularmente nos tempos e sociedades modernos, extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza de forma

---

<sup>27</sup> TEDESCO, João Carlos. Op. Cit. p. 216.

<sup>28</sup> Ibidem, p. 125.

<sup>29</sup> HALBAWACHS, Maurice. Apud TEDESCO, João Carlos. Op.Cit. p. 171

<sup>30</sup> Ibidem, p. 151

idiossincrática. Como todas as atividades humanas, a memória é social e pode ser compartilhada; mas do mesmo modo que *langue* se opõe a *parole*, ela só se materializa nas reminiscências e nos discursos individuais. Ela só se torna memória *coletiva* quando é abstraída e separada da individual: no mito e no folclore, na delegação, nas instituições.<sup>31</sup>

Mesmo admitindo que a memória individual sofre forte influência do social, Portelli salienta que a elaboração da memória e o ato de lembrar são sempre individuais. Ou seja, grupos não “lembram”, quem lembram são as pessoas que se apropriando de diversas memórias coletivas, constroem uma lembrança individual.

Acreditamos que a relação da entrevista com o passado do entrevistado pode ser pensada juntamente com a análise sobre memória. Tentaremos levantar aqui avaliações que extrapolam a memória, já discutida acima. A intenção é utilizar a discussão teórica sobre a memória de forma a levantar problemas práticos relativos às outras duas dimensões. A saber, a relação entre o pesquisador e o passado e a entrevista propriamente dita.

Se pudermos identificar alguém que utiliza de forma sistemática a História, esse alguém seria o historiador. A utilização, o domínio e a aplicação de uma versão do passado fazem com que os profissionais da história sempre tenham a sensação de estar em uma posição superior em relação aos outros profissionais quando o assunto é o passado.

Evidentemente que a erudição é o capital principal do historiador, afinal, como bem informa Paul Thompson “quanto mais se sabe, mais provável é que se obtenham informações importantes de uma entrevista.”<sup>32</sup> Porém, como o mesmo autor alerta, não há entrevista quando o pesquisador não tem o que ouvir. Devemos sempre ter a ciência de que sobre o assunto em questão o entrevistado sempre sabe mais. Essa postura, além de deixar o entrevistado confortável, possibilita que a entrevista seja mais produtiva e ocorra de forma flexível.

Mas a subjetividade do pesquisador vai além da sua relação com o passado. Não devemos nos esquecer das posições do próprio estudioso, de

---

<sup>31</sup> PORTELLI, Alessandro. O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996, p.127.

<sup>32</sup> THOMPSON, Paul. Op. Cit. p.255.

suas opiniões e de seus projetos. Longe de causar problemas ao trabalho, essas questões influenciam nos resultados e também fazem parte do produto final daquilo que chamamos de evidência oral.

Uma terceira relação encerra essas análises: a própria entrevista. Nela enxergamos um conjunto de conexões que são fundamentais para compreendermos que tipo de fonte é o resultado da história oral.

Não cabe aqui destrinchar todos os problemas que derivam das relações humanas, isso seria, obviamente, uma tarefa impraticável. Mas sabemos que os métodos que se utilizam de entrevistas devem se preocupar, primordialmente, com as relações entre as pessoas e aproveitar, da maneira mais eficiente possível, dessas ligações para um resultado satisfatório.

Como Paul Thompson já salientou, o historiador precisa possuir algumas características fundamentais para a produção de uma boa entrevista. A capacidade de compreensão e de simpatia pelas ideias e argumentos do entrevistado; o interesse, o respeito e a flexibilidade diante de suas ações e uma grande capacidade de ficar calado e de ouvir as outras pessoas. Evidentemente que essas características podem ser adquiridas e todos que se propõem a utilizar a história oral acabam aperfeiçoando esses atributos.<sup>33</sup>

Para apresentar a pesquisa ao leitor, de forma clara e elucidativa, resolvemos organizar a explanação em três partes. Em um primeiro momento, trataremos de demonstrar como as pessoas “comuns” se interessavam pela disputa política durante o início da década de 1960 e como essas pessoas criavam uma simpatia especial pela liderança e pela retórica do então governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola. Para isso, partiremos da Campanha pela Legalidade em 1961 até o momento da ruptura democrática, em 1964, evidenciando sempre como a fala brizolista representou um pensamento comum de grande fatia de trabalhadores de Santa Catarina que aspiravam por mudanças mais profundas na configuração social brasileira.

No segundo capítulo buscaremos esclarecer, principalmente através do periódico *Panfleto*, quais eram as questões e quais os projetos de nação que foram o “carro chefe” das ideias que balizavam a formação e atuação dos grupos dos onze pelo Brasil. Para isso, discutiremos o trabalhismo como *cultura política*. Utilizaremos nessa pesquisa a compreensão de cultura política empregada por Rodrigo Patto de Sá e Serge Berstein, e já aplicada por Angela de Castro Gomes em diversos textos.

---

<sup>33</sup> Ibidem, p.254.

Para Berstein, cultura política seria um conjunto coerente de tradições cujos elementos estão relacionados entre si. Para o historiador francês, essa conjugação de tradições possui elementos específicos como uma leitura de passo própria, um vocabulário específico, uma concepção de sociedade ideal, ritos e símbolos que montam um repertório comum que serve para o indivíduo interpretar e agir no mundo ao seu redor.<sup>34</sup> Essas culturas políticas se alimentam de outras contribuições e, assim, se alteram, se modificam no decorrer do tempo. Patto de Sá vai na mesma direção: segundo ele, culturas políticas são um conjunto de valores, práticas, tradições e representações políticas que são partilhados por um grupo expressando uma identidade coletiva e fornecendo uma leitura em comum sobre o passado.<sup>35</sup>

Por fim, na última parte, nos aprofundaremos nas formações e atuações dos Grupos dos Onze em Santa Catarina. Discutindo desde a memória sobre o movimento até os locais de atuação e de formação. Nesse momento a nossa intenção será a de demonstrar como esses atores sociais tentaram agir politicamente através da organização social que se deu das mais diferentes maneiras, com os mais diferentes e múltiplos objetivos. Nesse capítulo o objeto central de análise são os oito grupos e as mais de cento e vinte pessoas partícipes dos grupos no Estado.

Trabalhar com a história das esquerdas no Brasil e demonstrar suas multiplicidades e idiossincrasias é fator preponderante para compreendermos seus diagnósticos políticos durante a segunda metade do século XX e, dessa forma, entendermos o que levou a sociedade atual a um baixo nível de participação política. Talvez mais do que isso. Talvez a compreensão histórica de determinadas desilusões e esperanças de certos grupos políticos possam iluminar o entendimento atual de uma esquerda desanimada com as suas pretensões e com seus ideais de ação política.

Acredito que análises como essas são necessárias para não classificarmos os grupos progressistas, de ontem ou de hoje, como blocos homogêneos restritos a projetos monolíticos e sistemas de pensamento estanques. Sublinhar os diversos matizes que constituem a história das esquerdas nos auxilia, em suma, à finalmente nos realinharmos na luta por uma sociedade melhor, adequando o papel social da nossa disciplina às demandas dessa luta. Pois, se como nos lembra Eric Hobsbawm, se “ninguém parece aprender com ela [a História]”, isso não nos autoriza,

---

<sup>34</sup> BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 350 a 353.

<sup>35</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 26 a 28.

contudo, de “continuar tentando”. Este trabalho, nesse sentido, é mais uma manifestação dessa teimosia que nos move a muitos de nós, historiadores.<sup>36</sup>

---

<sup>36</sup> HOBBSAWM, Eric. **Sobre história:** ensaios. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006., p. 47.



## **1 – AGOSTOS E CONTRAGOSTOS: 1961 e os trabalhistas catarinenses no contexto da Guerra Fria**

Novas ilhas, novos rios, novos vulcões fazem de nosso  
continente uma nova geografia.  
Queremos nova agricultura, outras forças juvenis, uma  
sociedade mais pura, novos protagonistas da história,  
que está nascendo e que temos o dever de construir.  
Quem pode estar contra a nova vida?  
Celebremos a chegada de Leonel Brizola no cenário  
da América como uma deslumbrante encarnação de  
nossas esperanças.  
Estamos cansados da rotina de miséria, de ignorância,  
de injustiça econômica.  
Abramos o caminho àquele que encarna hoje a  
possível construção do futuro.  
PABLO NERUDA, 1962

O texto acima ilustra muito bem o capital político adquirido pelo então governador Leonel Brizola no início da década de 1960. Imbuído por uma identificação política típica desse momento histórico. O poeta chileno Pablo Neruda abastece com suas palavras o ideário político construído desde o suicídio de Vargas e que foi definitivamente lançado a nível nacional durante o governo Brizola no Rio Grande do Sul a partir de 1958, solidificando-se com os golpes de 1961 e a parcialmente vitoriosa Campanha da Legalidade.

Brizola representava em 1961 uma corrente política que se formou após o fim da Segunda Grande Guerra tendo a figura de Getúlio Vargas, o ex-ditador, como referência principal. O queremismo, em 1945, e suicídio do então presidente, em agosto de 1954, foram os marcos iniciais dessa cultura política trabalhista, que vinculada ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mas também por fora dele, foi se transformando durante a década que se seguiu até o Golpe de abril de 1964.

O mês de agosto parecia propício as crises políticas brasileiras. Um ano após o suicídio de Vargas, ocorrido em 24 de agosto de 1954, eclodiu o golpe que tentou impedir a posse de Juscelino e João Goulart. Em 1961, Janio Quadros, provavelmente buscando obter maiores poderes, renunciou, declarando seu ato resultado de pressões exercidas por “forças terríveis”. Os ministros militares não aceitaram a posse do vice, novamente João Goulart, que no momento da crise viajava em missão oficial à China comunista, e não autorizam o retorno do agora presidente da República. Imediatamente

eclodiram em várias partes do Brasil manifestações políticas que defenderam o respeito à constituição e a posse de Jango.

Nesse contexto surgiu a figura de Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul e, assim como João Goulart, afilhado político do ex-presidente Getúlio Vargas. Compreendermos a identificação da esquerda catarinense com Brizola é fundamental para esclarecermos como, mais tarde, se deu a fundação de diversos Grupos dos Onze pelo estado.

## 1.1 – A Geração Impedida: Formação política e a geração de 1950

A grande crise que o Brasil atravessou durante a década de 1960 não pode ser entendida sem olharmos com atenção para a situação política mundial. Desde o fim da Segunda Grande Guerra o planeta viu-se polarizado entre projetos políticos ideológicos distintos que, cada um a sua maneira, buscava influenciar os mais diferentes países em busca de hegemonia e de sobrevivência. O bloco capitalista, liderado pelos EUA, e o bloco comunista, capitaneado pela URSS.

O Brasil já possuía, desde os anos de 1930, uma tradição anticomunista forte vista nos mais diversos setores da sociedade. Porém, um fator externo vai atrair boa parte das atenções e dos conflitos da Guerra Fria para a América Latina e alavancar o anticomunismo brasileiro: A Revolução Cubana. Cuba no final da década de 1950 era um país basicamente agrário, com indicadores sociais alarmantes e envolto em uma Ditadura Militar. Foi neste cenário que uma insurreição nacional-popular, liderada por Fidel Castro, um advogado formado pela Universidade de Havana e fervoroso opositor do governo do ditador Fulgêncio Batista, alterou consideravelmente o quadro da política externa latino-americana.

Já nos primeiros anos do levante ficam latentes os objetivos dos revolucionários: a educação política da população, a reforma agrária, a reorganização dos camponeses e o estabelecimento de novas relações sociais e humanas entre os revoltosos, o povo e os próprios soldados derrotados da ditadura.<sup>37</sup>

Inicialmente a Revolução Cubana não possuía um caráter socialista. Entre 1959 e 1960 possuía traços de uma revolução agrária e antiimperialista, com medidas democrático-burguesas. Porém, com o aumento paulatino do antiimperialismo verificou-se fortes tendências a um

---

<sup>37</sup> LE RIVEREND, Julio. Cuba: Do semicolonialismo ao socialismo (1933 – 1975). In: GONGALEZ CASANOVA, Pablo. **América Latina**: história de meio século. Brasília: Ed. UnB, 1988, p. 82.



nacionalismo de esquerda que se desenvolveu principalmente após 1960 com a onda de nacionalizações de setores da economia, entre eles, as propriedades imobiliárias urbanas e de ensino.<sup>38</sup> A Revolução Cubana foi diretamente influente no nosso objeto. Os grupos dos onze se formaram com uma estrutura muito parecida com as dos Comitês de Defesas da Revolução Cubandos (CDR). Principalmente em seu caráter organizacional.<sup>39</sup>

Em 1961, com uma tentativa de invasão financiada pelos Estados Unidos e impedida em Playa Girón, os revolucionários, liderados por Castro, declararam, por fim, o caráter socialista da revolução.<sup>40</sup>

O exemplo cubano tornou-se referência das esquerdas latino-americanas. As guerrilhas cubanas, a reforma agrária e urbana desenvolvidas no país, fascinaram intelectuais e políticos de diversas nações que viram naquele processo político algo a ser copiado e implantado em seus próprios contextos sociais. Não há dúvida de que, com a Revolução Cubana, a relação dos EUA com os outros países americanos foi modificada. Com o castrismo cubano as tensões geradas pela Guerra Fria começaram a potencializar os seus efeitos diretos nos países latino-americanos.

Nenhuma revolução poderia ter sido mais bem projetada para atrair a esquerda do hemisfério ocidental e dos países desenvolvidos, no fim de uma década de conservadorismo global; ou para dar à estratégia da guerrilha melhor publicidade. Revolução cubana era tudo: romance, heroísmo nas montanhas, ex-líderes estudantis com a desprendida generosidade de sua juventude, um povo exultante, num paraíso turístico tropical pulsando com os ritmos da rumba. E

---

<sup>38</sup> Ibidem, p. 83.

<sup>39</sup> Os comitês cubanos foram organizados a partir de 1959 através de pequenos grupos de cidadãos formados em várias células no mesmo bairro, basicamente por quadras. Tais comitês podem ter influenciado a formação dos Grupos dos Onze no Brasil. Como não possuímos fontes que façam tais ligações ficaremos apenas fazendo a indicação dessa possibilidade. Brizola, como principal idealizador do movimento, já tinha tido contato com os principais membros do governo cubano o que pode indicar, de fato, uma inspiração.

<sup>40</sup> Ibidem, p. 88.

o que era mais: podia ser saudada por toda a esquerda revolucionária.<sup>41</sup>

Como vemos, com a Revolução Cubana e a posterior declaração do caráter socialista do movimento, as tensões e as disputas típicas da Guerra Fria tiveram seus holofotes direcionados para a América Latina. Iniciava-se aquilo que Patto Sá chamou de *segundo surto anticomunista* no Brasil.<sup>42</sup> Segundo o autor, esse segundo grande surto tem características especiais em relação ao primeiro, terminado com a Segunda Guerra.<sup>43</sup> Com os rumos tomados pela Revolução Cubana

Os norte-americanos concentram esforços para evitar o risco da expansão do exemplo cubano, combinando medidas de natureza repressiva (vigilância, fortalecimento dos aparatos de segurança dos Estados da região), propagandística (intensificação das campanhas anticomunistas) e social (aumento da ajuda econômica).<sup>44</sup>

Esses fatores externos, consequentes da Guerra Fria, e os fatores internos, relativos, dentre outras razões, à reorganização das esquerdas, modificaram a cultura política anticomunista. Durante a década de 1960 as críticas tenderam a mostrar o projeto comunista como débil economicamente e deficitário na área social. Em relação à “primeira grande onda anticomunista” a influencia do pensamento católico diminuiu, substituída por uma espécie de “ecumenismo anticomunista”.

Finalmente, um elemento marcante desse novo surto, ou dessa nova fase do anticomunismo brasileiro, foi uma representação que polarizava os conceitos de “comunismo” e “democracia”. A construção de tal pensamento, que contribuiu para a deflagração do Golpe em 1964, deve ser debatida com mais profundidade, pois levará à conclusões acerca do papel das esquerdas naquele momento histórico e ao debate sobre a participação

---

<sup>41</sup> HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 427.

<sup>42</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op.Cit. p. 231.

<sup>43</sup> O primeiro surto teria sido entre 1934 e 1937. Nesse período o sentimento anticomunista estava ligado a uma ofensiva em defesa da ordem, potencializada pela tentativa revolucionária encabeçada pelo PCB, em 1935, e pelos conflitos na Espanha, em 1936.

<sup>44</sup> Ibidem, p. 232.

dos próprios Grupos dos Onze no momento que antecede o golpe. Voltaremos a esse debate no próximo capítulo.

O que queremos, aqui, é demonstrar como toda essa conjuntura política internacional afetava os mais diferentes setores da população, não somente os grupos que temiam o comunismo e que se engajavam na causa anticomunista. Em Santa Catarina os grupos que defendiam esses projetos apareciam constantemente nos periódicos, publicando defesas e apresentando as suas ideias. É o caso, por exemplo, do artigo intitulado “Isto sim, é democracia”, publicado em 8 de agosto de 1961.

Democracia é esta, em que as maiorias governam. Democracia é esta, em que os interesses da maioria são defendidos. Democracia é esta, que assegura ao homem não apenas o direito de pensar livremente, mas o direito de saber pensar, o direito de saber escrever o que, pensa e saber ler o que pensam os demais. É o direito ao pão, o direito de satura, o direito a participar da sociedade. Democracia é esta a da Revolução Cubana.

Democracia é esta em que tu, camponês, és levado em conta e recebes a terra que recuperamos das mãos estrangeiras que a exploram. Democracia é esta em que tu, operário agrícola açucareiro recebes 80 mil cabellerias de terra, para que não tenham que viver em choças. Democracia é esta, em que tu trabalhador, tens o teu direito ao trabalho, sem que te possam lançar na rua para passares fome. Democracia é esta, em que tu, estudante pobre, tens a oportunidade de obter um título universitário, desde que sejas inteligente embora não sejas rico. Democracia é esta, em que tu, filho de operário, ou filho de camponês, ou filho de qualquer família humilde tens uma professora e uma escola para te educares. Democracia é esta, em que tu, ancião, terás assegurado o teu sustento quando já não possas viver por teu próprio esforço. Democracia é esta, em que tu, cubano negro, tens o direito ao trabalho, que já não pode ser arrebatado por estúpidos preconceitos. Democracia é esta, onde tu, mulher, adquires a plena igualdade com todos os demais cidadãos e tens o direito até de empunhar uma arma para defender a tua pátria ao lado dos homens. Democracia é esta em que um governo converte as

fortalezas em escolas e tem como objetivo dar uma casa a cada família. Democracia é esta, que quer assegurar a cada enfermo o médico que o atenda. Democracia é esta, que não recruta um camponês para fazê-lo soldado, corrompe-lo e converte-lo em inimigo operário ou de seu próprio irmão camponês, mas que converte o soldado, não em um defensor dos privilégios, mas um defensor dos direitos de seus irmãos, os camponeses e os operários.

Democracia é esta, em que um governo apóia nas forças do povo e as une. Democracia é esta, que forte o povo, por que o unifica. Democracia é esta, que entrega os fuzis aos camponeses, aos operários, aos estudantes, as mulheres, aos negros, aos pobres, a todo cidadão que esteja disposto a defender uma causa justa. Democracia é esta, em que não somente valem os direitos da maioria, mas que entrega as armas a essa maioria. E isto só pode ser feito por um governo realmente democrático, onde as maiorias governem.<sup>45</sup>

Terminando com a frase “mandado publicar por um grupo de fidelistas”, o texto de Fidel Castro deixava evidente o que a Revolução Cubana representava de forma imediata a alguns setores da sociedade brasileira. Os projetos políticos, as bandeiras nacionalistas de então e o entendimento por democracia estão sugeridos no texto que é apresentado em quase uma página inteira do *Diário da Tarde* de Florianópolis. Ainda que o jornal fosse de propriedade da família Konder, vinculada à União Democrática Nacional (UDN), o dito jornal apresentava-se como “neutro” e costumava veicular mensagens pagas de partidos, ou outros grupos políticos, independente da coloração partidária.

Sobre os reflexos da Revolução Cubana em Santa Catarina e em especial nas pessoas que possuíam certo vínculo com os Grupos dos Onze, percebemos, no depoimento dado em 2003 pelo advogado trabalhista Francisco José Pereira, como o evento ocorrido no Caribe promoveu a adesão e a simpatia de diversos catarinenses.

Nós fomos contemporâneos da Revolução Cubana. Acompanhámos o avanço da Revolução pelo noticiário radiofônico, pois à época não havia televisão. Acompanhámos também pelas

---

<sup>45</sup> *Diário da Tarde*. Florianópolis, 08 ago 1961, p. 5..

comunicações internas do Partido [PCB] e por nossa imprensa partidária. Naquele período nós dispúnhamos, além da Voz Operária, órgão oficial do Partido, também do jornal Imprensa Popular, jornal de massa com circulação nacional e diária. Organizávamos e participávamos de atos públicos de apoio a Cuba. Havia o lado romântico de Fidel Castro, líder do Movimento 26 de Julho, que pretendia tomar o Quartel de Mocada com o primeiro passo a uma insurreição armada contra o regime corrompido e reacionário de Fulgêncio Batista, depois sua prisão, sua ida para o México, seu encontro com o Che Guevara. Finalmente, a Revolução vitoriosa no nariz dos Estados Unidos. A reforma agrária, a nacionalização da refinaria norte-americana, as pressões do imperialismo americano, a contrapartida das manifestações dos democratas de todo o mundo e, finalmente, a opção pelo socialismo, com a criação do Partido Comunista Cubano.<sup>46</sup>

Salientando o teor romântico da Revolução de Fidel, Pereira ainda demonstrou em sua fala como essas pessoas simpáticas aos fidelistas se organizavam e protestavam na capital catarinense. Chico Pereira, tentando precisar onde ocorriam às manifestações, identificava os espaços urbanos utilizados pela esquerda da época com os lugares usados pela esquerda atual.

[os atos pró-Cuba aconteciam] em tradicionais locais de comícios públicos, em particular o antigo Largo Fagundes, onde hoje existe uma praça, sobre o estacionamento subterrâneo, ao lado das Lojas Americanas. Em passeatas também pela Felipe Schmidt, a via principal da cidade, com proclamas em coro de apoio a Cuba e de denúncias ao imperialismo americano. Práticas ainda hoje exercidas pelos partidos de esquerda e pela juventude militante.<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> PEREIRA, Francisco José. Entrevista concedida a Kathy Lory Iung D'Avila no dia 21 de junho de 2003. Disponível no Laboratório de História Oral/UFSC, entrevista nº 510, p. 7.

<sup>47</sup> Ibidem, p. 8.

Os grupos que se definiam como “nacionalistas” também se organizavam em outras esferas, como, por exemplo, o caso da Seção de Santa Catarina do Movimento Nacionalista Brasileiro. Formado em 1960, durante a campanha de Lott para a presidência da República, o movimento manteve sua organização após a derrota do marechal e, em agosto de 1961 buscava uma reestruturação.<sup>48</sup> Tal organização, apesar de vínculos com o PTB, possuía, a princípio, um caráter presumidamente apartidário e contava com figuras que voltaremos a ver nesse trabalho, como, por exemplo, o carteiro Nezio, o então prefeito de Florianópolis, Osvaldo Machado, alguns militares, entre outros. Tamanha heterogeneidade ocupacional verificada entre os seus integrantes, por sua vez, sugere o caráter difuso e plural do movimento.

Como vemos, a organização dessas pessoas em torno de algumas ideias não deve ser compreendida apenas buscando explicações em elementos externos. É fundamental para entendermos a coordenação dessas “esquerdas nacionalistas” que retomemos também questões internas, e, assim, avaliar a formação da “geração de 1950”.

No fim da década de 1950, parcelas significativas da população brasileira identificaram em um projeto de defesa da soberania nacional, de reformas das estruturas econômicas e sociais e na ampliação dos direitos dos trabalhadores, respostas aos problemas que experimentavam coletivamente. Essas experiências comuns definiram uma geração de brasileiros que partilhou de certa sensibilidade política, e por meio dela, plasmou um conjunto de estratégias e elementos de ação nos debates públicos.<sup>49</sup>

O caso dos estudantes universitários catarinenses é exemplar para demonstrar a formação dessa sensibilidade. Até 1945 as grandes bandeiras do movimento estudantil eram a democratização e o combate à ditadura de Getúlio Vargas. Com o fim do Estado Novo o movimento estudantil catarinense esvaziou-se, perdendo força e projetos políticos. A partir de 1947, tomando força em 1950, a campanha pela defesa do monopólio estatal do petróleo tornou-se a grande bandeira dos estudantes catarinenses, dividindo-os entre “nacionalistas” e “entreguistas” e, ao mesmo tempo, aproximando-os de questões mais palpáveis para o restante da população.<sup>50</sup> Começava então uma década de engajamento social e político que animava

---

<sup>48</sup> *Diário da Tarde*. Florianópolis, 15 jun. 1961, p. 7.

<sup>49</sup> FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: Civilização Brasileira, 2011, p. 15.

<sup>50</sup> MORETTI, Serenito. **Movimento Estudantil em Santa Catarina**. IOESC: Florianópolis, 1984, p. 46.

uma parcela significativa da juventude secundarista e universitária. Ainda que parte dos estudantes não simpatizasse com as ideias de formação dos grupos dos onze, como veremos mais a frente devido a posições políticas, tal sentimento nacionalista era compartilhado entre estudantes e trabalhadores.

Nos depoimentos, foi frequente a utilização da campanha do “Petróleo é nosso” para a definição dos nacionalistas ditos de esquerda. Para o então carteiro Nezio Jacques Pereira, em relato gravado em 2008, seu primeiro engajamento político foi “levantar a bandeira do Petróleo”. Como contraponto, contudo, os grupos mais conservadores da cidade emitiram uma resposta imediata: “Muitos tinham pavor em falar sobre a Campanha do Petróleo, [para eles era] campanha comunista”. Durante a entrevista, Seu Nezinho, como ficou conhecido, relatou que o local onde os nacionalistas se encontravam no período do Golpe era conhecido como o “Centro do Petróleo”. Em sua fala, o carteiro chegou a alocar nacionalismo e defesa do petróleo nacional como sinônimos, de acordo com suas palavras: “[eu] compartilhava nossas ideias do movimento de nacionalismo, do petróleo”.<sup>51</sup> Ou seja, para a geração de brasileiros e catarinenses que iniciaram suas ações políticas no início dos anos 1950, a Campanha do Petróleo foi tão intensa que poderia ser considerada até mesmo o marco fundador desse nacionalismo de esquerda. Foram experiências em comum. Estudantes e trabalhadores que pensavam, viviam e sentiam as dificuldades e os limites do cotidiano vivido e depois lidam com essas experiências a suas maneiras.<sup>52</sup>

Deposto em 1945 com um golpe apoiado pelo governo estadunidense, o ex-ditador Getúlio Vargas voltou ao poder em 1951 através de eleições diretas. Retomando o fortalecimento da indústria nacional como orientação política, com a elaboração do projeto da Eletrobrás e com a definição do monopólio do Estado frente ao petróleo, Vargas buscava diminuir os problemas brasileiros na área energética, conter a saída de divisas e fomentar a fabricação de máquinas e equipamentos no Brasil.<sup>53</sup> Em 1954, com forte oposição ao seu estilo de governo, com um projeto

---

<sup>51</sup> PEREIRA, Nézio Jacques. Entrevista concedida a Edson Kolosque da Conceição no dia 15 de agosto de 2008. Disponível no Laboratório de História Oral/UFSC, entrevista nº 453, p. 4.

<sup>52</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**: a força dos trabalhadores. V.3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 10.

<sup>53</sup> BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil: 1961-1964 – 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983, p. 16.

econômico que contrariava interesses da burguesia industrial e de mecanismos financeiros externos, Getúlio encontrou uma estratégia definitiva para afastar e acuar seus opositores: Jogando com toda a popularidade que, desde o queremismo mostrava a força do estadista gaúcho, na manhã do dia 24 de agosto o Presidente da República acaba com a própria vida.

Com a carta-testamento, deixada por Getúlio Vargas, alguns setores sociais passaram a ter um texto de referência, um aparato simbólico que, através da definição de inimigos e do registro documental de ideias e projetos que já estavam no pensamento político brasileiro desde a década de 1940, criou as bases de novos movimentos políticos surgidos a partir de então.

O ano de 1955 significou o período da escolha do novo chefe do executivo nacional. Com o capital político getulista potencializado pela forma dramática com que Vargas saiu do poder, já de início as eleições indicavam a todos os opositores de Getúlio que os seus herdeiros políticos seriam os vitoriosos. Entrávamos no fatídico mês de agosto e as celebrações pela morte do ex-ditador ajudariam ainda mais a chapa composta pelos candidatos Juscelino Kubitschek e João Goulart. Principiava também a empreitada conservadora que defendia a não realização do pleito.<sup>54</sup> Antecipando as celebrações em memória ao primeiro aniversário do suicídio do ex-presidente, os udenistas resolveram entrar nas disputas políticas pré-eleitorais celebrando um ano da morte do major da aeronáutica Rubens Vaz, o que significou um aprofundamento ainda maior na crise político-institucional pela qual passava o Brasil já há algum tempo.<sup>55</sup>

Mesmo com as instituições abaladas, com a opinião pública agitada e com as oposições pregando a não realização da consulta popular, o pleito foi realizado em outubro.<sup>56</sup> Juscelino e Jango foram eleitos para Presidência e Vice-Presidência da República, respectivamente. Nacionalmente Juscelino fez 33,8% dos votos válidos enquanto Jango computou 39%. Em Santa

---

<sup>54</sup> FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista**: getulismo, PTB e cultura política popular. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 218.

<sup>55</sup> Conhecido como Atentado da Rua Toneleiros, o evento foi a tentativa de assassinato do jornalista Carlos Lacerda, opositor do governo de Vargas. O atentado culminou na morte do major Rubem Vaz, que fazia a segurança de Lacerda, e feriu o pé do jornalista. O principal acusado do crime foi o chefe da guarda pessoal de Getúlio, Gregório Fortunato, e foi o estopim da crise que terminou com o suicídio do Presidente da República.

<sup>56</sup> Ibidem, p. 225.



Catarina os resultados foram ainda mais expressivos, enquanto Kubstcheck ganhou as eleições com 37% dos votos, João Goulart chegou a marca de 44%. Uma porcentagem equivalente a mais de 153 mil votos.<sup>57</sup>

A resistência ao “retorno do getulismo ao poder” por parte das oposições, no entanto, não ficou por aí. Em novembro morreu o general Conrobert, um dos oradores nas celebrações de um ano da morte de Vaz. Nesta ocasião o seu enterro voltou a ser um momento de embates simbólicos que, agravados com o súbito adoecimento do então presidente Café Filho, fez a crise política voltar para as primeiras páginas dos jornais. Com o presidente em exercício, Carlos Luz, o dispositivo que impediria a posse de Juscelino poderia ser finalmente acionado.<sup>58</sup>

Representando a maior parte das forças armadas, autoproclamadas de “apolíticas” (a despeito de seu legalismo), o general Teixeira Lott, então Ministro da Guerra, garantiu, com um golpe preventivo, a posse de ambos os candidatos.

Impedidas novamente da possibilidade de alçar o poder, os opositores do getulismo viram crescer, ainda mais, as hostes nacionalistas e getulistas, reforçadas pela ação direta de setores legalistas militares. A tentativa fracassada de golpe demonstrou, para grande parte das esquerdas, que os militares também poderiam fortalecer as bases nacionalistas. Surgiu, a partir de então, entre as disputas simbólicas do período, a noção de “soldado do povo”, “marechal do povo” e a imagem do exército como “povo fardado”.

Assim, com a vitória do contragolpe liderado por Lott, em 1955, várias tendências nacionalistas dentro das forças armadas se sentiram liberadas e passaram, desde esse momento em diante, a engrossar as fileiras dos grupos nacionalistas e trabalhistas.<sup>59</sup> Defendendo a manutenção da decisão popular, o general Lott passou a representar as correntes progressistas dentro da caserna. Uma fração do grupo que deu ainda mais força para as disputas e lutas sociais ocorridas no Brasil durante os dez anos seguintes.

Apesar de manter um governo fundado naquilo que muitos chamaram de “pacto populista”, ou seja, num equilíbrio entre os conservadores, as demandas populares e o exército, sobretudo fundado na força política da aliança PTB e PSD, Juscelino Kubitschek não teve um governo estável e sem conflitos. Duas rebeliões geradas por oficiais da

---

<sup>57</sup> TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. Resenha eleitoral: nova série. Vol. 1, n. 1. Florianópolis: TRESP, 1994, p. 29.

<sup>58</sup> WILLIAM, Wagner. **O soldado absoluto**: uma biografia do marechal Henrique Lott. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 115.

<sup>59</sup> FERREIRA, Jorge. Op. Cit, p.261.

Força Aérea tumultuaram seu governo. Tanto a revolta de Jacareacanga, quando a insurreição de Aragarças, serviram para mostrar como ambiente militar ainda era um perigo para a estabilidade democrática.<sup>60</sup> Para manter o equilíbrio político, o governo lançou mão de vários artifícios. Jango, atuando diretamente com os sindicatos blindou JK de pressões que os movimentos grevistas e as forças trabalhadoras poderiam efetuar sobre a popularidade do Presidente. Além de manter Lott, na pasta da Guerra, Juscelino, demonstrando habilidade política, brindou as Forças Armadas com “presentes poderosos”. Para afagar a Aeronáutica, comprou dois aviões *Viscounts* que serviriam ao governo. Para a Marinha o agrado foi ainda maior, presenteou os oficiais com *HMS Vengeance*, um porta-aviões britânico, há tempos sonhado por muitos entre o alto comando.

A Marinha exultou ao receber o mimo do presidente, mas a Força Aérea queria brincar também. Durante muito tempo as duas forças brigavam pelo porta-aviões. Uma animada discussão que parecia não ter fim. A Marinha não possuía aeronaves apropriadas para o porta-aviões, mas achava que a Força Aérea não tinha direito de pousar seus aviões na nave. Ou seja, um porta-aviões sem aviões. A crise entre a Marinha e Aeronáutica arrastou-se por anos. Somente em 27 de janeiro de 1965, um decreto assinado pelo presidente Castello Branco colocaria fim a discussão. Os aviões que pousariam na nave seriam os da Aeronáutica mesmo. Castello alegou que o país não tinha condições de manter duas forças aéreas.<sup>61</sup>

Os “anos dourados”, rótulo que ficou marcado na História para registrar o período em que JK foi chefe do executivo brasileiro (1956/1961),

---

<sup>60</sup> Jacareacanga foi uma revolta de oficiais da Aeronáutica que, em fevereiro de 1956, liderados pelo major Haroldo Veloso, partiram do Rio de Janeiro e instalaram-se na base aérea de Jacareacanga, no Pará, organizando um quartel general. Temendo represaria dos vitoriosos de novembro, os revoltosos exigiam a saída do ministro Vasco Seco da pasta da Aeronáutica. Já a Revolta de Aragarças ocorreu em outubro de 1959. Organizada por ex-revoltosos de Jacareacanga, o motim tinha como objetivo destituir do poder o grupo “comprometido com o comunismo internacional”. A idéia era partir da base de Aragarças, em Goiás, e bombardear os Palácios do Catete e das Laranjeiras. Depois de 36 horas a rebelião foi controlada pelas Forças Armadas.

<sup>61</sup> WILLIAM, Wagner. Op Cit, p. 210.

caracterizou-se pelo equilíbrio entre o processo democrático e a modernização do modelo capitalista existente no Brasil. JK equilibrou o tenso período em que governou com uma política agrária conservadora, um nacionalismo desenvolvimentista que pregava investimentos externos e crescimento da indústria nacional e uma atuação governamental técnica, que priorizavam os setores de energia e transportes. Tudo isso a altos custos para o governo que aumentou consideravelmente suas dívidas, aprofundando o já grave problema inflacionário. Além disso, os objetivos do governo eram traçados e buscados incessantemente em um plano de metas divulgado e apoiado por várias organizações, dentre elas o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)<sup>62</sup>.

O ISEB surgiu em meados da década de 1950 e foi a principal organização intelectual a pensar o país e seus problemas durante aquele período. Com o governo JK a entidade passou a ter influências no governo e pode buscar financiamentos através do Ministério da Educação. Tal vínculo fez com que o período do governo Juscelino fosse responsável pelo momento mais fértil dos pensadores vinculados ao ISEB.<sup>63</sup> A discussão sobre os problemas e as possíveis soluções para as dificuldades da nação fez com que dentro da entidade o pensamento nacionalista fosse fortalecido e recriado, exportando para os diferentes atores sociais, modelos e projetos que também influenciaram aquilo que discutiremos mais a frente como “nacionalismo de esquerda”.

Juscelino Kubitschek foi o único chefe de Estado brasileiro que, entre 1945 e 1964, conseguiu finalizar o seu mandato sob relativa estabilidade democrática. Os custos da escalada desenvolvimentista juscelinista, como vimos, no entanto, foram altos e contribuíram para agravar as crises políticas posteriores, mas também foi nesse período que o pensamento nacionalista se ampliou e se diversificou projetando-se inclusive dentro do próprio Congresso com a Frente Parlamentar Nacionalista.<sup>64</sup>

---

<sup>62</sup> MOREIRA, Vania Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 158.

<sup>63</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias**. São Paulo: Ática, 1982, p. 185.

<sup>64</sup> Somente avaliando a inflação brasileira do período podemos verificar a crise econômica que o Brasil atravessava. Em 1957 a inflação anual foi de 7%, em 1958

Compreender as disputas e os projetos políticos apresentados e confrontados no início da década de 1960 é, também, perceber como influências externas e fatores internos fizeram tais questões vir à tona e se alocar no pensamento político brasileiro.

As disputas inerentes à Guerra Fria, agravadas com o anticomunismo brasileiro, foram potencializadas e focadas no Brasil com a evolução da Revolução Cubana e a definição de seu rumo socialista, provocando no país, e também em Santa Catarina, a tomada de posição de diversos setores da sociedade, alguns, inclusive se autodenominando “fidelistas”. Além disso, os recentes processos políticos e econômicos que o Brasil vivia, desde a campanha do Petróleo é Nosso produziram uma geração de pessoas que compreendiam que os problemas brasileiros só seriam resolvidos através do incentivo à indústria nacional e da resistência à saída de capital nacional para os países estrangeiros. Mas os setores nacionalistas, além de diversos em conteúdo programático, não ficariam apenas com essas bandeiras, aos poucos esses setores trabalhistas-nacionalistas e essa geração de 1950 se transformariam e radicalizariam suas propostas empregando um tom repleto de antiamericanismo e reformismo social.

## **1.2 – O Caudilho Importado: Brizola e os petebistas catarinenses**

No interior dessa geração de pessoas engajadas nas causas nacionalistas, um indivíduo representou os projetos de nação de forma a tornar-se um dos maiores líderes políticos do período. Leonel Brizola surgiu como um político que retomaria o prestígio de Vargas através de sua dimensão trabalhista e nacionalista. Depois de João Goulart, Brizola representou dentro e fora do PTB uma facção política que indo além da matriz getulista dotou o pensamento político trabalhista de elementos reformistas aliados a defesa e ao aprofundamento da legislação trabalhista construída nos anos anteriores.

Itagiba de Moura Brizola<sup>65</sup> teve uma infância violenta e conturbada. Desde o final do século XIX, *chimangos* e *maragatos* se digladiavam pela conquista do poder e pela implantação de seus projetos políticos no Rio Grande do Sul. No início da década de 1920 tal disputa ressurgia com total

---

pulou para 24%, 39% em 1959, já em 1961 foi de 45%, em 1962 foi 53% e no final de 1963 nosso índice inflacionário beirava os 80%.

<sup>65</sup> Aos treze anos retirou o nome Itagiba já que gostava de ser chamado de Leonel, homenagem ao coronel maragato que liderou seu pai, José Brizola.

força com mais uma eleição de Borges de Medeiros ao principal cargo executivo do estado.<sup>66</sup>

A perspectiva política e social que Brizola expressaria entre os anos 1950 e 1960 começou a se desenhar no final do Estado Novo. O esboço de suas principais ideias remete-se aos seus anos de formação na Escola de Engenharia, onde conheceu o presidente da União Estadual dos Estudantes, Cibilis Viana. Cibilis, na época, descreveu Brizola, era um jovem “humanista, fortemente influenciado por ideias religiosas de solidariedade e de justiça”.<sup>67</sup>

Aos onze anos de idade, Leonel propôs ao pastor metodista, Isidoro Pereira, dono de um colégio, uma bolsa de estudos e um quarto em troca de trabalhos domésticos na igreja e na casa do pastor. Convencido pela esposa, o sacerdote aceitou a proposta.<sup>68</sup> As frequentes leituras da Bíblia e o auxílio ao pastor na igreja quase fizeram Brizola seguir uma carreira religiosa. Porém, com a continuidade dos estudos e a sua ida para Porto Alegre, Leonel passou a se interessar e envolver-se cada vez mais com atividades políticas.

A relação com outras facções da esquerda já causavam desconforto no jovem. Apesar de manter um grande contato com os comunistas, possivelmente as suas convicções religiosas o afastaram dessa corrente. “Os comunistas me pareciam os donos da verdade”, falou ele em depoimento para Leite Filho, em 1997.<sup>69</sup> Em 1958, já definido como trabalhista e candidato ao governo do Estado, Brizola rejeitou, pelo menos oficialmente, o apoio do Partido Comunista e deixou claro as suas diferenças em relação aos comunistas da época.

Entre outras coisas, cumpre dizer que o trabalhismo é nacionalista, o comunismo é internacionalista; o comunismo é materialista, o trabalhismo se inspira na

---

<sup>66</sup> Os chimangos, apoiadores de Borges de Medeiros e os Maragatos, partidários de Francisco de Assis Brasil reeditavam, após mais uma eleição fraudulenta em 1923, as lutas iniciadas no século XIX com a Revolução Federalista, quando os republicanistas e os federalistas confrontaram violentamente seus projetos políticos.

<sup>67</sup> FIGUEIREDO, Ney. **Políticos ao entardecer**: poder e dinheiro no outono de Vargas, JK, Geisel, Café Filho, Brizola, Andreazza, Covas e Lacerda. São Paulo: Editora de Cultura, 2007 p. 180.

<sup>68</sup> LEITE FILHO, Francisco das Chagas. **El caudillo**: Leonel Brizola, um perfil biográfico. São Paulo: Aquariana, 2008, p. 34 e 35.

<sup>69</sup> Idem, 38.

doutrina social cristã; o comunismo é a abolição da propriedade, o trabalhismo defende a propriedade dentro de um fim social; o comunismo escraviza o homem ao Estado e prescreve o regime de garantia do trabalho, o trabalhismo é a dignificação do trabalho e não tolera a exploração do homem pelo Estado e nem do homem pelo homem; o comunismo existe onde pontifica o capitalismo reacionário e explorador e desaparece em comunidades e países bem organizados e sob o ponto de vista social e humano.<sup>70</sup>

Não aceitando o rótulo de comunista, demonstrando seus laços liberais e ao mesmo tempo procurando apoio político, como candidato ao governo do Rio Grande do Sul, Leonel se elegeu através de uma aliança com o Partido da Representação Popular (PRP), partido de Plínio Salgado. A despeito das suas alianças com grupos da extrema-direita, ainda assim, seu nacionalismo atraiu a simpatia dos mais diversos setores de esquerda ao governo do qual fazia parte.

Durante o seu mandato Leonel Brizola acabou com os monopólios estadunidenses na energia e na telefonia do Estado. Após formar comissões para avaliar os resultados da Companhia de Energia Elétrica Riograndense, filial brasileira da Bond & Share, e da Companhia Telefônica Riograndense, pertencente à International Telephone and Telegraph, o governo gaúcho resolveu encampar as empresas cobrando-as pelos gastos das prefeituras com a manutenção dos serviços e pelo péssimo atendimento oferecido a população. Contrariando inclusive algumas facções do PTB e do Governo Federal, Brizola, através das encampações, projetou-se ainda mais no cenário político nacional e internacional, provocando a ira do governo estadunidense. O presidente John Kennedy chegou a comentar no jornal New York Times: “Esse Governador Brizola é um inimigo dos Estados Unidos”.<sup>71</sup> Já o Secretário de Tesouro estadunidense, Douglas Dillon “considerou o fato mau exemplo para os demais países latino-americanos, pois, àquela época, nem mesmo Cuba, já sob o governo de Fidel Castro, havia adotado atitude semelhante.”<sup>72</sup>

O governador ganhava cada vez mais simpatizantes e inimigos, mas suas ações consideradas “radicais” não paravam. Outro bom exemplo foi a

---

<sup>70</sup> FIGUEIREDO, Ney. Op. Cit. p. 182.

<sup>71</sup> LEITE FILHO, Francisco das Chagas. Op.Cit. p. 66.

<sup>72</sup> BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 62.

queima dos fichários políticos existentes no Departamento de Ordem Política e Social da Polícia do estado, como medida de disciplinar os órgãos de segurança do Rio Grande do Sul.<sup>73</sup> As prioridades dadas durante a campanha e perseguidas na chefia no executivo estadual também o projetaram nacionalmente, principalmente na área rural e educacional. Além da maior expansão da rede escolar da história do Rio Grande do Sul, Brizola iniciou um processo de reforma agrária no estado gaúcho.<sup>74</sup>

No campo, o governo de Brizola apoiou, em 1961, um projeto inédito e ousado para a época, o Movimento dos Agricultores Sem Terra, o MASTER, que também reforçou a ideia de aproximação do governador com os setores de esquerda mais radicais. Evidentemente que, apesar de acusado de “esquerdista”, o projeto também era uma forma de conter a crise nos campos e evitar as invasões de terras. Não obstante os seus claros limites reformistas, o MASTER deu o seu pontapé inicial com a desapropriação de terras pertencentes à própria esposa do governador, Neusa Goulart, também irmã do vice-Presidente João Goulart.<sup>75</sup>

Criando o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, o IGRA, e determinando o planejamento e a formação de trinta colônias agrícolas no interior do Rio Grande do Sul, Brizola enfureceu os grupos conservadores, entre eles, a Federação dos Agricultores, segmentos da Igreja e vários setores da imprensa que viam, no conjunto de medidas, atos de fomento à agitação subversiva no campo. Bem ao seu estilo, aparentemente sem dar muita importância às pressões, o governador gaúcho intensificou o apoio ao MASTER, ordenando que vários órgãos do executivo estadual, entre eles a própria Brigada Militar, além de dentistas, médicos e assistentes sociais vinculados ao funcionalismo público oferecessem auxílio aos camponeses sem-terra.<sup>76</sup>

Já na área educacional o governo de Brizola iniciou um processo de disseminação de escolas de educação básica por todo o território rio-grandense. Um depoimento, dado sob o impacto da morte do político gaúcho, em 2004, mas que nos serve para avaliar a dimensão do mito

---

<sup>73</sup> Ibidem, p. 70.

<sup>74</sup> FELIZARDO, Joaquim Jose. **A legalidade:** ultimo levante gaúcho. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1988, p. 27 e 28.

<sup>75</sup> Foram desapropriados 1.038 hectares da Fazenda de Pangaré, que, por sua vez, foram distribuídos a 30 famílias de agricultores sem terras. LEITE FILHO, Francisco das Chagas. Op.Cit. p. 49.

<sup>76</sup> Ibidem, p. 52.

construído em torno de Brizola é esclarecedor. O jornalista Caco Barcelos, em entrevista ao jornal *O Dia*, revela ser

Impossível esquecer o dia em que eu e os meus colegas lá do Paternon recebemos um tênis padrão das “brizolinhas”, como eram chamadas as escolas públicas que ele construiu nos bairros pobres de Porto Alegre. Lembro, como se fosse hoje, que ouvi a justificativa do Brizola pelo rádio: “è um absurdo que os animais do nosso País sejam mais bem-tratados que nossas crianças. Nunca vi no Brasil um bezerro abandonado, nem cavalo sem ferradura no casco. Toda criança pobre tem que ter, no mínimo, o direito a um sapato no pé”.<sup>77</sup>

O depoimento do jornalista além de apontar para os traços gerais da construção póstuma de um “grande estadista”, também nos ajuda a compreender como Brizola atraiu, para si, desde a prefeitura de Porto Alegre, a imagem de um defensor da educação e das crianças. Porém, não podemos ignorar as ações de seu governo, nenhum mito sobrevive, se mantém, sem o mínimo de fundamentação concreta e empírica na experiência vivida pelas pessoas que o legitimam como verdade. Durante o seu governo, o Rio Grande do Sul foi, de fato, dotado de uma grande rede de ensino primário. Além disso, o executivo gaúcho desenvolveu um programa de alfabetização de adultos que chegou a 1,5 milhão de pessoas. O saldo final foi que, ao final do seu mandato, 5.902 escolas primárias, 287 escolas técnicas e 131 ginásios foram construídos. No mais, foram somados ao funcionalismo público estadual do Rio Grande do Sul mais de 42 mil novos professores.<sup>78</sup>

O governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul chamou a atenção dos catarinenses não só indiretamente, com a chegada de informações sobre o seu governo, mas, sobretudo, devido a repercussão que as rádios gaúchas possuíam em todo território de Santa Catarina através das ondas curtas. Possivelmente, por meio dessas transmissões AM, o capital político conquistado por Brizola no estado vizinho, também tenha se projetado sobre a população catarinense. Utilizando esse mecanismo de propaganda e contato,

---

<sup>77</sup> *O Dia*, Rio de Janeiro, 27 jun. 2004, p. 31.

<sup>78</sup> LEITE FILHO, Francisco das Chagas. Op.Cit. p. 152.



Brizola realmente inaugurou no Governo do Rio Grande do Sul uma época bastante dinâmica, rica em inovações. Às sextas-feiras, falava pela Rádio Farroupilha, diretamente da sede do diretório metropolitano do PTB, para todo o estado. A conversa, muitas vezes com apartes dos presentes ao auditório do PTB, durava duas horas ou mais; enfim, o tempo necessário para Brizola justificar seus atos. Na transmissão, Brizola também se defendia das críticas surgidas na semana, o que de certa forma inibia os adversários, pois sabiam que ele podia explicar qualquer dúvida levantada.<sup>79</sup>

Sabemos da influencia das rádios gaúchas no interior de Santa Catarina. Muitas, inclusive, ainda são transmitidas para várias cidades catarinenses. Durante o final da década de 1950 era o caso da Rádio Farroupilha na região Oeste de Santa Catarina.<sup>80</sup> A postura política do governador e a utilização do rádio como ferramenta de atuação direta junto à população seria um ensaio do que aconteceria com a Rádio Mayrink Veiga no Rio de Janeiro em 1963. Certamente que o alcance dessas transmissões no território catarinense não pode ser desprezado, sendo este, ao nosso ver, um dos principais fatores que tornaram possível o crescimento da simpatia e da popularidade conquistada por Brizola em Santa Catarina.

Quando Janio Quadros assumiu a Presidência da República, em 1961, Brizola terminava o seu segundo ano na chefia do governo estadual. Logo no início do mandato, Quadros, sabendo da força política que o governador já possuía entre as esquerdas, resolveu convidá-lo para integrar a delegação brasileira que iria ao Conselho Interamericano Econômico e Social da Organização dos Estados Americanos (OEA) em Punta del Este, no Uruguai, em julho de 1961. Segundo o Presidente, Brizola deveria ir, pois, “sendo ele um Governador de oposição, o Brasil se apresentaria unido, como um todo”.<sup>81</sup> Para Bandeira, Quadros sabia que o pensamento de

---

<sup>79</sup> BANDEIRA, Moniz. Op. Cit. p. 68.

<sup>80</sup> MEDEIROS, Ricardo. **História do rádio em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 1999, p. 24.

<sup>81</sup> Também devemos ter em mente que o governo Jânio Quadros tinha o perfil de “não alinhado” nas relações internacionais. Nesse ínterim devemos saber que era interessante ao governo a manutenção de relações cordiais com Cuba. Não há

Brizola se “identificava com o seu, com relação ao problema da América Latina”.<sup>82</sup> Doze dias depois o Presidente Quadros renunciou alegando pressões de “forças terríveis”.

O convite do Presidente, o contato com líderes cubanos como Ernesto “Che” Guevara, líder que chegou a almoçar com Brizola no Uruguai, e o estranhamento e isolamento que o governador sentiu em relação à cúpula diplomática brasileira, impulsionaram Brizola para a resistência ao golpe que parecia iminente.<sup>83</sup>

O Brasil vivenciava, no início dos anos 1960, um momento crucial da acumulação de prestígio político por parte de Leonel Brizola. Uma escalada de prestígio ainda crescente e vigorosa quando da renúncia do Presidente Janio Quadros. Seu trabalho na prefeitura de Porto Alegre e no governo do Rio Grande do Sul havia atraído a simpatia, assim como a aversão, de milhares de catarinenses. Mas, se até renúncia de Janio era imaginável que a população em geral pudesse se manter indiferente quanto à forma brizolista de ação política, em agosto de 1961 isto já não seria mais possível.

Mesmo antes da crise de agosto de 1961, o governador do Rio Grande do Sul passou a representar, em diversos pontos do país, bandeiras importantes para os mais diversos setores comprometidos com mudanças reais na sociedade brasileira. Em Santa Catarina isso não foi diferente. Logo no início do ano a influência de Brizola no estado mostrou-se muito clara. Com uma popularidade crescente, principalmente no interior do estado, vários políticos do PTB e do Partido Social Democrático (PSD) cogitavam a possibilidade da candidatura do governador gaúcho ao Senado por Santa Catarina nas eleições do ano seguinte.<sup>84</sup>

Em junho, a pedido do então governador de Santa Catarina, Celso Ramos, seu irmão Hugo iniciou as conversações que levariam Brizola à candidatura. Segundo Hugo Ramos, em entrevista ao *Diário da Tarde* de Florianópolis, “Ninguém, mais do que eu gostaria de ver Brizola candidato a deputado ou a senador pelo Estado de Santa Catarina. Digo isso em meu

---

duvida que a postura do Itamaraty gerou animosidade em setores conservadores que abalaram ainda mais as já contraditórias forças que sustentavam o governo.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **O Governo Janio Quadros**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 70 e 71.

<sup>82</sup> BANDEIRA, Moniz. Op. Cit. p. 74.

<sup>83</sup> FIGUEIREDO, Ney. Op. Cit. p. 185.

<sup>84</sup> *Diário da Tarde*, Florianópolis, 6 fev. 1961, p. 10..

nome próprio, na qualidade de amigo do governador gaúcho e por considerá-lo entre os maiores valores desse país.”<sup>85</sup>

Algo interessante é notarmos que, na mesma entrevista, Hugo Ramos informou que uma corrida entre vários líderes políticos nacionais estava sendo travada com o objetivo de ter a candidatura de Leonel Brizola vinculada aos seus respectivos estados. Além de Santa Catarina, o Paraná e a Guanabara também estavam investindo no prestígio político adquirido por Brizola durante o seu governo no Rio Grande do Sul e que poderia gerar frutos eleitorais para a região que o tivesse como parlamentar.

Não podemos ignorar também que o convite feito a Brizola era, também, uma forma de dividir o eleitorado trabalhista catarinense e, consequentemente, os políticos petebistas no estado. O Partido Trabalhista Brasileiro de Santa Catarina não era um bloco sem divergências e disputas. O que os pessedistas fizeram, ao convidar Brizola a candidatar-se por Santa Catarina, foi apenas trazer à tona todos os embates e conflitos que desde a fundação do Partido Trabalhista Brasileiro sempre ocorreram em Santa Catarina.

Assim como a UDN e o PSD, o PTB surgiu, em Santa Catarina, também sob a liderança da família Ramos, em 1945. Inicialmente o médico Saulo Ramos tornou-se a maior liderança estadual do Partido, principalmente devido aos seus vínculos com Getúlio Vargas e à simpatia conquistada junto à população com as frequentes assistências médicas gratuitas. Com poucas bases sindicais, os trabalhistas catarinenses praticamente limitaram-se a apoiar os pessedistas ou mesmo os udenistas, sem fazer frente as duas maiores siglas partidárias do estado.<sup>86</sup>

A morte de Vargas deixou o trabalhismo brasileiro acéfalo. A carta-testamento do falecido presidente se tornou o marco inicial de uma transformação profunda na cultura política trabalhista. Com o suicídio de Getúlio ocorreu o que alguns autores chamam de “rotinização do carisma”: o prestígio político e a popularidade do ex-presidente foram, aos poucos, deslizados para a agremiação política, especialmente representada em algumas figuras partidárias, ou seja, uma transferência de capital político de Vargas para grupos políticos que se identificavam com o getulismo.<sup>87</sup> A

---

<sup>85</sup> Idem, 15 jun. 1961, p. 9.

<sup>86</sup> LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e políticos de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC: Lunardelli, 1983, p. 167.

<sup>87</sup> Para Weber, o carisma é “uma qualidade pessoal considerada extracotidiana e em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos ou, pelo menos, extracotidianos específicos, ou então se a toma

grande liderança trabalhista que assumiu essa herança getulista foi João Goulart. Com ele, principalmente após 1956, quando acumulou as funções de presidente do PTB e vice-presidente da República, vemos a refundação do Partido e de seus projetos, já desvinculados da figura central de Getúlio Vargas.

Goulart esforçou-se para atualizar o trabalhismo brasileiro em relação ao contexto internacional vivido por sua geração: primeiro, a consolidação dos valores democráticos e o modelo de Estado de bem-estar social que avançava na Europa Ocidental, beneficiando trabalhadores e empresários com o crescimento da renda e do consumo; segundo, os êxitos no processo de industrialização acelerada obtidos pelos regimes baseados no modelo de socialismo soviético, em particular o planejamento econômico e o estatismo; por fim, a pregação anti-imperialista e de emancipação econômica e política que se expandia na América Latina.<sup>88</sup>

Apesar disso Goulart não liderou o PTB sem resistências. Não foram poucos os conflitos e as expulsões entre os petebistas durante a liderança de Jango. Segundo Ferreira, no período em que Goulart liderou e redefiniu os projetos e ideais trabalhistas que orientavam o partido, o PTB tornou-se, uma das agremiações políticas mais “antidemocrática e centralizada” do quadro político nacional. Em 1957, na sua 10ª Convenção, o PTB deliberou definitivamente uma linha reformista, vinculando-se com o Labour Party inglês e com partidos socialistas de diversos países que mais tarde se reuniriam no I Congresso Mundial Trabalhista.<sup>89</sup>

As estratégias do grupo janguista deram os resultados esperados. Crescendo desde sua formação, o PTB aumentou ainda mais a sua

---

como pessoa enviada por Deus, como exemplar e, portanto, como ‘líder’” em WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensível. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora da UnB, vol. I, 2000, p. 158 e 159.

“Rotinização do carisma”, ou a transferência de carisma e sua dispersão aplicados no getulismo e no PTB ver em D’ARAUJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma e poder**: O PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

<sup>88</sup> FERREIRA, Jorge. Op. Cit, p. 140.

<sup>89</sup> Idem, p. 139.

participação parlamentar, chegando, no momento da deflagração do Golpe de 1964, com resultados políticos que o colocavam no centro das disputas políticas brasileiras. Abaixo podemos ver uma tabela que demonstra não só o crescimento do PTB no Congresso, como, também, uma estagnação ou, em alguns momentos, um recuo da força das outras duas potências partidárias brasileiras.

<b>Período</b>	<b>PSD</b>	<b>UDN</b>	<b>PTB</b>
1945 – 1950	52,8	29	7,7
1950 – 1954	37	24,4	16,8
1954 – 1958	35	22,7	17,2
1958 – 1962	35,3	21,5	20,2
1962 – 1966	30,3	23,4	29,8

**Tabela 1 - Percentual de ocupação da Câmara dos Deputados. FONTE: MOTTA, Rodrigo de P. Sá. Introdução à História dos partidos políticos. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 85 a 87.**

Tendo essa visão da política petebista em nível nacional devemos retornar à Santa Catarina e entender como essas disputas nacionais influenciaram no campo político regional.

Como vimos, até 1956, a liderança estadual petebista é do médico Saulo Ramos, sobrinho do ex-presidente da República, Nereu Ramos. Com a ascensão da corrente janguista em nível nacional e um projeto de interiorização e inchaço do PTB no Brasil, Santa Catarina passou a ser um dos estados que necessitavam de uma “reforma” dentro das lideranças estaduais. Com Saulo, o PTB catarinense continuava sem projeção, sendo que, no interior do partido as críticas aos “vazios” da agremiação só se aprofundavam entre seus membros. Jango, percebendo a necessidade de mudança nas fileiras petebistas do estado, enviou um político de extrema confiança para Santa Catarina, Armínio Doutel de Andrade.

Após novas crises com os pessedistas durante a eleição de 1958, o grupo de Saulo Ramos começou a perder espaços dentro do Partido. No mesmo embate eleitoral, Doutel de Andrade, até então pouco conhecido em Santa Catarina, se elegeu Deputado Federal e começou a capitalizar prestígio junto aos trabalhistas locais. Saulo Ramos foi definitivamente afastado do PTB no ano seguinte. Após a convenção do Partido, a chapa liderada por Doutel ganhou a Direção Regional e o grupo que apoiava Saulo Ramos saiu do Congresso ainda durante a votação, mostrando claramente

quem passou a dar as cartas entre os petebistas catarinenses.<sup>90</sup> Em menos de dois anos de presença na arena política estadual, o enviado de Jango dominou de tal maneira a situação local que, já em 1960, após uma campanha considerada “memorável”, Doutel se elegeu Vice-Governador do Estado, na chapa encabeçada por Celso Ramos.

A força do trabalhismo catarinense não pode ser mensurada apenas pelo sucesso ou fracasso do PTB em meio às disputas políticas no interior do estado. Analisando os dados eleitorais referentes aquele contexto, Carreirão indica a influência que a política rio-grandense possuía no eleitorado catarinense, com resultados crescentes no sul e no norte do estado.

Destaca-se que o crescimento trabalhista no oeste do estado, um pouco na serra e no sul, deveu-se à forte influência do PTB do Rio Grande, pelas proximidades territoriais, influências culturais e pelo acesso mais rápido, já que a capital, o Vale do Itajaí e o norte de Santa Catarina, ficaram, por muito tempo divorciados daquelas regiões, por deficiência de meios de comunicação.<sup>91</sup>

Apesar disso, os resultados práticos em Santa Catarina ainda tinham desdobramentos sutis nas urnas. Possivelmente a Aliança Social-Trabalhista que marcou as últimas eleições do período balizado pelo fim do Estado Novo e o Golpe de 1964 fez com que muitos votos de trabalhistas fossem despejados no PSD. Porém, o que viu-se, em nível estadual, foi um pequeno aumento nas últimas eleições legislativas, mas muito tímido em relação aos resultados nacionais apresentados na tabela anterior.

<b>Partido</b>	<b>1947</b>	<b>1950</b>	<b>1954</b>	<b>1958</b>	<b>1962</b>
PDC	0%	0%	3%	2%	4%
PRP	3%	5%	3%	2%	4%
PSD	57%	46%	38%	37%	42%
PSP	0%	3%	5%	5%	2%

---

<sup>90</sup> CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina: 1945 – 1979**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990, p. 47.

<sup>91</sup> Ibidem. p. 170.

PTB	5%	13%	13%	15%	15%
UDN	35%	33%	38%	39%	31%

**Tabela 2 - Percentual de votos obtidos pelos partidos para a Assembleia Legislativa de Santa Catarina. FONTE: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. Resenha eleitoral: nova série. Vol, 1, n. 1. Florianópolis: TRESC, 1994.**

Ainda que não tenha obtido resultados claros em nome da legenda a nível estadual, com Doutel, e a máquina sindicalista do governo federal, o PTB catarinense passou a ter contato direto com sindicalistas, operários e portuários, jogando o “partido mais à esquerda”<sup>92</sup> e montando uma máquina eleitoral que passou a fazer diferença nas eleições estaduais e municipais. A aliança com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) também passou a ser aceita entre as bases, pois ainda que na ilegalidade, o caminho tortuoso das urnas foi a escolha dos comunistas.<sup>93</sup> Se antes as duas grandes facções políticas do estado, UDN e PSD, mostravam certo desinteresse pelo eleitorado trabalhista, no final da década de 1950 isso era inviável. As alianças com o PTB poderiam definir quais os perdedores e quais os vitoriosos nas eleições estaduais.

A influência de Brizola e o convite para a candidatura por Santa Catarina precisam ser avaliados, também, por essa lente. O prestígio do gaúcho em Santa Catarina e as disputas internas do PTB catarinense nos esclarecem sobre os interesses e as manobras em jogo naquele momento histórico. Entretanto, se no início do ano de 1961 as possibilidades de Brizola candidatar-se por Santa Catarina eram reais, depois de agosto elas se tornariam cada vez mais remotas.

### **1.3 - A “onda” gaúcha: A Legalidade e suas implicações em Santa Catarina**

Em 1962, o cineasta italiano Michelangelo Antonioni lançou *L’eclisse*,<sup>94</sup> o último filme da série que ficou conhecida como “trilogia da alienação”. Nessa obra, Antonioni procurava criticar as elites italianas que, representadas através de personagens introspectivos e pouco atentos aos

---

<sup>92</sup> PEREIRA, Francisco José, Op. Cit. p. 3.

<sup>93</sup> PEREIRA, Nezio, Op. Cit. p. 8

<sup>94</sup> *L’eclisse*. Direção de Michalengelo Antonioni. São Paulo: Distribuidora Versátil, 1962. (145 min.) Legendado [Port.].

acontecimentos mundiais, viviam suas existências absorvidos em projetos de vida individualistas, sem preocupações com planos coletivos de transformação da realidade social a sua volta, experimentando, ao mesmo tempo, as dificuldades para estabelecer conexões entre si e um mundo cada vez mais frio e mecanizado.<sup>95</sup>

Durante todo o filme, Antonioni sublinha o alheamento das personagens frente às notícias e debates globais. Em certa ocasião, enquanto Piero (personagem de Allan Delon) folheia o *Il Giornale D'Italia*, algumas notícias nos saltam aos olhos. Mergulhado em pensamentos referentes à bolsa de valores e ao recente romance com Vittória (Monica Vitti), Piero não percebe, ou ignora, um grave problema político que ocorria em um país da América do Sul. Na primeira página do periódico a notícia é: “Seção Militar no Rio Grande do Sul”<sup>96</sup>. Em seguida, quando Piero vira a página, vemos mais discussões sobre o que ocorre no Brasil: “Ultimato do Gen. Denys”<sup>97</sup>. Da mesma forma que a crise brasileira, Antonioni explorou, em *L'eclisse*, eventos como a emancipação do Quênia, as relações exteriores da União Soviética de Krushev, a tensão nuclear, entre outros acontecimentos considerados então relevantes para a conjuntura política internacional do início década de 1960.

Essa referencia por parte do cinema político europeu, especialmente numa obra de um cineasta já consagrado e conhecido pelos seus vínculos com o Partido Comunista Italiano, demonstra qual o alcance da Campanha da Legalidade entre as esquerdas mundiais, nos dando, em certa medida, uma ideia das repercussões que tal evento pôde ter tido no Brasil. Para entender o apelo carismático de Brizola no período que antecede o Golpe de 1964, em especial em Santa Catarina, é necessário avaliar e compreender o movimento da Legalidade no Rio Grande do Sul e o seu impacto no estado vizinho, especialmente na sua capital, Florianópolis, cidade que, naquele período tornou-se ponto estratégico para a ação dos grupos que não desejavam a posse do então Vice-Presidente João Goulart.

Em sua autobiografia, Miguel Armony, que no seu tempo de estudante haveria de fundar grupos dos onze no Rio de Janeiro, elabora uma imagem que, mesmo construída *a posteriori*, ilustra o impacto da Campanha

---

<sup>95</sup> A trilogia foi *L'avventura* (A Aventura) de 1960, *La Notte* (A Noite) de 1961 e *L'eclisse* (O Eclípsse) de 1962.

<sup>96</sup> *L'eclisse*. Direção de Michalengelo Antonioni. São Paulo: Distribuidora Versátil, 1962. (145 min.) Legendado [Port.]. 31 min e 11 seg.

<sup>97</sup> *L'eclisse*. Direção de Michalengelo Antonioni. São Paulo: Distribuidora Versátil, 1962. (145 min.) Legendado [Port.]. 31 min e 35 seg.



da Legalidade no pensamento político nacional. Armony, judeu brasileiro, na época recém egresso de uma passagem a Israel, ao apresentar a sua impressão sobre o testemunho daquele movimento, salienta o sentimento de ver surgir um novo político, identificado com uma tradição política nacional, ou até, uma nova forma de fazer política calcada em valores e ideias típicos dessa tradição.

Os gaúchos’ – sussurrou-me um vizinho. ‘Como?’. ‘Os gaúchos’ – repetiu. – ‘O Rio Grande do Sul está resistindo’. O vizinho era bancário e morava em frente ao meu apartamento, no 404. Frequentava o sindicato e, logo após o golpe de 1964, o capitão que morava no 402 denunciou-o à polícia como comunista; ele foi preso e logo, no mesmo dia, e voltou abatido, dois dias depois, sem nenhuma acusação.

Fiquei excitado com a idéia de que alguém resistia, de que era possível uma resistência e aquilo estava me cheirando à história, um pedaço de história que eu ia assistir de camarote, ouvindo a rádio. Os gaúchos, portanto, existiam, não eram páginas de livro do Érico Veríssimo ou nomes e números e datas de lições de primário e ginásio. Sintonizo no rádio a Guahiba de Porto Alegre, transmitindo, em frequência variável, o que chamava de ‘cadeia da legalidade’. A voz que surge é clara e nítida, as palavras pronunciadas em toda a sua extensão; o tom é firme e determinado. De repente, saltam para o mundo real todos aqueles personagens: Bento Gonçalves, Bento Ribeiro, Pinheiro Machado, Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, a Guerra dos Farrapos, os maragatos e os chimangos – como se o Brasil tivesse uma história, uma continuidade histórica, agora encarnada naquela voz que, além de atravessar o espaço, parecia também atravessar o tempo, carregando consigo a tradição e a fama de coragem que os gaúchos conquistaram através dos anos. Não lembro o teor do seu discurso. Lembro que era simples e falava em Direito, Legalidade e Constituição; em coragem e dignidade. E deixava claro, bem claro, que estava ali, no seu Palácio de Governo, disposto a morrer, disposto, em verdade, a defender até a morte aquelas coisas simples das quais tinha falado. E, de repente, dou-me conta de que se podia ser brasileiro, de que se podia ser político

brasileiro sem covardia ou evasivas, chamando as coisas pelos seus nomes reais e defendendo os valores mais singelos que aprendemos que existem. Não fixei o nome da voz naquele exato instante mas é possível que o fascínio que senti por Brizola por tanto tempo tenha tido como primeira origem esse momento, o momento em que pude ser brasileiro sem sentir vergonha, longe do absurdo, da perplexidade e do espanto.<sup>98</sup>

O depoimento do antigo estudante de física é um indicativo do que representou a Campanha da Legalidade para boa parte dos setores da sociedade vinculados à esquerda e simpatizantes de causas nacionalistas ou trabalhistas. A Legalidade de 1961 transformou o governador do estado do Rio Grande do Sul em uma liderança nacional, um ícone nacionalista que representaria parte dos trabalhistas levando-os, entre 1963 e 1964, a resistirem, por meio de organizações como os Grupos dos Onze, às pressões que acabariam derrubando o Governo João Goulart.

Como já vimos, é um erro creditar apenas ao movimento gerado pelo impedimento da posse de João Goulart após a renúncia de Janio Quadros, a simpatia e a influencia política do então governador Leonel Brizola em Santa Catarina. Ainda assim, é com a Campanha da Legalidade que a influencia política do governador gaúcho se potencializa a ponto de fazer o mito de Brizola não só atravessar o Rio Uruguai, como também se alojar nos corações e nas mentes de parte significativa da população catarinense.

Agosto: Esse parece ter sido o mês dos conflitos e das convulsões políticas mais drásticas da nossa história recente. Primeiro foi o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954. Depois, em 1955, as celebrações da sua morte levavam o Brasil, de novo, à disputas que acabavam em um Golpe preventivo que manteve o resultado das eleições nas quais saíram vitoriosos Juscelino e Jango. Já em 1961, o mês agosto voltaria a ser o momento perfeito para os “gostos” golpistas e para os “contragostos” legalistas.

Um dia após as celebrações dos sete anos do suicídio de Vargas, os jornais catarinenses ainda comentavam a morte do ex-ditador. Cartas enviadas aos jornais e textos de jornalistas e estudantes demonstravam como o político havia se fixado no pensamento político catarinense.<sup>99</sup> Em Brasília,

---

<sup>98</sup> ARMONY, Miguel. **A Linha Justa**: A Faculdade Nacional de Filosofia nos anos 1962-1964. Rio de Janeiro: Revan, 2002, p. 28.

<sup>99</sup> *O Estado*, Florianópolis, 24 ago. 1961, p. 10 e 11..

após presidir o desfile militar, o então Presidente Janio Quadros, com apenas seis meses de governo, renunciou ao cargo. A política externa independente do governo Quadros e a não-submissão às estratégias imediatas da política estadunidense abalaram os grupos conservadores que haviam sustentado a candidatura de Jânio ao executivo nacional. As tensões políticas ocasionadas pelo contexto da Guerra Fria e mais imediatamente pela Revolução Cubana atingiam o Brasil em cheio.<sup>100</sup> Na interpretação de muitos estudiosos, Quadros, jogando com um estatuto eleitoral defeituoso,<sup>101</sup> tentou se fortalecer com a renúncia, pensando em uma possível volta ao poder com maior apoio popular.<sup>102</sup>

Seu vice, João Goulart, não era aceito pelos grupos conservadores. Jango já havia sido destituído do Ministério do Trabalho de Vargas por pressões dos militares, que não admitiam as ligações do ministro com sindicalistas e comunistas. O coro dos opositores de Jango era insuflado por temores de implantação de uma república sindical, já que o poder de então vice-presidente advinha da máquina da previdência social e do controle dos sindicatos.<sup>103</sup>

Em todo o Brasil as mensagens eram estranhas, não se sabia ao certo o que estava ocorrendo. Em cerimônia comemorativa ao Dia do Soldado, 25 de agosto, o governador Leonel Brizola recebia informações sobre a renúncia através de agências internacionais. Inicialmente o boato disseminado era de que Jânio renunciara sob coação militar, fato que não se confirmou mais tarde, quando Brizola telefonou diretamente para o presidente.<sup>104</sup>

Entre a chegada das informações e os ruídos causados pelos boatos, começaram as batalhas telefônicas. Após conversar com o jornalista Carlos Castello Branco, o governador foi informado que o General Odílio Denys

---

<sup>100</sup> BARBOSA, Vivaldo. **A Rebelião da Legalidade**: documentos, pronunciamentos, noticiário, comentários. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 17.

<sup>101</sup> O regimento eleitoral da época determinava que as eleições para Presidente e Vice-Presidente fossem efetuadas de forma separada, permitindo a eleição de candidatos de chapas opostas, exatamente o que ocorreu em 1960.

<sup>102</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 135.

<sup>103</sup> GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002, p. 46.

<sup>104</sup> Depoimento de Leonel Brizola a Adauto Vasconcellos. In: Joaquim Jose. **A legalidade**: ultimo levante gaúcho. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1988, p. 42.

havia divulgado uma nota se opondo à posse do vice-presidente Goulart. Já na manhã do dia 26, um sábado, Brizola decidiu contatar o Marechal Lott, com o intuito de avisá-lo que o governo gaúcho não aceitaria o Golpe e que já havia mobilizado tropas estaduais para resistir. Evidentemente que o contato com Lott não era apenas uma consulta, o governador tinha interesse no apoio militar que o ex-ministro da Guerra poderia lhe fornecer. Foi o que ocorreu. O ex-candidato à presidência pediu para Brizola falar em seu nome com o comandante do III Exército, Machado Lopes, seu ex-aluno na Escola Militar. Além disso, aconselhou o governador a conversar com o general Peri Belivácqua e com os coronéis Roberto Osório e Assis Brasil, todos ferrenhos legalistas.<sup>105</sup>

Brizola imediatamente ligou para Machado Lopes, que, “em tom sereno”, disse ao governador que, como soldado, ficaria com o Exército, ou seja, com o General Denys. Após a conversa com Lopes, Brizola ordenou o deslocamento de parte da Brigada Militar em direção à Porto Alegre, deixando os setores de segurança do Estado sob alerta em relação a “desordens e tumultos”.<sup>106</sup>

Os ministros militares, após fazerem diversos esforços pela suspensão da renúncia, reuniram-se para tomar uma posição definitiva sobre a situação nacional. A decisão não demorou a ser tomada, ainda no dia 26, procurando esclarecer os boatos que rodavam desde o dia anterior, o deputado Rui Ramos contatou Denys, a pedido do governador Brizola. Denys apresentou claramente sua oposição pela posse de Jango.<sup>107</sup>

Segundo Argelina Figueiredo, o objetivo dos ministros militares era o de obter um golpe “de baixo custo”, impedindo a posse do Vice-Presidente e defendendo um novo Presidente que estivesse disposto a manter os projetos defendidos por grande parte dos setores conservadores e alinhado com os interesses políticos estadunidenses. O que se viu, porém, foi a não aceitação dos partidos políticos, que, aos poucos, foram se posicionando a favor da legalidade.<sup>108</sup>

Desde a noite anterior, a população gaúcha já se aglomerava em frente ao Palácio Piratini, em Porto Alegre. Alguns apoiavam Jânio Quadros, outros protestavam contra o Golpe e a maioria das pessoas

---

<sup>105</sup> WILLIAN, Wagner. **O Soldado Absoluto**: uma biografia do marechal Henrique Lott. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 363.

<sup>106</sup> Ibidem, p. 43.

<sup>107</sup> BARBOSA, Vivaldo. Op. Cit. p. 47.

<sup>108</sup> FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política**: 1961-1964. São Paulo, Paz e Terra, 1993, p. 37.

defendia a legalidade constitucional, exigindo a posse do Vice-Presidente João Goulart. Brizola, além das forças militares estaduais, conseguiu o apoio de alguns oficiais das Forças Armadas. O Brasil amanheceu o dia 26 sob um Estado de Sítio não declarado e a beira de uma guerra civil.<sup>109</sup>

A Junta Militar mostrou rapidamente seus objetivos. Logo após palestrar com o governador do Rio Grande do Sul, indicar possíveis apoiadores e publicar um manifesto contra o golpe, o Marechal Henrique Teixeira Lott foi preso por ordem dos ministros insurgentes. Apesar dos contatos e do apoio, a manutenção da legalidade não seria possível apenas com as movimentações populares em Porto Alegre e com o pequeno dispositivo militar do governo riograndense. Tornou-se necessário a massificação do movimento, o movimento pela legalidade precisava avançar rapidamente sobre o território nacional.

No início da década de 1960 o meio escolhido para tal empreitada não poderia ser outro senão o rádio. Apesar de chegar oficialmente ao Brasil em 1922, o rádio se popularizou somente em meados da década de 1930. Com o aumento da oposição ao governo central no início da década, começou-se a ver a utilização maciça desse meio como ferramenta de mobilização política. Através do rádio, empresas de comunicação como a Record de São Paulo tornaram-se poderosas armas antigetulistas. Com o fim do conflito de 1932, o rádio saiu revigorado e, a partir daí, não mais se poderia dispensar a utilização das ondas sonoras como instrumento nas disputas políticas.<sup>110</sup>

O Estado Novo e a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, levaram definitivamente o palanque para dentro das rádios. Unindo música e entretenimento com mensagens oficiais do governo, Vargas passou a utilizar sistematicamente programas como *A Hora do Brasil* para sintonizar a população brasileira com as causas apontadas pelo “chefe da nação”. O rádio passava a disseminar os valores políticos, morais e intelectuais de um projeto de nação vinculado aos mais diversos interesses, inclusive internacionais.<sup>111</sup> O rádio, portanto, não era um

---

<sup>109</sup> FERREIRA, Jorge. A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF. 1997, vol.2, n.3, p.149-182, p. 155.

<sup>110</sup> TOTA, Antonio Pedro. *A locomotiva no ar*: rádio e modernidade em São Paulo 1924 – 1934. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura/PW, 1990, p. 15.

<sup>111</sup> Pensamos aqui na utilização do rádio brasileiro na “Política de Boa Vizinhança” criada pelos EUA em meados da década de 1930. Em 1941 o Presidente da

mecanismo novo de arregimentação política. Longe disso. De fato, no início da década de 1960 o rádio começaria, aos poucos, a perder espaço para a televisão como ferramenta privilegiada para esse tipo de prática. Porém, em 1961, era ainda através do rádio que boa parte das pejeas políticas se dava.

Sabendo do potencial do rádio, os golpistas fecharam rapidamente as rádios da capital gaúcha. No entanto, além do manifesto do Marechal Lott, várias das emissoras já haviam publicado mensagens do governador ao povo riograndense. Contrariando os desejos da Junta Militar, contudo, a Rádio Guaíba continuava em funcionamento. Assim, no início do dia 27, um grupo de choque da Guarda Civil invadiu os estúdios da rádio colocando-a a disposição da Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado. Logo em seguida, os equipamentos foram transferidos para o Palácio do Piratini onde, do porão, foram feitas as primeiras transmissões. Com os transmissores da rádio, na Ilha Pintada, vigiados dia e noite por aproximadamente duzentos soldados da Brigada Militar,<sup>112</sup> formava-se a Rede da Legalidade. Um conjunto de mais de cento e cinquenta emissoras que, do interior do Rio Grande do Sul e de outros estados, começaram a disseminar as transmissões da Guaíba.<sup>113</sup>

Em Santa Catarina a crise parecia não ter chegado. A posição do governador Celso Ramos, como bom pessedista, era a de esperar para avaliar a postura a ser tomada. O estado mantinha a calma e a ordem “tão costumeira no estado barriga verde”.<sup>114</sup> Somente no dia 27 de agosto, após a crise ter se aprofundado, o governo estadual divulgou uma declaração oficial, mantendo uma posição neutra. Na nota, assinada pelo próprio governador, os catarinenses deveriam “manter a fé” de que a “Pátria possa vencer a grave crise”.<sup>115</sup>

A hesitação do governador catarinense resumia, também, a situação desconfortável em que muitos percebiam se encontrar no Estado. Pode-se dizer mesmo que Santa Catarina foi diretamente afetada pela crise em três dimensões básicas: política, econômica e psicológica.

---

*Columbia Broadcasting System* visitou o Brasil com o intuito de “colocar o rádio a serviço da política de *good will*”.

<sup>112</sup> Ibidem, p. 157.

<sup>113</sup> SILVEIRA, Norberto. **Reportagem da Legalidade** (1961-1991). Porto Alegre: NS Assessoria em Comunicação Ltda, 1991, p. 19 e 20.

<sup>114</sup> *O Estado*, Florianópolis, 27 ago. 1961, p. 8.

<sup>115</sup> Ibidem.

Décadas após os acontecimentos, Eglê Malheiros evidenciou, num depoimento, que a calma e a indiferença expressa na declaração de Celso Ramos não se verificava nas ruas da capital e de outras cidades do estado.

Aquilo refletiu muito aqui. O Brizola conseguiu falar para o Estado inteirinho, porque tinha muito gaúcho no oeste e ele tinha muita influência lá. Na medida que eles interceptavam a rádio, eles aumentavam a potência. Era uma coisa que, normalmente, tinha de ser feito mediante a convênio e eles simplesmente aumentavam. Então as pessoas ficavam ouvindo a Rádio da Legalidade o tempo todo.<sup>116</sup>

Com a organização dos legalistas a partir do Rio Grande do Sul, o território de Santa Catarina foi definido como estratégico na manutenção do impedimento ao Vice-Presidente eleito. Florianópolis foi escolhida um ponto militar decisivo para o embate entre legalistas e golpistas. Já no dia 30, com as rádios espalhando acusações de lado a lado e exortando tomadas de posições entre os catarinenses, o Comandante do V Distrito Naval, o Contra-Almirante Luiz Clóvis de Oliveira, divulgou, em Florianópolis, uma nota afirmando que o governo do Rio Grande do Sul distribuiria armas para toda a população civil e que, dessa forma, fomentava a subversão e a agitação da população, “desse momento em diante, portanto, deixam de existir simples civis indefesos e armados”, finalizava em tom de ameaça. Florianópolis tornava-se, portanto, o coração do movimento golpista de 1961.<sup>117</sup>

A declaração de Oliveira era só a oficialização do movimento que já estava instaurado na cidade. Já no dia 28, segundo denúncia feita pelo *Diário da Tarde*, todas as emissoras de rádio da capital estavam sob censura de tropas militares. O periódico não para nas denúncias, na mesma edição acusou o general Odílio Denys de ser “arbitrário, desonesto, prepotente e infame”.<sup>118</sup> No dia seguinte o jornal foi fechado e os outros periódicos da cidade também são colocados sob a censura dos militares leais ao Contra-Almirante.<sup>119</sup>

---

<sup>116</sup> MALHEIROS, Eglê. Entrevista concedida a Milano Cardoso Cavalcante no dia 10 de fevereiro de 2004. Disponível no Laboratório de História Oral/UFSC, entrevista nº 476, p. 7.

<sup>117</sup> *A Gazeta*, Florianópolis, 30 ago. 1961, p. 6.

<sup>118</sup> *Diário da Tarde*, Florianópolis, 29 ago. 1961, p. 5.

<sup>119</sup> Idem, 08 set. 1961, p. 6.

As declarações do Contra-Almirante foram seguidas de ações ainda mais concretas. Com o intuito de manter a ordem no estado vizinho foi despachada para Santa Catarina uma força-tarefa da Marinha composta pelo Cruzador Barroso, dois destróieres e três regimentos de fuzileiros navais, tudo isso avalizado pelo maior símbolo bélico das Forças Armadas brasileiras, o porta-aviões Minas Gerais, ancorado no Norte da Ilha.<sup>120</sup> O envio do Minas Gerais é ilustrativo das estratégias militares do momento. O Porta-Aviões era, como já vimos, um ponto de disputas entre Aeronáutica e a Marinha. Sua “estadia” em águas catarinenses serviu para alojar fuzileiros navais e parte dos militares leais aos ministros rebeldes. Apesar de assustador, contudo, a princípio a sua presença na costa de Santa Catarina não ia além de demonstração de força e de poderio bélico por parte dos militares golpistas.<sup>121</sup>

Mesmo assim, a Força Aérea e o Exército não se ausentaram do confronto. Utilizando Curitiba como base de apoio, foram enviados mais de trezentos pára-quedistas para a Base Aérea, no Sul de Florianópolis. Aviões vindos do Rio Grande sobrevoavam a cidade provocando um verdadeiro clima de confronto<sup>122</sup>. Silvio Pinto da Luz, coronel que comandava o 14º Batalhão de Caçadores, aderiu, assim como os outros oficiais, às decisões de Luiz Clovis de Oliveira. Sem demora, Florianópolis recebeu uma tropa vinda do Rio de Janeiro com o objetivo de reforçar o contingente catarinense.<sup>123</sup> A cidade tornou-se palco de manobras e desfiles militares. Definitivamente a população catarinense se via no centro das disputas militares que agitavam o ano de 1961.

Nesse momento a situação da Campanha da Legalidade no Rio Grande do Sul já era outra. No dia 28, o III Exército, responsável por todo o Sul do Brasil, aderiu à Legalidade. A adesão serviu para dividir ainda mais as fracionadas Forças Armadas nacionais deixando, agora, o Rio Grande do Sul mais capacitado para defender militarmente à posse de João Goulart.

---

<sup>120</sup> A *Gazeta*, Florianópolis, 05 set. 1961, p. 10.

<sup>121</sup> Os jornais da cidade indicavam grande peregrinação de turistas até a praia dos Ingleses onde estava o porta-aviões. Segundo o jornal *O Estado*, “diversos curiosos com suas famílias, deslocaram-se para pontos do nosso interior a fim de, munidos com seus binóculos, apreciarem o digno espetáculo oferecido pelo porta-aviões ‘Minas Gerais’ da nossa Marinha brasileira.”

<sup>122</sup> MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. **1961**: que as armas não falem. São Paulo: Ed. Senac, 2001, p. 12.

<sup>123</sup> A *Gazeta*, Florianópolis, 05 set. 1961, p. 12.



Como pode-se supor, as movimentações militares em Santa Catarina afetavam diretamente a população na sua vida cotidiana. Essa hipótese torna-se mais evidente quando levamos em conta que o movimento militar golpista concentrado em Florianópolis também precisou combater os tumultos e as resistências internas no Estado. Não era possível, nem entre os mais humildes, a não tomada de posição frente aos acontecimentos. Logo no início da crise os estudantes secundaristas, por exemplo, decretaram uma greve geral.<sup>124</sup> Essa medida contribuiu para deixar o clima ainda mais tenso devido aos interesses das escolas particulares da capital, entre elas o prestigiado Colégio Catarinense.<sup>125</sup>

O movimento estudantil instalou na frente da sede da União Catarinense dos Estudantes, no centro de Florianópolis, alto-falantes ligados à Rede da Legalidade que reproduziam, para a população em geral a situação dos acontecimentos políticos nacionais. Ordenado pelo V Distrito Naval para que retirasse os alto-falantes, sob pena de serem retirados à força por soldados da Marinha, o presidente da UCE, Marcílio Krieger, organizou uma comitiva com os presidentes dos Centros e Diretórios Acadêmicos e se dirigiram a Oliveira exigindo o cumprimento da Constituição.<sup>126</sup>

Enfim, foi um período muito interessante porque nós percebemos que era possível lutar e estarmos organizados. O pessoal de liderança se movia muito, pois sempre havia a impressão de que a qualquer momento seríamos presos. Havia infiltração. Gente infiltrada dentro do movimento, mas que em pouco tempo conseguíamos detectar. O serviço de alto-falantes continuou funcionando e só foi desligado, não por pressão da polícia ou do governador Celso Ramos, que nos chamou e determinou que fosse suspenso, ameaçando a não liberação da verba do restaurante. O corte chegou a ocorrer, mas tínhamos uma reserva financeira e ainda aproveitamos para realizar uma passeata de protesto até o palácio do governo, pela legalidade e pela verba do restaurante.<sup>127</sup>

---

<sup>124</sup> *O Estado*, Florianópolis, 30 ago. 1961, p. 10.

<sup>125</sup> *Idem*, 31 ago. 1961, p. 8.

<sup>126</sup> MORETTI, Serenito. *Op.Cit.*, p. 79.

<sup>127</sup> KRIEGER, Marcílio. Entrevista concedida à Victória Gambetta da Silva em 24 de fevereiro de 2005. Acervo da autora, p.9.

Segundo Krieger, a Legalidade foi o momento em que o movimento estudantil catarinense teve seu momento mais ativo. Uma cidade sitiada por militares, sem um movimento operário e com sindicatos com pouca força popular e política tinha, no movimento estudantil, a válvula de escape para a resistência. Em diversos momentos das manifestações pelo cumprimento constitucional em Florianópolis, o embate entre estudantes e militares esteve próximo. A simpatia dos Praças pela causa defendida pelos estudantes e a aproximação destes com o movimento impediu esses choques e propiciou a continuidade das passeatas e dos comícios. Além dos estudantes, os funcionários públicos do estado, organizados em seus sindicatos profissionais também participavam da resistência, unindo-se aos estudantes nas passeatas e em reuniões na Rua Álvaro de Carvalho, na sede da UCE.

128

O clima de tensão foi tamanho que a Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina determinou, no início de setembro, o fechamento de bares e cafés às 22 horas, com a proibição de bebidas alcoólicas após às 18 horas. O ambiente de desconforto e de abatimento psicológico transformava a cidade em uma “zona de guerra”,<sup>129</sup> para alguns, e em uma cidade de “aspecto sombrio e monótono”,<sup>130</sup> para outros.

Em setembro, tropas do III Exército invadiram o território catarinense e a lembrança que tomou conta de muitos foi a da Revolução de 1930. A resposta dos golpistas não tardou a ocorrer. Ordens foram dadas por Silvío Pinto da Luz para que cinco pontes fossem dinamitadas até Laguna. Tropas do 14º Batalhão de Caçadores foram enviadas para o Sul com o intuito de bloquear estradas. Não sabemos, no entanto, se todas essas determinações foram, de fato, obedecidas, porém, notícias deram conta de que o trecho entre Laguna e Florianópolis foi interrompido, deixando o fluxo viário para o Sul do estado comprometido pela ausência de algumas pontes.<sup>131</sup>

Como indicador do clima que tomou conta da cidade e do Estado, no início de setembro podemos comentar o caso da Ponte Hercílio Luz. Única ligação, na época, entre a Ilha-capital e o restante do território catarinense, no princípio do mês, sua implosão foi mesmo cogitada, ou, pelo menos, a remoção do seu calçamento.<sup>132</sup> Essa última medida, que, de fato, foi concretizada em 1930, visava impedir a passagem de tropas legalistas em

---

<sup>128</sup> PEREIRA, Nezio, Op. Cit, p. 6.

<sup>129</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 09 set. 1961, p. 17.

<sup>130</sup> *A Gazeta*, Florianópolis, 04 set 1961, p. 11.

<sup>131</sup> Idem, 09 set. 1961, p.4.

<sup>132</sup> Idem, 13 set. 1961, p.13.

direção à Florianópolis, mantendo a capital sob as ordens dos ministros militares. Os depoimentos sobre esse evento mostram o que significou tal ação para a população da cidade. Mais uma vez, diante dessa possibilidade de recrudescimento golpista o ato de resistência mais combativo a favor dos legalistas partiu dos estudantes.

Nós então, após uma reunião na UCE, decidimos ir conversar com o Arcebispo Auxiliar de Florianópolis, Dom Felício da Cunha Vasconcelos. Ele não era de esquerda, era da hierarquia da Igreja, porém muito sensível a certas reivindicações. Colocamos a ele a necessidade de sua intervenção no assunto, visto que se houvesse essa “maluquice” de dinamitar a ponte a ilha ia ficar isolada do mundo. E ele nos disse: “vou me aprontar e seguirei para o meio da ponte, quero ver se eles têm coragem de dinamitar a ponte”. Ele não chegou a ir, pois a notícia se espalhou pela cidade através do serviço de auto-falantes e a Marinha e a Aeronáutica desmentiram a hipótese. Mas o fato é que ele se dispôs a ir. E eu não tenho dúvidas de que se fosse o caso ele iria.<sup>133</sup>

A perspectiva de destruição ou interrupção do único acesso a capital do estado afetou profundamente a população. Não era possível manter-se indiferente frente às disputas políticas e militares que estavam sendo travadas em plena cidade. Em Joinville as notícias davam conta de confrontos no Sul de Santa Catarina, evitados com a ação direta do governador Celso Ramos.<sup>134</sup> Em Criciúma, também no Sul, local onde tropas gaúchas estavam acantonadas, o início do embate era esperado e era programado para ocorrer em Palhoça, cidade vizinha à Florianópolis.<sup>135</sup> No auge da tensão, o Comandante do 5º Distrito Naval ameaçou diretamente o governador Leonel Brizola, informando que todas as ações seriam tomadas caso as tropas gaúchas continuassem avançando em território catarinense. Segundo o comandante:

---

<sup>133</sup> KRIEGER, Marcílio. Op. Cit, p. 11.

<sup>134</sup> *A Notícia*, Joinville, 7 set. 1961, p 11.

<sup>135</sup> DIAS, Manoel. Entrevista concedida ao autor. Florianópolis, 13 de janeiro de 2009.

Como a maior autoridade militar nos Estados do Sul e representante das forças federais na área da quinta região, venho suportado, Sr. Governador, nesta vigília cívica ininterrupta que se prolonga há dias, todas as suas ameaças, toda a sua arrogância, todos os seus arremedos de defensor da ordem e da legalidade em nome de uma causa impatriótica e criminosa.

Tem falado V.Exa em nome da legalidade constitucional. E ninguém nesta terra, no momento, tem tão pouco direito de falar em legalidade quanto V.Exa – Em nome da legalidade, V.Exa, lançou-se numa campanha de descrédito das instituições quando o país possuía o governo legal, legitimamente empossado, em virtude da ausência no país do sr.vice-presidente eleito; em nome da legalidade V.Exa. fez avançar contra o Estado de Santa Catarina, as tropas do 18º R.A., de Batalhões da Brigada do Rio Grande, e colocou em posição de ataque e combate, as tropas do 19º R.I. de Lajes.

Mas é bom que, agora, finalmente, o povo brasileiro saiba de qual critério que usa V.Exa. para definir o que seja legalidade. Há poucos dias tive a honra de considerar meu hospede nas dependências do 5º Distrito Naval, ao dr. Brochado da Rocha, Secretário do Interior a quem V.Exa. mandou a Sta. Catarina a fim de parlamentar com o sr. Governador Celso Ramos. E esse emérito brasileiro, contra quem não quis cometer a injúria de considerá-lo meu prisioneiro, disse-me, a mim e ao exmo. Sr. Governador Celso Ramos, como jurista que é, que a emenda parlamentarista era uma solução absolutamente legal e que não poderia deixar de ser acatada pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul. Entretanto, hoje, invade o território deste Estado na tentativa de lançar o País à Guerra Civil.

(...) Disponho neste momento, Sr. Governador Brizola, de forças militares necessárias para esmagá-lo definitivamente ao primeiro tiro.

Em defesa desta cidade de Florianópolis, em defesa deste Estado de Santa Catarina, em defesa da família brasileira, em defesa do nosso destino e do nosso

futuro e em defesa – agora, sim, Sr. Governador Brizola, em defesa da legalidade.<sup>136</sup>

O texto do Contra-Almirante Luiz Clovis de Oliveira já possuía um tom diferente em relação a suas declarações anteriores. A medida parlamentarista já estava acertada e Jango estava em território brasileiro, vindo a assumir como presidente no dia 7 de setembro de 1961.<sup>137</sup> Como o militar deixou claro, um dos secretários de Brizola, o futuro Primeiro-Ministro Brochado da Rocha, foi preso em Florianópolis, no final de agosto, quando viajara para Santa Catarina para negociações com Celso Ramos. A preocupação militar em Santa Catarina foi tamanha que, em janeiro de 1963, passado mais de um ano do conflito, tropas federais ainda monitoravam os carros vindos do Rio Grande do Sul procurando armas e outros utensílios bélicos.<sup>138</sup>

Esse era o clima e a situação na qual Santa Catarina se encontrava durante o período da Legalidade. O cotidiano da população, especialmente de Florianópolis, havia sido profundamente afetado. Ainda que, até então, fosse possível se manter relativamente indiferente aos acontecimentos nacionais, ao se tornar o cenário privilegiado de uma guerra civil, isso já era praticamente impossível. Durante as semanas em que a crise tornou-se central em Florianópolis, a busca por gêneros alimentícios cresceu consideravelmente. O aumento do custo dos mantimentos de primeira necessidade era diário e motivava reclamações rotineiras nos jornais. As queixas agravavam-se com o fechamento do comércio durante vários dias avalizado com o receio de uma possível deflagração armada.<sup>139</sup> Em outubro, esses artigos, considerados essenciais para a manutenção de uma família, haviam subido cerca de 50% destruindo os já esfacelados rendimentos da população, ainda mais se considerarmos a inflação galopante do período.<sup>140</sup>

---

<sup>136</sup> Manifesto ao Governador Brizola. *O Estado*, Florianópolis, 04/09/1961.

<sup>137</sup> A solução parlamentarista foi a fórmula encontrada pelos congressistas como maneira de por fim aos conflitos gerados pela renúncia de Jânio. João Goulart assumia a Presidência da República, mas seus poderes seriam limitados pelo novo sistema de governo. Tancredo Neves, um dos articuladores da emenda, assumiria como Primeiro-Ministro.

<sup>138</sup> Em Tubarão, na Ponte Nereu Ramos, militares estavam a meses a procura de armas. *A Notícia*, Joinville, 04/01/1963.

<sup>139</sup> *A Gazeta*, Florianópolis, 2 set. 1961, p 5.

<sup>140</sup> Idem, 12/10/1961.

Com o fim da crise e a reabertura dos jornais podemos, finalmente, avaliar a dimensão do impacto político que a Campanha da Legalidade provocou entre os catarinenses, especialmente em se tratando da projeção pública de Leonel Brizola. Inicialmente os estudantes deram o tom dos elogios e das congratulações a Brizola. Em carta enviada ao governador do Rio Grande, publicada em diversos jornais catarinenses, a UCE parabenizou o líder gaúcho “pelo rumo que imprimiu desde o primeiro instante, à campanha nacional pela Legalidade e pela Constituição”. Mais adiante, no mesmo texto, além de declarar sua admiração pelo povo gaúcho e por Leonel Brizola, os estudantes afirmaram que “o Brasil não esquecerá essa lição de heroísmo temerário e patriotismo”.<sup>141</sup> Já o *Diário da Tarde*, também de Florianópolis, foi além. Em editorial do dia 8 de setembro, o jornal comparou Brizola aos “heróis pátrios” Duque de Caxias, Deodoro da Fonseca e Fernando Machado: “hoje, como no passado, surgem, magníficos os líderes da brasilidade, em luta pela defesa da Constituição e da Legalidade”. Após a Campanha da Legalidade, o mito de Brizola consolidou-se entre parte da população catarinense associado às ideais de democracia, liberdade e constitucionalidade.

Como bem relembra Jorge Ferreira, com a crise de agosto de 1961, Leonel Brizola materializou-se como um político diferenciado, que procurou uma alternativa inusitada na política brasileira. Com a Campanha da Legalidade, o governador do Rio Grande do Sul perdeu sua condição profana, de político “interesseiro” e “individualista”.<sup>142</sup> Foi essa imagem, somada à do governador eficiente e do nacionalista ferrenho, que conquistou parte da população catarinense e possibilitou o engajamento políticos de classes populares até então pouco participativas na política nacional.

A Campanha da Legalidade, principalmente no que tange a sua movimentação no Rio Grande do Sul, teve implicações profundas entre os catarinenses. As movimentações de tropas, a possibilidade de Guerra Civil e a mudança no cotidiano da população, provocaram consequências psicológicas intensas entre a população em geral. Economicamente as pessoas mais pobres sentiram um aumento considerável no custo de vida após as semanas em que Florianópolis e Santa Catarina se tornaram uma quase “Zona de Guerra”.

---

<sup>141</sup> *O Estado*, Florianópolis, 7 set. 1961, p. 7.

<sup>142</sup> FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 293.

Além das consequências econômicas e do impacto psicológico, a crise de 1961 teve consideráveis desdobramentos políticos em Santa Catarina. Como vimos, algumas personalidades saíram fortalecidas, alguns mitos foram construídos. Leonel Brizola foi um deles. Com a movimentação pela posse do Vice-Presidente João Goulart, o governador gaúcho consolidou e ampliou o seu capital político em solo catarinense, potencializando simpatizantes e adeptos as causas nacionalistas e trabalhistas em todo o Estado.

Como vimos, para entender a movimentação política, social e os grupos políticos atuantes na década 1960 precisamos necessariamente compreender, ou pelo menos ter em mente, as disputas referentes à Guerra Fria, especialmente na América Latina após a Revolução Cubana e a sua adesão ao projeto socialista. Esses confrontos ideológicos, agravados pelo já enraizado anticomunismo brasileiro, foram fundamentais para as posturas políticas de esquerda e de direita que vemos no país e em Santa Catarina no final dos anos 1950.

Somado a isso, no que diz respeito aos contextos local, e nacional, devemos considerar a fragilidade das instituições de democracia liberal forjada na Constituição de 1946, que desde o governo democrático de Vargas, mostrava suas vísceras carcomidas pelo desprezo que parte da elite econômica, política e militar nutria pelas decisões populares.

Foi nessa conjuntura política que surgiu uma geração que se posicionava por uma resolução dos problemas sociais brasileiros defendendo a indústria nacional e o impedimento das remessas de lucros internacionais. Aos poucos, esse grupo de homens e mulheres foi radicalizando as suas propostas ao ponto de dotar o movimento nacionalista do qual faziam parte de cores antiimperialistas e de reformismo social, aprofundando cada vez mais os seus projetos até a eclosão do Golpe Civil-Militar de abril de 1964.

A população catarinense não foi exceção nesse contexto. Com as questões candentes alçadas pela Guerra Fria e pela Revolução Cubana no início da década de 1960, os nacionalistas catarinenses surgem no cenário político regional concorrendo ou colaborando com os petebistas. O PTB de Santa Catarina, assim como o nacional, se reconstruiu durante a segunda metade da década de 1950 e entrou nos anos 1960 repleto de disputas e contradições.

Não por acaso, a influência trabalhista do estado vizinho, Rio Grande do Sul, começou a tomar corpo em Santa Catarina. Leonel Brizola foi uma figura central nessa conjuntura. Seu prestígio crescente durante o governo

no Rio Grande do Sul se consolidou durante a crise de agosto de 1961. Com a Campanha da Legalidade, o capital político angariado por Brizola como prefeito e governador se transformou e se firmou. Como vimos, após 1954, ocorreu um processo de transferência e captação do carisma de Vargas para líderes petebistas, especialmente para João Goulart. Com Brizola, essa rotinização e dispersão de carisma ocorreu de maneira mais gradual. Se a liderança do PTB consolidou o espectro getulista em Goulart, a plataforma social e nacionalista defendida por Brizola na segunda metade dos anos 1950 e a “defesa da Legalidade” em 1961 não só elevou o governador gaúcho à liderança dos grupos nacionalistas e trabalhistas como, também, o firmou entre as principais lideranças de esquerda do período. Uma ascensão que o elevou a ponto de rivalizar com o próprio Presidente João Goulart.

O poder de sedução, encantamento e fascinação que Leonel Brizola concentrou até 1961 através do rádio e do contato direto com as pessoas foi utilizado novamente, com sucesso, em 1963. A utilização da Rádio Mayrink Veiga e de programas semanais para tratar de problemas cotidianos e trabalhistas torna-se mais inteligível se levarmos em conta todas essas questões. A proliferação de Grupos dos Onze, em todo território nacional, mas especialmente nos estados do Sul, foi diretamente proporcional à popularidade de Leonel Brizola nessa região do Brasil. A identificação de homens e mulheres nos partidos e organizações trabalhistas, no período que antecede o Golpe de 1964, não pode ser compreendido sem considerarmos a simpatia que diversos setores da sociedade brasileira nutriam pelos “projetos brizolistas”. O que exatamente esses projetos significavam, quais eram o seu conteúdo, isto é outra história.



## 2 – IDEIAS EM PANFLETO: O projeto nacional-reformista nas páginas do jornal *Panfleto*

Usam a bandeira da democracia apenas como pretexto, pois, o que buscam é anular as liberdades já conquistadas por nosso povo e impedi-lo de aperfeiçoar, ainda mais, a democracia que já alcançamos.

Leonel Brizola, 1964

Este capítulo busca compreender como se constituíram, em Santa Catarina, os projetos políticos dos setores trabalhistas mais radicais identificados com parte do Partido Trabalhista Brasileiro (mas não só com ele).<sup>143</sup> Para isso, demonstraremos como o trabalhismo modificou-se como cultura política.<sup>144</sup> Inicialmente amarrado à figura de Vargas, o trabalhismo sofreu uma primeira transformação logo após o desaparecimento do seu principal símbolo personalista. Sem uma diretriz única, o trabalhismo passou por diferenciações e transformações em seus horizontes políticos que ficaram cada vez mais evidentes, sobretudo às portas do Golpe Civil Militar de 1964. Para analisarmos essas metamorfoses utilizaremos como fonte principal o periódico que publicisava as discussões acerca do trabalhismo durante o início dos anos 1960: *Panfleto* (subintitulado “o jornal do homem

---

<sup>143</sup> Tais projetos foram definidos por alguns estudiosos como “populismo dinâmico à esquerda”( Skidmore ), por outros de “nacionalismo pequeno burguês”( Gorender), “radicalismo esquerdizante”( Toledo) ou, até mesmo, “nacionalismo popular-revolucionário”( Schilling). SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getulio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Saga, 1969. GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas a esquerda brasileira: das ilusões perdidas a luta armada**. São Paulo: Ática, 1987. TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1983. SCHILLING, Paulo. **Como se coloca a direita no poder**. São Paulo: Global, 1979.

<sup>144</sup> Como vimos anteriormente. A ideia de trabalhismo como cultura política empregada neste trabalho se inspira nas reflexões de Serge Bernstein e foi aplicada por Ângela de Castro Gomes em diversos trabalhos. Dentre eles:

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1994.

\_\_\_\_; D'ARAUJO, Maria Celina. **Getulismo e trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989.

de rua”).<sup>145</sup> Editado no curto período dos dois meses que antecederam o Golpe de 1964, com uma tiragem, que como veremos, chegava a 200 mil exemplares e distribuído pelos correligionários petebistas e simpatizantes da causa nacionalista, o semanário apresentava detalhadamente os projetos trabalhistas, visibilizando as disputas no interior do partido por meio das críticas a setores do PTB que, segundo seus redatores, impediam ou dificultavam o aprofundamento das reformas de base debatidas ao longo do Governo Jango.

## 2.1 – A política em mutação: O trabalhismo como cultura política

As lutas sociais ocorridas durante as primeiras décadas do século XX, no Brasil e no mundo, são marcantes para a formação do pensamento trabalhista. A retórica dos trabalhadores urbanos desse período foram apropriados e resignificados, sobretudo, a partir dos primeiros anos da “Revolução de 1930”, chefiada por Getúlio Vargas.

O trabalhismo como formação político-ideológica, contudo, surgiu no século XIX juntamente com o movimento socialista inglês. O trabalhismo britânico tem origem no chamado “socialismo utópico” (ou não marxista) e emergiu como o movimento político que defendia os interesses políticos e econômicos do operariado organizado. Tal movimento, apesar de relacionado ao socialismo, não possuía, necessariamente, um caráter revolucionário. Suas propostas de defesa do proletariado passavam mais por reformas dentro do capitalismo do século XX do que por mudanças estruturais visando a superação da sociedade de classes.<sup>146</sup>

No Brasil, as manifestações proletárias e o clima de desconfiança política fizeram com que a elite intelectual erguesse, através da apropriação da retórica popular, a imagem de um líder e de um Estado que, supostamente, acalmaria as lutas de classes e as reivindicações dos trabalhadores.<sup>147</sup> A dita “Revolução de 1930” surgiu como a ação prática

---

<sup>145</sup> KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 2. Ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

<sup>146</sup> Sobre essa relação entre o trabalhismo, o socialismo e o capitalismo durante o início do século XX, ver o capítulo “Marx e o trabalhismo: o longo século.” In: HOBSBAWM, Eric. **Como mudar o mundo**: Marx e o marxismo, 1840-2011. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

das elites na formação de um Estado “acima das classes” e que encobriria as disputas entre elas.

A principal ferramenta para tal ação foi o Ministério do Trabalho, sintomaticamente conhecido como o “Ministério da Revolução”. Originado em 1930, o Ministério desempenhou um papel fundamental na estatização dos sindicatos e na articulação de uma legislação trabalhista que foi central para a manutenção da “ordem” no Brasil.

O Estado apropriou-se da linguagem operária e a reelaborou. O trabalhismo, nesse sentido, seria o resultado das intermediações entre a ideologia dominante, burguesia, com a ideologia, emergente, proletária. Essas relações seriam cheias de intersecções, mudanças e readequações que, nesse momento, já fariam parte do compromisso supraclassista.

Dessa forma, o compromisso de classes seria a única forma capaz de manter a sociedade brasileira “equilibrada”. Tentando domar as lutas sociais o governo buscava garantir o desenvolvimento industrial e permitiria que a economia brasileira caminhasse para um novo patamar capitalista. Esse novo estágio não poderia ser alcançado sem que algumas demandas sociais de alguns grupos urbanos fossem atendidas e, nesse processo, o trabalho fosse guindado para um novo nível moral. O trabalho passou, então, a representar o grande valor do cidadão brasileiro.

É impreciso pensarmos o trabalhismo sem o vincularmos à figura de Getúlio Vargas, e, conseqüentemente, ao getulismo. Este último surgiu paralelamente ao trabalhismo e pode ser compreendido como a mitificação de Vargas através da construção de uma figura paterna, doadora de benefícios sociais aos trabalhadores feitas durante o Estado Novo.

Como bem salienta a historiadora Ângela Gomes, até 1937, Getúlio não tinha uma projeção de liderança nacional. De 1932 a 1937, Vargas enfrentou um conturbado momento político, cheio de agitações e revoltas. Mesmo no período eleitoral de 1934, o presidente passou por muitas dificuldades parlamentares e precisou utilizar-se dos mais diversos recursos e manobras políticas para garantir a sua eleição.<sup>148</sup>

A estabilidade do Estado Novo, a partir de 1937, estava firmada no compromisso de promover o desenvolvimento econômico do país. Com esse compromisso Vargas garantiu o apoio das Forças Armadas e de setores da burguesia, que através do compromisso de classes, apoiou as medidas de alcance social do governo. Com isso Getúlio utilizou insistentemente o discurso de que o Estado Novo representava a

---

<sup>148</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1994, p. 203.

implementação, no país, de uma democracia social, valorizando o trabalho e fazendo com que o Estado se reencontrasse com a nação, processo, por sua vez, catalisados pela liderança pessoal do presidente.<sup>149</sup>

A personificação do Estado na figura de Getúlio Vargas se fortaleceu principalmente após o golpe do Estado Novo. Mas é especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial que o mito de Vargas é lançado em definitivo para a memória coletiva, principalmente para a memória dos trabalhadores.

Com o enfraquecimento do sistema político autoritário estadonovista tornou-se necessária uma nova justificativa ideológica para garantir a legitimidade do governo. O apoio do Brasil aos países aliados e o confronto direto com o autoritarismo político do Eixo, tornou-se insustentável a manutenção do Estado Novo. É nesse contexto que o trabalhismo será utilizado como carro chefe da propaganda varguista.

Desde 1939 o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi utilizado como a instituição responsável por produzir toda a imagem pública do regime e do seu líder. Com o DIP, foi montado um aparato simbólico que passou pela criação de datas festivas, concursos populares e programas radiofônicos com o objetivo de divulgar e cimentar as grandes “dávivas” trabalhistas do governo de Getúlio Vargas.

Portanto, sob a tutela do DIP, o mito do demiurgo do Estado brasileiro foi surgindo. José Murilo de Carvalho, quando trata da figura de Tiradentes, demonstra como o processo de mitificação é útil para a legitimação da ordem institucional urgente. O getulismo surgiu com a intensificação da propaganda trabalhista, e o trabalhismo se fortaleceu com a mitificação da figura de Vargas. Nesse período, portanto, não podemos separar uma coisa da outra.

Assim, sob a chancela do Ministério do Trabalho e a supervisão e construção propagandística do DIP, iniciou, a partir do início da década de 1940, um grande esforço pela consolidação da imagem do presidente e do seu governo.

Com os anos trinta, o rádio começou a tornar-se um meio de comunicação muito difundido no Brasil. O rádio popularizou-se, principalmente, pela fácil e rápida assimilação das mensagens veiculadas. Por articular uma linguagem falada, o rádio poderia, pela primeira vez, atingir grandes parcelas da população não alfabetizada (segmento que, à época, constituía a grande maioria do povo brasileiro). Além disso, não

---

<sup>149</sup> GOMES, Angela Maria de Castro; D'ARAUJO, Maria Celina. Op.cit. p. 7.

podemos deixar de perceber que sua funcionalidade permite que o ouvinte não interrompesse as suas eventuais atividades laborais para se dedicar a decodificação das mensagens transmitidas por aquele veículo. Em suma, o rádio possibilitava que houvesse um contato “direto” do líder com as pessoas ditas comuns, nesse sentido, a tecnologia radiofônica permitiu o desenvolvimento de um novo tipo de política. Com o rádio, os líderes puderam falar imediatamente com às multidões, retirando, dessa forma, todo um aparato intermediário que poderia modificar, despersonalizar, ou mesmo, empobrecer emocionalmente o discurso do líder. Mais do que isso, com o rádio a oratória e sentimento assumiram uma outra proporção na política.

Com a utilização sistemática desse meio de comunicação tivemos, entre os anos de 1942 e 1945, com o Ministro do Trabalho, Marcondes Filho, um ininterrupto contato entre os chefes da nação e os trabalhadores. Contato direto, todas as quintas-feiras, para informar, com linguagem simples e objetiva, todos os resultados dos programas na área do trabalho do governo. Além de informar, o programa tinha o claro interesse em demonstrar e avaliar todos os “benefícios” sociais que o povo gozava graças às “virtudes” do governante. Para Castro Gomes, essas demonstrações já ratificavam o papel propagandístico das explanações semanais:

Por não ter sido conquistada ao longo de uma epopéia de lutas, e sim outorgada pela sabedoria do Estado, essa legislação exigia divulgação e esclarecimentos. O programa radiofônico guardava a idéia do estabelecimento de um colóquio sistemático entre o Estado e o povo, através da pessoa do ministro do trabalho.<sup>150</sup>

O programa em questão não é o único recurso radiofônico utilizado pelo governo. Mesmo antes de 1942 decretos-leis obrigavam a transmissão da “Hora do Brasil” em todos os estabelecimentos comerciais que possuíssem aparelho de radiodifusão, além disso, aconselhava que nas cidades do interior fossem instalados alto-falantes para reprodução do programa nos locais públicos mais movimentados.<sup>151</sup>

---

<sup>150</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro. Op.cit. p. 196.

<sup>151</sup> Ibidem, p. 197.

Tais mecanismos somavam-se à comemorações que deveriam povoar o imaginário da população e constituir a memória da legislação social, bem como a divulgar os novos direitos. Nesse contexto, a comemoração de feriados nacionais já tradicionais, como o Dia da Independência (7 de setembro) e o Dia da Proclamação da República (15 de novembro), tornaram-se datas especiais também para o novo regime, dias em favor da construção e manutenção da pátria brasileira sob a égide de Vargas. Porém, a data mais significativa era, sem dúvida, o Dia do Trabalhador, transformado, agora em Dia do Trabalho. Comemorado oficialmente no Brasil a partir de 1931, o dia 1º de maio tornou-se a data que o chefe da naçãoalaria para o verdadeiro cidadão: o trabalhador assalariado. O Estádio de São Januário, na época o maior do Rio de Janeiro (até 1943 o maior do país), era utilizado sistematicamente para o anúncio de novas leis trabalhistas que anualmente eram apresentadas como verdadeiros presentes magnanimamente concebidos aos trabalhadores brasileiros.

Gradativamente, a figura de Getúlio tornou-se um ícone nacional. Mais do que isso, ao personificar o próprio Estado brasileiro, Getúlio foi se tornando um líder com características muitas vezes sobre-humanas, um ser com as mais profundas capacidades técnicas para governar o país, além de uma sensibilidade só comparável a de um “grande pai”. Para chegar a esse ponto, além da propaganda governista e do contato direto com o povo, o getulismo sofreu as ações de intelectuais que foram fundamentais na projeção e na fixação da imagem pública do presidente. Além do próprio Marcondes Filho, Ministro do Trabalho, Francisco Campos, já em 1935, defendia que o debate intelectual não resolvia as questões políticas típicas do “clima de massas”. Era necessário um pacote de recursos que manipulassem as forças irracionais (trabalhadores). Já para outro ideólogo estado-novista, Azevedo Amaral, só seria possível governar quando o líder realmente possuísse “qualidades superiores”. E nesse sentido, as características do “iluminado Getúlio Vargas” seriam de fato físicas, de cunho basicamente biológico:

Ele era detentor de umas tantas “condições biopsíquicas”, transmitidas por via hereditária, que lhe conferiam uma “organização somática e sobretudo nervosa” reveladora de “capacidade mais biológica que propriamente psíquica”. Para ele

[Azevedo Amaral] Getulio Vargas tinha o “instituto da ordem”.<sup>152</sup>

Com todo esse arsenal propagandístico e ideológico a figura de Vargas transformou-se em algo muito além de um grande estadista. Ele seria um “gênio político” devido a sua clarividência. O mito de Vargas pode ser resumido por uma construção dupla: de um lado Vargas era repleto de intuição, magia, profecia e predestinação. Características de certo modo metafísicas. E, por outro lado, o líder era um super-racional, datado de uma imensa capacidade de planificação e previsão além do normal, habilidades que atestavam a uma inteligência e um cabedal de conhecimentos técnicos únicos e extraordinários. Assim, trabalhismo e getulismo fundiam-se em uma única corrente ideológica. Até a morte de Getulio Vargas, em 1954, esse bloco manteve-se sólido.

Sólido, porém não homogêneo. Podemos compreender o trabalhismo como uma “cultura política”. Dentro de estudos identificados, a partir dos anos 1980, como Nova História Política, não poderíamos mais ver uma grande cultura política, como o trabalhismo brasileiro, como um bloco monolítico e perfeitamente identificado entre si. Mas pelo contrário, como uma multiplicidade de culturas políticas similares, por vezes antagônicas e conflituosas, mas sempre simbióticas e congênicas, todas elas dialogando entre si. Podemos afirmar que essas culturas políticas se apresentam frequentemente como projetos de sociedades, de Estado ou de uma visão/leitura de um passado em comum. Assim, essas culturas expressam valores, desejos, paixões, ideias, símbolos, ritos em memórias que objetivam lutas simbólicas de poder.<sup>153</sup> Como uma categoria histórica que sofre mudanças no decorrer do tempo, transformando-se, o conceito de cultura política nos serve para melhor compreendermos o trabalhismo e os valores e ideias defendidos pelas pessoas que, no início da década de 1960, formaram os Grupos dos Onze. Uma cultura política trabalhista que possuía (e possui) características intrínsecas à sua formação mas que readaptou-se com o passar dos anos e décadas.

Pensando a partir desses termos na ideia de cultura política trabalhista, interessa-nos especialmente o que Angela de Castro Gomes

---

<sup>152</sup> PARANHOS, Adalberto. **O roubo da fala**: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 64.

<sup>153</sup> ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. **Cultura política e leitura do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2007, p. 13.

chamou de “segundo tempo do trabalhismo”. O momento em que essa cultura política passou por grandes mudanças, especialmente após o desaparecimento de seu principal elemento: a pessoa física de Getúlio Vargas.<sup>154</sup> Suas principais características serão avaliadas, no decorrer deste texto, com base no jornal *Panfleto*, periódico produzido e lido por grupos que reelaboravam e difundiam o ideário trabalhista no início dos anos 1960 (frações partícipes dessa cultura política chamadas, por alguns, de “trabalhistas radicais” ou “brizolistas”).

## 2.2 – *Panfleto*: o jornal do homem de rua

O jornal semanário *Panfleto* foi editado no Rio de Janeiro, teve sete números e circulou nacionalmente de fevereiro a março de 1964. Ou seja, exatamente no momento mais tenso na política brasileira desde a crise de 1961. A fundação do jornal tornou-se necessária para formar, juntamente com a rádio fluminense Mayrink Veiga, um amplo sistema de propaganda e difusão do ideário nacionalista, compondo uma rede de “combate” às grandes agências de comunicações do centro do país. Desde o final do ano de 1963, as forças ligadas a Frente de Mobilização Popular<sup>155</sup> condenavam a forma com que o governo Jango coordenava a política nacional e, naquele momento, conclamava o povo, através de um manifesto, a pressionar o executivo pela aplicação imediata das reformas de base.

A primeira versão de *Panfleto*, que possuía como subtítulo “Sempre a Verdade Fira a quem Ferir”, havia sido fundada em 1947 sob orientação do Partido Comunista Brasileiro<sup>156</sup> e sua reformulação, em 1964, ficou a

---

<sup>154</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas*. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

<sup>155</sup> A Frente de Mobilização Popular foi uma espécie de fórum de aglutinação das esquerdas. Criada em 1963 a FMP possuía vínculos com os estudantes, através da UNE, com parlamentares da Frente Parlamentar Nacionalista, com trabalhadores e intelectuais, tinha como objetivo central a luta pelas reformas de base. Sobre a FMP ver:

MORAES, Denis de. **A Esquerda e o Golpe de 64**: vinte e cinco anos depois as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989 e FERREIRA, Jorge. *A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular*. **Revista Brasileira de História**., 2004, vol.24, no.47.

<sup>156</sup> O fundador do periódico em 1947, Lourival Coutinho, escreveu que o “PANFLETO foi, durante muitos anos, embora as intermitências de circulação, o termômetro fiel das mais sentidas aspirações populares. Em suas colunas,

88



cargo de Paulo Schilling. Com ele, formou-se a Editora Panfleto, sob a presidência de João Cândido Maia Neto, homem de confiança de Leonel Brizola que, além do *Panfleto*, dirigia também a Rádio Mayrink Veiga.<sup>157</sup> O corpo de redatores do jornal contou com Tarso de Castro, José Silveira, Max da Costa Santos, Neiva Moreira, Demistocles Batista, Fernando Gabeira, Sérgio Magalhães, Adão Pereira Nunes, Paulo Alberto Monteiro de Barros e Álvaro Vieira Pinto, além é claro, de Leonel Brizola, responsável pela redação dos principais artigos do periódico.

A distribuição das edições de *Panfleto* era, em primeiro lugar, de responsabilidade de políticos ligados ao PTB, mas também contava com o apoio de militantes de vários movimentos sociais. Entre eles, as Ligas Camponesas, a União Nacional dos Estudantes, o Movimento dos Agricultores Sem Terra e até, como veremos mais adiante, membros dos Grupos dos Onze. Esses últimos, aliás, além de se formarem muitas vezes com inspiração no jornal, disseminavam as edições do periódico pela comunidade na qual se constituíram, contribuindo, desse modo, também para a proliferação de novos Comandos Nacionalistas.

A exposição da linha editorial de *Panfleto*, assim como seus objetivos políticos podem ser identificados já na sua primeira edição, em 17 de fevereiro:

[*Panfleto*] Surge como um anseio generalizado da população brasileira e faz da fidelidade aos problemas do povo, a razão de sua existência. Provavelmente será, no seio da família jornalística, uma ovelha negra; indiscutivelmente será, do ponto de vista econômico, uma fortaleza sitiada. Porque não cortejará o anúncio, porque não se submeterá a injunções, porque não encarará como sérios, como

---

estiveram autênticos democratas, expressões legítimas da boa imprensa em nosso País, aquela que acima das conveniências e dos interesses privativos, coloca em evidências e dos interesses privativos, coloca em distanciada altura os da Pátria e os do Povo.” IN: SZATKOSKI, Elenice. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Programa de Pós-Graduação em História. O jornal *O Panfleto* e a construção do brizolismo. Porto Alegre, 2008, p. 26.

<sup>157</sup> FERRARETO, Luiz Artur. **Radio e capitalismo no Rio Grande do Sul**: as emissoras comerciais e suas estratégias de programação na segunda metade do século 20. Canoas: Ed. ULBRA, 2007, p. 150.

legítimos, senão os problemas do povo e o amplo debate que conduza a sua solução.<sup>158</sup>

Aqui o editorial sugere-nos a sua pretensão de se aproximar dos meios populares autorepresentando-se como um tablóide que surgia das necessidades e da aclamação exclusivas do povo. Sua retórica também evidenciava a atitude oposicionista frente aos outros setores da mídia, alocando-se em posição “sitiada” e prevendo as prováveis dificuldades financeiras pelas quais atravessaria um veículo não mantido com objetivos comerciais. Fato este que, alias, se confirmou em vários momentos com pedidos constantes de doações aos seus leitores. Dessa forma, podemos facilmente localizar artigos de críticas a outras empresas de comunicação mantidas e ligadas aos interesses do grande capital privado.

Dividindo a imprensa entre “livre” e “monopolista”, Paulo Francis qualificava essa segunda como completamente entregue aos interesses estrangeiros, afirmando que

Não é exagero dizer que 80% dos anunciantes da imprensa brasileira são estrangeiros. Por motivos ainda insuficientemente explicados, a indústria nacional, com poucas exceções, mantém-se alheia a essa forma de conquista de opinião pública. Quem examina a publicidade “O Estado de São Paulo” aos domingos, tem a nítida impressão de estar em Nova York. Muitos anúncios, inclusive, são redigidos em inglês.<sup>159</sup>

Paulo Francis nos dá, aqui, pistas sobre o terreno no qual o semanário *Panflete* cavava as suas trincheiras. Tratava-se de um tipo de imprensa livre, sem vínculos com grandes patrocinadores, engajada na causa nacionalista e sempre combativa aos “trustes internacionais, sugadores da economia do país”.

Assim, o periódico afirmava reconhecer “a legitimidade e o papel histórico do movimento sindical, do movimento camponês, do movimento estudantil e do movimento intelectual brasileiro” e definia sua identificação “com a luta das correntes nacionalistas que, integradas nos diferentes partidos políticos, encontram expressão máxima na Frente Parlamentar Nacionalista.” Ainda na primeira página do seu número de estreia, o

---

<sup>158</sup> *O Panflete*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1964, nº1, p. 1.

<sup>159</sup> *Ibidem*.

semanário procurava esclarecer contra quem lutava. Posicionando-se na frente nacionalista, anti-imperialista e anticolonialista, *Panfleto*, lançando mão de uma retórica inflamada, tipicamente “brizolista” afirmava:

No campo da luta anti-imperialista a posição de PANFLETO será clara e objetiva: guerra sem quartel aos trustes internacionais que saqueiam nossa Pátria; denúncia permanente do imperialismo quer sob as formas brutais do colonialismo, quer sob as camufladas, como capitais estrangeiros de rapina e auxílios do tipo ‘Aliança Para o Progresso’; apoio à luta de emancipação de todos os povos.

Além de declarar-se nacionalista, criticando os “trustes internacionais”, no final do primeiro editorial, o jornal indicava os seus vínculos com o getulismo quando resolvia que “PANFLETO é um jornal definido a serviço de um povo que se empenha na conquista de seu futuro. De um povo que, amanhã, ‘não mais será escravo de ninguém’.”

Com pequenas citações à Carta Testamento, o editorial antecipava o tom que se seguiria no decorrer das páginas. Não por acaso, o primeiro artigo de Brizola no jornal teve como título “A Carta de Vargas”. Comparando o “24 de agosto” com o “21 de abril”, Brizola afirmava que assim como Tiradentes havia sido enforcado em nome da independência brasileira, Getúlio Vargas havia tirado a sua própria vida para combater “a injustiça social e a espoliação econômica” deixando, para isso o “mais importante manifesto dirigido ao povo brasileiro desde a nossa independência”.<sup>160</sup> Atuando como um exegeta diante de um texto sagrado, o líder trabalhista interpretava a Carta de Vargas apropriando-se de trechos e resignificando-os, transformando o escrito do ex-presidente num instrumento datado de poderes para reagrupar as forças de 1954 em torno das reformas sociais desejadas pelas esquerdas dez anos depois:

Muitos estranham a particularidade de não ter Vargas, mencionado expressamente as reformas de base. Ocorre que, embora sem fazer um referencia expressa sobre as chamadas reformas de nossa estrutura interna, está implícita na carta de Vargas o conceito de que reformas e libertação são termos de um mesmo problema. Numa economia espoliada,

---

<sup>160</sup> *Panfleto*, Rio de Janeiro, 17 fev 1964, nº1, p. 2.

submetida a um processo crescente de descapitalização e desgaste como a nossa, reformar quer dizer organizar uma sociedade justa, fazer a retenção da poupança fiscal e dos frutos do trabalho do povo e promover o desenvolvimento. Reformas e libertação são, pois termos de um mesmo problema. Não há reformas sem libertação, nem libertação sem reformas.<sup>161</sup>

O documento póstumo de 1954 servia, assim, como uma espécie de “chamado do além” a favor das lutas candentes no início da década de 1960. Como “um marco que assinalava os rumos do destino do país”, o getulismo, que após o suicídio de Vargas transformava-se em um “nevoeiro”, numa matéria difusa e altamente volátil, aparecia já no primeiro número do *Panfleto* e acompanharia todos os números servindo também como um farol que daria “a visão de todo um panorama histórico”. O trabalhismo brasileiro modificava-se, mas o seu maior construtor permanecia sendo a referência máxima, interpretado e reapropriado dez anos após a redação das suas últimas palavras públicas.

### **2.3 – A Nação trabalhista: O projeto nacionalista entre as esquerdas brasileiras**

Como já explicitamos anteriormente, o nosso objetivo principal ao avaliar o periódico *Panfleto* é compreender as principais ideias que circulavam entre os membros dos Grupos dos Onze. Com ele, podemos entender com mais clareza como alguns conceitos e projetos abstratos eram apresentados às pessoas que buscando melhorias concretas nas suas condições de vida engajaram-se na luta pelas reformas de base no início da década de 1960.

Permeando essas ideias e projetos, está o nacionalismo. Segundo Hobsbawm, o nacionalismo pode ser identificado, quando vinculado às esquerdas, com a formação do antifascismo no contexto de uma ampla “guerra civil ideológica” travada no contexto de diversos países durante a primeira metade do século XX. Tal formação se deveu claramente a um alinhamento das mais diversas tradições conservadoras nacionais em torno

---

<sup>161</sup> Ibidem.

de uma política internacional de direita.<sup>162</sup> Na América Latina essa formação, contudo, deu-se de forma peculiar. Além do componente antifascista, percebe-se, também, um forte componente anti-imperialista. Portanto, nos países dependentes, a causa nacionalista foi relativamente mais complexa do que o observado em muitos lugares da Europa, por exemplo. Além das suas próprias convicções ideológicas, muitos dos revolucionários anti-imperialistas latino-americanos estavam empenhados em defender a independência de seus próprios países como principais bandeiras de luta. No caso brasileiro, confundindo-se com as reformas estruturais, tão debatidas no ambiente político nacional no início dos anos 1960, esse nacionalismo passava por uma crescente autonomia em relação ao governo, diferenciando-se de um “nacionalismo dirigido”, característico do governo Vargas.<sup>163</sup>

Em 1965, o cientista político Vamireh Chacon, procurava compreender o que era aquele fenômeno, quais seus problemas e o seu alcance. Dentro do período que nos interessa, o professor Chacon segue o mesmo caminho de entendimento de Hobsbawm, indo até um pouco mais além do que o historiador inglês. Para ele, esse nacionalismo “defensivo“, como no caso brasileiro, “muitas vezes transborda da reivindicação de Igualdade internacional, para a Igualdade interna”.<sup>164</sup> Ou seja, uma noção de Igualdade mais calcada em um princípio econômico de equalização social pela redistribuição da riqueza no contexto interno dos países do que jurídica, pela paridade no plano das relações internacionais.

Em *Panfleto*, podemos ter uma noção aproximada de como as ideias nacionalistas atingiram os trabalhadores e as pessoas comuns. O nacionalismo, principalmente em sua vertente economicista, como bem esclarece Chacon, foi uma das grandes balizas do movimento trabalhista e as lutas por reformas.

---

<sup>162</sup> HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 174.

<sup>163</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar nacionalista (1956 – 1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964)**. As Esquerdas no Brasil. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 364.

<sup>164</sup> CHACON, Vamireh. **História das ideias socialistas no Brasil**. 2º Ed. ver. E aum. Fortaleza, Edições UFC; Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981, p. 230.

Num artigo assinado pelo então deputado Max da Costa Santos<sup>165</sup>, por exemplo, a defesa da Petrobrás era retomada numa clara sinalização das lutas do início da década de 1950. Criticando severamente a presença das empresas estadunidenses ESSO, TEXACO e ATLANTIC, o político afirmava o caráter “parasitário” e “espoliativo” dessas empresas e, concluindo, afirmava que tais serviços só serviam como “bomba de sucção” do capital nacional. Para o deputado, “a tarefa das empresas, no negócio da distribuição de petróleo, no Brasil, é uma só: a de auferir os lucros. E esses lucros são enormes, como todo mundo sabe, por mais disfarçados que eles se apresentem nos balanços.”<sup>166</sup> Mais adiante, a retomada da campanha do “Petróleo é nosso” ficava mais evidente quando o Costa Santos declarava que:

A Petrobras é a grande conquista do povo brasileiro, no palco da sua afirmação nacional. É uma conquista, porém, não consolidada. Para consolidá-la é preciso que, sem demora, integralizamos o monopólio estatal do petróleo, estendendo-o não só ao setor da refina, como da distribuição, [até lá a Petrobras] estará impedida de desempenhar em sua plenitude, a tarefa que historicamente lhe incumbe que se constitui no grande instrumento de nossa emancipação política e econômica.<sup>167</sup>

Com a defesa da manutenção da campanha iniciada no começo da década de 1950, Max da Costa permanecia esclarecendo os leitores sobre necessidade de lutar por uma emancipação econômica realmente plena. Em outro momento, o deputado tentava ser ainda mais didático e pragmático. Partindo das dificuldades cotidianas dos trabalhadores, ele voltava a vincular os grandes problemas nacionais à ação nefasta das empresas estrangeiras que tinham como maior objetivo “sugar as riquezas nacionais”

---

<sup>165</sup> Ex-deputado federal, advogado, foi professor de Teoria Geral do Estado na Faculdade Nacional de Direito e assistente da cátedra de Filosofia do Direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro; durante o governo Juscelino Kubitschek presidiu o Conselho Federal das Caixas Econômicas; ingressou na política partidária em 1962, sendo eleito deputado federal pela Guanabara, na legenda do extinto Partido Socialista Brasileiro.

<sup>166</sup> *O Panfleto*, Rio de Janeiro, 17/02/1964, Nº1, p. 6.

<sup>167</sup> *Ibidem*.

potencializando os problemas econômicos do país e, consequentemente, aumentando as dificuldades de subsistência dos trabalhadores brasileiros.

O pão faltando à mesa do povo, a carne que raramente é comida, tecido, cujos altos preços o impedem de se vestir com dignidade a sua família, não são efeitos, apenas, de uma estrutura agrária obsoleta, onde um regime de propriedade sem razão de ser determina baixos índices de produtividade. Não são, também, ocasionados somente pela inflação que consome o valor real dos salários. Existe, ainda, um outro fator que dá origem aos elevados preços destes produtos e à sua ausência no mercado: a ação espoliativa de empresas estrangeiras, que enfraquecem os produtores, que exploram os consumidores, que especulam com os preços e que açambarcam os produtos agrícolas. Estas empresas – cuja ação espoliativa é uma das maiores causas da inflação – instalam-se no Brasil geralmente com pequeno capital e grandes favores do Governo. Depois, apoiados pelo financiamento farto que o poder público lhe concede, controlam, através de manobras, os produtores. Fixam, então, os preços para os consumidores. E quando se trata, também, de firma exportadora, fazem especulações cambiais forçando a alta do dólar, cujas elevações repetidas lhes trazem grandes lucros. Os fatos acima só nos levam a uma conclusão: a necessidade de por fim a ação destes grupos, que constituem uma poderosa máquina para sugar para o exterior o produto do nosso trabalho.<sup>168</sup>

Max da Costa colocava o problema da “ação espoliativa das empresas estrangeiras” como ponto fundamental para as dificuldades cotidianas dos trabalhadores brasileiros e, assim, aproximava também da realidade das classes populares a questão referente ao nacionalismo econômico.

Em Santa Catarina esses grupos estavam presentes nos mais diversos campos de disputa. Um evento tornou-se exemplar do clima de tensão e debate que os múltiplos grupos nacionalistas geravam no Estado,

---

<sup>168</sup> Ibidem, p. 8.

especialmente na capital. A *Rádio Guarujá*<sup>169</sup> iniciou um programa semanal no qual todo domingo, um assunto polêmico era debatido e, no final, uma enquete era feita, no auditório, e junto aos ouvintes através de ligações telefônicas. O programa “Você é o júri” logo se tornou um dos líderes de audiência em Florianópolis e seus debates viravam assunto no dia seguinte nos encontros do centro da cidade.

Na transmissão do dia 28 de julho de 1963 o assunto não poderia ser mais explosivo: “O capital estrangeiro é benéfico ou maléfico à pátria?” Com essa pergunta provocadora, a rádio iniciou o debate, mas não conseguiu terminá-lo. Depois de diversas paralisações com brigas dentro do próprio estúdio, o programa terminou com xingamentos e com um resultado controverso: ao vivo a plateia decidiu que o capital estrangeiro era maléfico ao país e, por telefone, não. Não por acaso, para o jornal *O Estado*, a situação foi causada pelo “descontrole emocional do debatedor que defendia a influencia negativa do capital estrangeiro” e, também, devido às “infiltrações vermelhas no auditório que impediam a discussão sadia sobre o tema.”<sup>170</sup>

Em setembro do mesmo ano, a *Rádio Guarujá* suspendeu temporariamente “Você é o júri” que, numa de suas próximas transmissões anunciava um debate pautado pela seguinte pergunta: “Está sendo útil ao país o governo do Sr. João Goulart?”. O diário *O Estado* afirmou que essa discussão, contudo, não pôde ser realizada “face a delicadeza do tema e a grave situação nacional”.<sup>171</sup> A questão, no entanto, acabou sendo retomada em outubro e o resultado, por sua vez, foi amplamente favorável ao governo.<sup>172</sup>

A rádio Guarujá, contudo, não parou por aí. Explorando a audiência que os debates proporcionavam, no dia 17 de novembro o tema definido para a discussão possuiu uma formulação capciosa: “O nacionalismo brasileiro seria um nacionalismo genuíno ou uma bandeira verde-amarela para encobrir ideologias de esquerda?” Após novas brigas, enftretamentos, violências físicas e, por fim, a intervenção da Patrulha da Polícia Militar, o

---

<sup>169</sup> A Rádio Guarujá de Florianópolis foi fundada em 1943 por Aderbal Ramos da Silva (1911 – 1986) que governou Santa Catarina de 1945 a 1951. Com forte vínculo com o PSD e com o jornal *O Estado*, a rádio esteve ligada à família de Aderbal até o início dos anos 2000 sob a presidência de sua filha Sílvia Hoepke da Silva.

<sup>170</sup> *O Estado*, Florianópolis, 31 jul 1963, p 3.

<sup>171</sup> Idem, 08 out. 1963, p 5.

<sup>172</sup> Idem, 22 out. 1963, p 6..



apresentador do programa teve que cancelar o debate. Novamente a análise de *O Estado* não poupava os representantes locais da esquerda. Para o jornal, a culpa pela confusão deveu-se ao “público presente à Rádio composto em sua maioria por estudantes insuflados por tradicionais e conhecidos agitadores de nossa cidade”, que, durante o debate, “tumultuaram o programa, pondo em risco, inclusive, a integridade física do orador que defendia tese contrária a sua”.<sup>173</sup>

A situação acima ilustra como os grupos nacionalistas de esquerda preenchiam os espaços de disputa política, atuando, inclusive, nos espaços abertos pela mídia. Os eventos daqueles domingos acabaram levando ao cancelamento definitivo do programa. Mesmo após conquistar alcançar altos níveis de audiência na cidade, o “Você é o júri” não resistiu ao clima de tensão que os debates sobre o nacionalismo geravam no Brasil daquele período.<sup>174</sup> Vemos assim, que o nacionalismo era um valor compartilhado provavelmente por uma boa parte da população de Florianópolis e que a sua defesa ocorria na prática, nos debates do dia a dia. Por vezes as bases de murros, socos e ponta-pés.

O nacionalismo não se revelava apenas sob o viés econômico, como uma crítica ao caráter espoliativo do capital estrangeiro. Nas páginas de *Panfleto* a defesa da soberania dos povos foi defendida, reforçando o aspecto político do nacionalismo brasileiro sessentista. Esse ideário expunha-se, naquele momento, através da defesa da soberania cubana e do apoio à Revolução de 1959. Além da divulgação de textos de Fidel Castro condenando a ação dos EUA em Guantánamo, *Panfleto* publicou textos de especialistas que explicavam aos leitores a situação de Cuba após a “expulsão do imperialismo norteamericano”, instigando, mesmo que indiretamente, os sentimentos nacionalistas ligados à soberania brasileira.

No campo político partidário, como bem observa Vânia Losada Moreira, o movimento nacionalista não se resumia a um ou outro partido. Entusiastas nacionalistas poderiam ser encontrados nas mais diversas siglas como PSD, PTB, PCB e, até mesmo, na conservadora UDN.<sup>175</sup> O que aqui cabe esclarecer, aqui, é que entre esses nacionalistas dois grandes grupos

---

<sup>173</sup> *O Estado*, Florianópolis, 19 nov. 1963, p. 4.

<sup>174</sup> Idem, 28 nov. 1963, p. 7.

<sup>175</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. O Tempo da Experiência Democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

poderiam ser distinguidos: um vinculado ao nacionalismo de esquerda, predominantemente protecionista e estatizante, e outro enviesado a direita, de caráter mais liberal.<sup>176</sup>

Os limites da retórica nacionalista incomodavam parte das esquerdas, sobretudo as esquerdas de orientação marxistas. Franklin de Oliveira, por exemplo, em seu *O que é a Revolução Brasileira?*, de 1963, explicitava os seus receios em relação aos efeitos que os projetos nacionalistas poderiam produzir entre a população. Segundo ele,

Na atual conjuntura brasileira, ser nacionalista, pura e simplesmente, é adotar uma posição limitante. O nacionalismo é um instrumento de luta pela emancipação econômica dos países subdesenvolvidos. Mas, quando esses países já passaram a condição de nações semidesenvolvidas, ou em vias de desenvolvimento como o Brasil, a posição correta não é ser nacionalista, sim a socialista. Primeiro, porque a posição socialista inclui a posição nacionalista. Em segundo lugar, porque a nossa luta contra o capitalismo estrangeiro não pode excluir a luta contra o capital nacional monopolista”.<sup>177</sup>

A defesa veemente do horizonte socialista demonstrava claramente o desconforto que o nacionalismo econômico causava entre segmentos das esquerdas, e, sobretudo, pelo seu apelo e enraizamento junto aos trabalhadores. Para eles, os projetos nacionalistas, em especial os monopolistas, limitavam as lutas sociais, pois mantinham uma visão crítica apenas em relação ao capital estrangeiro e não sobre a própria exploração interna. Assim, mesmo sofrendo a desconfiança de parte dos grupos progressistas, o nacionalismo de esquerda era o principal pilar do trabalhismo posterior ao suicídio de Vargas. Após a Legalidade, a sensação de vitória tomou conta dessa vertente. Sob a liderança de Jango e Brizola, essas facções acreditaram que haviam chegado ao poder e que, através dele, mudariam o país. Com a reconquista dos amplos poderes atribuídos a Jango após o plebiscito de 1963, os brizolistas perceberam que os seus

---

<sup>176</sup> Idem, p. 170.

<sup>177</sup> OLIVEIRA, Franklin. *O que é a revolução Brasileira?*. APUD. CHACON, Valmireh, p. 239.

projetos não seriam, de fato, aplicados. Essa expectativa levou-os definitivamente ao confronto no interior do seu próprio campo ideológico.

## **2.4 – Aproximações e afastamentos: O governo João Goulart e sua relação com os trabalhistas radicais**

Até o comício da sexta-feira 13, em março de 1964, o *Panfleto* era um crítico ferrenho da política econômica do governo Jango. Sua política “conciliadora” e “vacilante” era frequentemente denunciada pelo jornal que, liderado por Brizola, cunhado do presidente, não o poupava nem nos momentos mais tensos da política nacional. Em abril de 1963, percebendo a radicalização e a crescente pressão que setores da esquerda faziam sobre o governo de João Goulart, San Tiago Dantas fez um pronunciamento na televisão apontando a existência de duas esquerdas: uma “positiva” e uma “negativa”, sendo que nesta última estavam setores do PTB, principalmente os brizolistas. Diante das dificuldades encontradas na aplicação do Plano Trienal, em junho Goulart mudou mais uma vez seu ministério. Celso Furtado deixou a pasta do Planejamento e San Tiago Dantas a da Fazenda. Quando San Tiago Dantas reassumiu seu mandato, setores militares, políticos e empresariais já se organizavam em torno da deposição de Goulart. A pedido do presidente, ele começou a articular as correntes políticas próximas do governo com o objetivo de evitar a sua derrubada. Em janeiro de 1964, concluiu a elaboração de um programa mínimo voltado para a formação de um governo de frente única, que incluiria desde o PSD até o Partido Comunista Brasileiro. O semanário não só recusou o apoio ao pacto, como também explicitou que o segmento social ao qual o jornal representava não aceitaria qualquer proposta conciliatória com grupos considerados não comprometidos com as reformas de base.

Depois de sua derrubada pelas forças populares do Ministério da Fazenda, onde foi apanhado em flagrante negociata – a compra da Bond & Share – volta Sr. Santiago Dantas à cena política, como coordenador de uma chamada ‘Frente Única’ ou ‘Frente de Sustentação’. Pretende o político mineiro, a quem ninguém nega uma formidável capacidade de manobra e engodo, juntar, num mesmo esquema político, o que de mais autêntico apresenta o quadro brasileiro – Brizola, Arraes, CGT, UNE, CTI,

Organizações Camponesas, Sagentos e Oficiais Nacionalistas, comunistas brasileiros, Frente Parlamentar Nacionalista, Frente de Mobilização Popular – com as velhas raposas do PSD. Maior se torna o absurdo dessa ‘coligação’, quando conhecido o seu objetivo: a realização das reformas.<sup>178</sup>

Apesar de afirmar que em alguns aspectos Dantas procurava atender antigas reivindicações das esquerdas (como, por exemplo, a legalidade do PCB), o jornal afirmava que o político “teve a precaução de não ferir a clientela de seu próspero escritório de advocacia”, pois Santiago Dantas, não tocava em pontos fundamentais como a questão da “liquidação dos entendimentos com a Bond and Share”.

Além de recusar a proposta de pacto, feita por Dantas, o jornal aproveitava para atacar o presidente da república, afirmando que não fazia sentido a escolha de tal intermediário já que Jango possuía livre acesso às áreas populares.

Mas as críticas a Jango não eram apenas indiretas. Leonel Brizola fazia mesmo ataques frontais ao Presidente da República. No início de março, após apresentar um histórico da posse e do governo parlamentarista de João Goulart, Brizola escreveu sobre o plebiscito que definiu a restauração do sistema presidencialista no Brasil:

A partir desse momento, o que deveria esperar o nosso povo senão uma política popular, firme e definida, com que seu Governo viesse redimir a Nação de seus erros e a população brasileira dos sofrimentos e angustias em que mergulhara? Restaurados os poderes do nosso Presidente, o que se viu? O que assistimos já desde os primeiros dias foi uma antevisão do que agora, depois de um ano decorrido, nos é possível avaliar com toda clareza. O primeiro Ministério caracterizou-se pela indefinição, em grande parte imobilizado pelas próprias contradições internas.<sup>179</sup>

---

<sup>178</sup> *O Panfleto*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1964, nº1, p. 4.

<sup>179</sup> *O Panfleto*, Rio de Janeiro, 09 mar. 1964, nº 4, p. 02.

Além de discordar das escolhas e da postura conciliadora do Presidente que resultara em um governo considerado inerte frente aos interesses daqueles que o apoiavam, Brizola avaliava a área política econômica do governo.

Surgiu o Plano Trienal e uma política econômico-financeira retrógrada, superada historicamente, ao sabor dos clássicos interesses das minorias dominantes e privilegiadas. Como era natural, fizeram-se ouvir, a partir daí, os primeiros protestos, de dentro e de fora do Governo, sempre, porém, conseqüente àquela unidade entre povo e Governo, ungida pelo apoio maciço da opinião popular. Afimávamos que se o Governo prosseguisse naquela política, o nosso povo, dentro em pouco, estaria diante de mais uma frustração, entre as tantas que tem vivido.<sup>180</sup>

Com o “alerta do campo popular” e a manutenção de uma política econômica que, segundo Brizola, prejudicava as classes trabalhadoras, o líder trabalhista do *Panfleto* demonstrava que o “maciço apoio” da população não duraria muito tempo. Juntamente com a formula adotada pela equipe econômica de Jango estaria o prejuízo aos interesses nacionais. Com isso, o presidente passaria a não representar mais os nacionalistas. Jango estaria escolhendo um dos lados, e este não era o lado do povo.

Mas o pior ainda estava por vir: no bojo do Plano Trienal e da política econômico-financeira estava a compra dos subsidiários da Bond & Share, operação por todos os títulos lesiva aos interesses nacionais. Tudo isto representava uma definição, ainda que tortuosa e tímida. Era a continuidade da política de acomodação, agora com novos lances e algumas novas roupagens.<sup>181</sup>

O alerta em relação à Bond & Share já havia sido dado pelas ondas da Rádio Mayrink Veiga em maio de 1963. Através dos microfones da rádio, o então deputado gaúcho afirmou que o processo realizado pelo governo federal era “irregular, imoral e lesivo aos interesses do nosso povo

---

<sup>180</sup> Ibidem.

<sup>181</sup> Ibidem.

e do nosso país”.<sup>182</sup> Um mês após as denúncias, demonstrando contrariedade com a organização do novo gabinete ministerial, Brizola anunciara a correligionários o rompimento com Jango. Vemos então que, desde o plebiscito que devolveu os poderes ao Presidente da República, a relação entre Goulart e Brizola se deteriorava. Tais conflitos não podem ser personalizados. A crise que polarizava Jango e Brizola representava o conflito existente entre facções do PTB. Mais do que isso, representava uma disputa no interior da própria esquerda brasileira. Uma disputa que rivalizava janguistas e setores trabalhistas vinculados ao PTB fisiológico, aos brizolistas e facções da esquerda trabalhista radical (apoiadoras de reformas profundas e críticas das alianças entre o governo e os setores mais conservadores da sociedade brasileira).

Voltando ao texto de 1964, Brizola finalizava-o afirmando que a política escolhida por Jango foi levada ao fracasso pela força das classes populares, mas que, a despeito disso, o governo permanecia com uma política vacilante e inerte frente aos “verdadeiros problemas nacionais”. As reais necessidades e demandas do povo.

As pressões populares que, ao término de pouco mais de 6 meses de governo, levaram tal política ao colapso. Foi vencida mas, em verdade, não convencida. Instituíram-se novos quadros governamentais mas prosseguiu a política conciliatória sem alterações substanciais. E assim tem sido até o dia de hoje.<sup>183</sup>

No final, Brizola deixava um chamamento ao futuro. Como que encerrando o passado, o cunhado do Presidente buscava reabrir uma possibilidade de porvir, conclamando Jango a fazer novas escolhas, esperando que, dessa vez, a opção fosse ao encontro dos seus anseios populares.

As severas críticas de suas próprias bases de sustentação obviamente afetaram o Presidente. O ex-Ministro Abelardo Jurema, em seu livro de memórias *Sexta-feira, 13*, afirmou que 80% das páginas do *Panfleteo* eram dedicadas a críticas ao presidente. Abelardo também relatou uma frase atribuída a Jango. Portando um exemplar do referido jornal, Goulart teria desabafado: “Pois é, seu Jurema, o Brizola em vez de se atirar contra nosso

---

<sup>182</sup> *A Gazeta*, Florianópolis, 31 mai. 1963, p. 8.

<sup>183</sup> *O Panfleteo*, Rio de Janeiro, 9 mar.1964, nº 4, p. 2.

inimigos comuns, contra a oposição e os nossos adversários pessoais, dispersa o seu tempo, e as suas tintas, o seu papel e os seus adjetivos comigo. Logo comigo!”<sup>184</sup>

Em março de 1964, após o Comício da Central do Brasil, Jango buscou uma reaproximação com os setores da esquerda nacionalista. As manifestações geradas pela escolha do Presidente foram imediatas em diversos setores da sociedade. Em *Panfleto* não foi diferente. A edição produzida após o comício do dia 13 possuía um tom de comemoração e de esperança frente ao “novo momento político inaugurado pelo Presidente.” O deputado Neiva Moreira, um dos articuladores da Frente de Mobilização Popular e redator frequente no semanário, escreveu um artigo que dava a noção exata do clima gerado pelo comício entre os membros da esquerda nacionalista. Segundo o político, a estratégia de conciliação do governo Jango havia sido “sepultada em praça pública”. Mesmo afirmando que o “momento mais afirmativo e empolgante” havia sido o discurso do líder trabalhista Leonel Brizola, Neiva Moreira escreveu que as medidas anunciadas por Jango haviam sido recebidas com “extraordinário entusiasmo” pela multidão. O saldo não poderia ser outro:

O governo vacilou, perdeu-se em um emaranhado de pequenas manobras e composições e não soube abrir caminho na oportunidade histórica. Agora, o inimigo bate as nossas portas, e não há mais tempo a perder. Estão criadas as condições da mudança de estruturas, mas estas demandam, além das palavras, decisões audaciosas e rápidas e o reconhecimento de que o dia 13 foi um histórico divisor de águas.<sup>185</sup>

---

<sup>184</sup> JUREMA, Abelardo. **Sexta-feira 13**: os últimos dias do Governo João Goulart. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1964, p. 39.

<sup>185</sup> *O Panfleto*, Rio de Janeiro, 16 mar.1964, nº 5, p. 4.

# Panfleto

o jornal do homem da rua

Rio de Janeiro (68) — 16-3-14 — N.º. Preço: Cr\$ 70,00

**Palavra  
de  
Brizola  
na P.2**



Duascentas mil pessoas, atendendo à convocação do Deputado Leônidas Brizola, seguraram as mãos para condenar a conciliação e exigir a formação de um governo popular, democrático e nacionalista

## **Povo sepulta a conciliação**

Figura 1 - Capa do *Panfleto* após o Comício da Central do Brasil.

Comemorando a nova posição do governo e aproveitando o momento para pressionar ainda mais Jango pela tomada de ações frente às reformas, Moreira dava forma escrita às aspirações e às expectativas motivadas dentro da esquerda pelo Comício do dia 13. Jango tinha



realmente tomado sua decisão. Observando que o caminho da governabilidade estava impedido, o Presidente da República começava a seguir a via apontada pelos brizolistas, passando, assim, a apostar nas suas estratégias. O momento de alianças e conciliações havia acabado. Para Jango, a partir daquele ponto, não bastava mais falar em democracia para o povo, era preciso fazer o povo senti-la.<sup>186</sup>

Supõe-se que, com o *Panfleto*, os trabalhadores das mais diversas partes do Brasil passavam, gradualmente a perceber a ação direta na política como algo possível e urgente, elaborando coletivamente um sentido próprio para o termo “Democracia”. O conteúdo atribuído a essa palavra era, naquele momento e para aquele grupo político, algo singular. Específico.

Com a necessidade das reformas e a pressão popular pelas mudanças na Constituição, as instituições democráticas consagradas pela Carta de 1946 passaram a ser o centro das críticas e de uma crescente relativização. Um protagonismo mais acentuado dos movimentos sociais, sejam urbanos ou camponeses, forçavam a retórica política de esquerda a radicalizar as suas posições, resultando em propostas de participação política popular direta e num descrédito cada vez maior com relação aos congressistas e a política parlamentar.

Na plataforma dos grupos nacional-reformistas, representados por Brizola, o processo democrático brasileiro deveria ser aperfeiçoado. Nesse sentido a verdadeira liberdade política só seria alcançada quando a participação popular fosse ampla. Não eram raros os momentos em que nos discursos brizolistas apareciam posições favoráveis à aplicação de plebiscitos, ou outros mecanismos de consulta direta da posição coletiva frente aos assuntos mais delicados do período. Durante o Comício da Central do Brasil, em um de seus momentos mais apoteóticos, Brizola defendeu um plebiscito para dissolução do Congresso Nacional, bem como a criação de um novo quadro de representantes, “verdadeiramente popular”, que reformaria a Constituição Nacional tendo como ponto de partida a “vontade do povo brasileiro”.

Dirão que isto é ilegal. Dirão que isto é subversivo.  
Dirão que isto é inconstitucional. Por que, então, não resolvem a dúvida através de um plebiscito?/ Verão que o povo votará pela derrogação do atual congresso. Dirão que isto é continuísmo, Mas já ouvi

---

<sup>186</sup> FERREIRA, Jorge. Op. Cit, p. 410.

pessoalmente do Presidente da república a sua palavra, assegurando que, se fosse decidida neste país a realização de eleições para uma Constituinte, sem a participação dos grupos econômicos e da imprensa alienada mas com o voto dos analfabetos, dos soldados e cabos, e com a imprensa democratizada, ele, o Presidente, encerraria o seu mandato.<sup>187</sup>

Assustados com a formulação de ações populares diretas, os setores conservadores não tardaram a encerrar tais propostas e discursos como o encaminhamento de um golpe. Um golpe que estaria sendo anunciado por líderes nacionalistas e articulado, inclusive, pelo Presidente da República. O desespero tomou conta dos udenistas em Santa Catarina que, assim como em outras partes do Brasil, criticavam as correntes nacionalistas e os seus projetos:

E é de se ver – a pretextos de conquistas sociais – a desmoralização dos nossos princípios de base – o desprestígio das autoridades – as inversões de Chefia onde as elites são substituídas por pregoeiros da masorça, num gradual e sistemático incandimento à proletarização. Sob a Bandeira de um nacionalismo de fachada – pregam as greves, as orgias, a derribada dos ídolos e ainda a derrocada dos nossos austeros costumes como medida de salvação nacional. Creio em vós FORÇAS ARMADAS DO BRASIL, presente em todas as grandes datas do nosso glorioso passado e que há de ser pelo espírito de união e pelo determinismo histórico – hoje e sempre – o sustentáculo de nossa instituição democrática.<sup>188</sup>[Grifo do original]

O receio da conquista do poder por parte dos nacional-reformistas fazia alguns jornais de Florianópolis chamarem as Forças Armadas para o campo político, pregando a “retomada da ordem” nas fábricas, nas universidades, nos campos e onde mais houvesse “liberticidas” aguçando os trabalhadores a reclamarem por melhorias nas suas condições de vida.

---

<sup>187</sup> *O Panfleto*, Rio de Janeiro, 16 mar. 1964, n°5, p. 2.

<sup>188</sup> “*A Gazeta*, Florianópolis, 6 set.1963, p. 14.

A resposta das esquerdas, e em especial dos brizolistas, sempre era dada por meio dos seus próprios veículos de informação. Voltando às palavras de Brizola, o golpe não seria dado pelos setores nacionalistas. A democracia deveria ser mantida, porém expandida e aprofundada. O processo democrático só se consumaria verdadeiramente se contasse com o protagonismo da maior parte do povo e, de fato, expressar a vontade popular.

O golpe é, para os nacionalistas, não apenas inaceitável, mas deve inspirar a todas as forças populares, uma oposição total e definitiva. Significa isso que aplaudimos um Executivo amarrado, um Congresso inativo e um Judiciário às filigranas de leis confusas ou interpretadas sempre contra o povo? Também não. Devemos reconhecer e proclamar que chegamos a um impasse e só através d uma nova consulta ao povo ou da convocação de uma Constituinte, eleita com a participação das forças renovadoras que compõem o novo Poder em nosso País, será possível sair da crise e abrir caminho à emancipação econômica nacional.

Brizola era claro em suas palavras. No próprio semanário, o líder trabalhista deixava transparente a sua definição de democracia. Percebendo as acusações vindas das alas mais conservadoras da sociedade brasileira, no penúltimo número do *Panfleto*, aquilo que na sua visão constituiria a frágil democracia no Brasil:

Usam a bandeira da democracia apenas como pretexto, pois o que buscam é anular as liberdades já conquistadas por nosso povo e impedi-lo de aperfeiçoar, ainda mais, a democracia que já alcançamos. Usam a constituição como um assaltante usa a máscara. E querem fazer do sentimento cristão do nosso povo, uma arma contra ele próprio, pela sua transformação em fanatismo.<sup>189</sup>

Para os trabalhistas radicais, era necessário, portanto, aprofundar a lenta e ineficaz democracia brasileira em algo que realmente representasse

---

<sup>189</sup> *O Panfleto*, Rio de Janeiro, 23 mar.1964, nº6, p. 3.

a vontade popular. A democracia, para os brizolistas, deveria ser o sistema político que levaria o Brasil a se tornar um país emancipado economicamente, datado de um povo verdadeiramente livre e modernizado através de reformas de base. Esse era o fim desejado pelos brizolistas. Esse era o desfecho histórico tão aguardado pela esquerda nacionalista no início da década de 1960.

## **2.5 - O Desfecho: A luta pelas Reformas de Base e a queda do Governo João Goulart**

O período parlamentarista brasileiro foi breve e conturbado. Nessa época, os problemas econômicos do país se multiplicaram, assim como as greves e as manifestações que inflamaram a sociedade. A curta vida do parlamentarismo durou de setembro de 1961 até janeiro de 1963, quando o plebiscito, marcado desde a resolução da crise da Legalidade, reimplantou o presidencialismo no Brasil.

João Goulart sempre carregou consigo a fama de contemporizador e conciliador. Alimentando essa fama, Jango atravessou seu o governo. Durante várias oportunidades, políticos vinculados à facções da direita eram chamados para ocupar ministérios importantes com o intuito de aproximar o governo de setores que lhe faziam oposição. Nesse sentido, Brizola tornou-se um sério problema para o presidente. A encampação de empresas estadunidenses e a desapropriação de terras durante o período que governou o Rio Grande do Sul só pressionou Goulart que não podia desvincular-se do grau de parentesco e do partido do cunhado.

O episódio da Legalidade ainda gerou frutos posteriores. As esquerdas, animadas pela “vitória” de 1961, criaram instituições que serviram como organizações operárias e camponesas. As Ligas Camponesas foram formadas no interior de Pernambuco e, sob a liderança de Francisco Julião promoveram manifestações e congressos à favor das reformas. O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) também foi formado com o intuito de unir os sindicatos também em favor das reformas de base.

Mas afinal, a que se referiam essas tão faladas e defendidas “reformas de base”?

As reformas de base eram planos de mudanças estruturais que abrangiam o sistema político, educacional, a organização agrária e até a administração pública. A Reforma Eleitoral, por exemplo, tinha como a principal característica a inclusão do direito de voto para os analfabetos e

para os militares não graduados. Já a Reforma Política alcançava, inclusive, a legalização do Partido Comunista.<sup>190</sup>

Dentro do amplo leque de mudanças estruturais, que aqui não nos cabe aprofundar, nenhuma delas causou tanta disputa como a Reforma Agrária. Com ela agravavam-se as disputas intestinas no Congresso e principalmente no campo. As Ligas Camponesas, embrião dos atuais movimentos de trabalhadores rurais sem terra, atuavam, a partir do interior de Pernambuco, em manifestações pressionando o governo para a implantação imediata das desapropriações de latifúndios improdutivos. Internamente, por seu turno, o Congresso dividia-se na discussão da questão agrária. O debate era, basicamente, voltado para o artigo da constituição que afirmava que as desapropriações deveriam ser feitas mediante indenizações prévias em dinheiro. Nesse ínterim, as disputas iam de grupos que abominavam as reformas à grupos que defendiam ela “na lei ou na marra”.<sup>191</sup> Para Hobsbawm, o *agrарismo* foi um movimento típico da esquerda pós-Revolução Bolchevique e que teria sido lançado na América do Sul, pela Bolívia durante a Revolução Popular de 1952.<sup>192</sup> Para o autor o agrarismo possuía três pilares de sustentação: O político, o ideológico e o econômico.

Para os modernizadores, a defesa da reforma agrária era política (conquistar apoio camponês para regimes revolucionários ou para os que queriam adiantar-se à revolução, ou algo parecido), ideológica (“devolver a terra a quem nela trabalha”) e às vezes, econômica, embora a maioria dos revolucionários ou reformadores não esperasse demais de uma simples distribuição de terra a um campesinato tradicional, aos sem-terra ou aos pobres de terra.<sup>193</sup>

---

<sup>190</sup> MUNTEAL, Oswaldo. João Goulart e Salvador Allende: a luta contra a dependência na América Latina. **Comum** [Rio de Janeiro], Rio de Janeiro, v.13, n.30, p. 24-58, jan. 2008, p. 27.

<sup>191</sup> Ibidem, p. 28.

<sup>192</sup> Sabemos que os movimentos que utilizavam a questão agrária como bandeira estão presentes na história latino-americana desde o início do século XX, com a Revolução Mexicana em 1910.

<sup>193</sup> HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 1995, p. 347.

Para as esquerdas as reformas pareciam inevitáveis. O capitalismo industrial brasileiro precisava dar um passo além, concomitantemente era necessário aperfeiçoar o sistema político nacional com o objetivo de fortalecer o Estado democrático de direito e mantê-lo longe dos frequentes perigos golpistas. Para esses grupos, as reformas trariam necessariamente uma melhoria das condições econômicas que colocariam o Brasil em um momento de maior justiça social.

(...) as reformas eram indispensáveis a fim de que o capitalismo industrial brasileiro pudesse alcançar um novo patamar de desenvolvimento. Concomitantemente, os setores da esquerda nacionalista erigiam as reformas como condições indispensáveis à ampliação e fortalecimento da democracia política no país. Sem as reformas sociais e econômicas que poderiam promover uma melhor distribuição da renda e menor desigualdade regional, a democracia capitalista continuaria sendo — afirmavam os documentos das esquerdas — um mero formalismo, pois distante das necessidades e demandas das classes populares e trabalhadoras.<sup>194</sup>

No final do ano de 1963, Jango aproximou-se definitivamente das esquerdas. Percebeu a aparente inevitabilidade do processo político ao qual estava submetido devido à radicalização das esquerdas e a resoluta imobilidade das direitas que, naquele momento, não aceitariam a alteração do seu *status quo*.

Como já vimos, em Santa Catarina o clima de embates políticos também ganhava as ruas. Eglê Magleiros, professora do Instituto Estadual de Educação em meados da década de 1960, procurou reconstruir recentemente o clima que tomou conta de Florianópolis na véspera do Golpe.

Criou-se um clima muito ruim na cidade. Era uma divisão: se você era a favor do Brasil contra a fera comunista, você não podia conversar com os outros. Na própria escola ficou difícil dar aula porque os alunos, alguns, vinham com aquelas perguntas

---

<sup>194</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo. v. 24, n. 47, p. 14 – 28, jul.2004, p. 17.

provocativas. Fazer você falar o assunto para dizer que você ao invés de dar aula falou. Foi um período pesado.<sup>195</sup>

Para alguns, no entanto, a lembrança de uma politização maior do cotidiano é evocada com saudosismo. Para o ex-carteiro Nezio Jacques Pereira, as manifestações e a participação política, ativa, direta eram aspectos extremamente positivos daqueles anos. Segundo o seu depoimento, ele e os seus companheiros de luta

faziam greves contra ônibus, apedrejavam os ônibus, havia isso tudo mais que hoje. Eu acho importante isso, era de 15 em 15 dias uma manifestação contra o aumento do ônibus, o pessoal ia para a rua agitar. Teve a campanha da luz elétrica então teve a passeata da vela, encheu a cidade de luz. Cidade pequena é muito ruim, tanto é que na manifestação na véspera do golpe de 64 a UCE e nós fizemos uma manifestação que o pau quebrou mesmo, não era essas pacíficas de hoje, nós pegava aqueles pau de banco de jardim da praça.<sup>196</sup>



**Figura 2 - Leonel Brizola durante sua passagem por Florianópolis no início de 1964. Reportagem do jornal comunista *Folha Catarinense*, Florianópolis, n. 7, 16 a 22 jan. 1964.**

<sup>195</sup> MAGLEIROS, Eglê, Op. Cit. p. 10.

<sup>196</sup> PEREIRA, Nézio Jacques. Op. Cit. p. 11.

Já para o ex-professor da UFSC, Nereu do Vale Pereira, toda essa “agitação” era exatamente o que justificaria o Golpe de Abril de 1964. Segundo ele, “aqui em Florianópolis, cada dia havia um quebra-quebra na Praça XV de Novembro, com pedra, fogo, quebrando vidraça, destruiu-se a Prefeitura, destruiu-se o Mercado, apedrejavam o Palácio do Governo, cavalaria na rua.”<sup>197</sup> Defensor do Golpe, mesmo passados mais de quarenta anos desde a quebra da ordem constitucional, Nereu do Vale Pereira interpreta todo esse clima de mobilização, que tomava conta da cidade, como uma das principais razões para uma intervenção “enérgica” das Forças Armadas na cena pública brasileira.

A renovação democrática que se encaminhava foi interrompida por um longo período de Ditadura Militar onde a participação e os debates políticos foram duramente controlados ou reprimidos pelo governo. Nesse contexto, a reformulação do sentido participativo não poderia ser implementada. A negação da militância junto aos grupos dos onze torna-se a grande arma de defesa dos antigos trabalhistas que, a partir de então, voltam-se para as suas atividades profissionais e domésticas e, muitas vezes, para nunca mais retomarem as suas atividades político partidárias.

A reavaliação desse complexo momento da nossa história política recente, profundamente marcado pelo clima de conspiração no âmbito nacional e internacional, é fundamental para a compreensão dos grupos dos onze. O Brasil desempenhou um papel essencial no contexto de Guerra Fria, especialmente depois da Revolução Cubana. Entre as nações latinoamericanas o nosso país sempre foi considerado uma peça estratégica em se tratando da repressão ao comunismo no Ocidente. Um “pilar” entre as Américas e a massa continental afro-euro-asiática. Uma “muralha” ou “posto avançado” de vigilância que devido as suas características físicas lhe asseguravam uma liderança e influencia quase que “naturais” em relação aos outros países do continente e hemisfério.<sup>198</sup>

Fomentado pelos governos e pelas parcelas mais conservadoras da nossa sociedade civil, o sentimento anticomunista difuso entre a população acabava atingindo a todos os segmentos políticos que desejavam e lutavam pelas tão comentadas reformas de base. Muitos desses grupos, a despeito

---

<sup>197</sup> PEREIRA, Nereu do Vale. Entrevista concedida a Cristina Dellanora no dia 23 de outubro de 2004. Disponível no Laboratório de História Oral, entrevista nº 580, p. 12.

<sup>198</sup> COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na America Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 30.



de suas profundas divergências com o projeto comunista, acabaram, no entanto, devido aos objetivos imediatos comuns, tendo realmente fortes aproximações com a esquerda revolucionária.

Em 1964 o “desfecho” parecia estar próximo. Essa palavra, por sua vez, tinha um significado especial para os brizolistas. Significava o fim de uma luta que levaria à vitória do trabalhismo radical. Esse desfecho, esse fim, aparecia-lhes com o momento que, assim como em 1961, as esquerdas encurvariam os grupos reacionários que, sem o decisivo apoio popular, sucumbiriam às reformas. Mudanças que transformariam o Brasil, colocando-o, de uma vez por todas, nos trilhos da justiça social.

Contudo, como num anticlímax, o desfecho realmente deflagrado dissipou as expectativas brizolistas. As Marchas da Família com Deus pela Liberdade foram organizadas em vários estados do Brasil e muitas cidades de Santa Catarina.<sup>199</sup> Florianópolis, por exemplo, promoveu várias, algumas em bairros, como no caso do Pântano do Sul. Sua maior passeata no centro da capital, contou inclusive com a presença do General Olympio Mourão Filho, um “herói da Revolução” que acabara de destituir João Goulart.<sup>200</sup>

Diferentemente do desejado pelas esquerdas, os fuzis e os rosários venceram as reformas. As marchas simbolizaram em todo o país e em Santa Catarina o fim de uma plataforma política progressista, de um projeto de nação que se desenvolveria através de um aprofundamento da democracia, tanto em seus aspectos sociais, políticos ou econômicos. Para as esquerdas em geral e para os brizolistas em particular, com o Golpe Civil-Militar de 1º de Abril de 1964, o projeto de poder que poderia alçar as mudanças necessárias no país pelas vias legais estava encerrado.

---

<sup>199</sup> *O Albor*, Laguna, 09 mai. 1964, p. 4

<sup>200</sup> *O Estado*, Florianópolis, 17 mar. 1964, p. 10.



### 3- RADICALISMO, REFORMISMO E RESISTÊNCIAS: Os Grupos dos Onze em Santa Catarina

A primeira obrigação de todo brasileiro independente e progressista é estar atento a tudo o que se faz no Congresso, o que se articula nos ministérios, ao que se arma nos quartéis, às manobras dos politiqueiros, enfim, a tudo o que se passa em nosso país. E por que é indispensável que todos estejamos atentos a essas coisas? Porque só assim será possível sairmos em defesa dos interesses de nosso povo sempre que alguém os ameace.

LEONEL BRIZOLA, 1964.

A imaginária comunidade de milhões parece mais real na forma de um time de onze pessoas com nome. O indivíduo, mesmo aquele que apenas torce, torna-se o próprio símbolo de sua nação.

ERIC HOBSBAWM, 1990

Abril de 1964. Numa cela do Quartel da Polícia Militar de Florianópolis, alguns presos políticos conversam:.

Preso 1 – Foi ingenuidade pensar que a reação não ia reagir, que não estavam conspirando, que iam entregar sem lutas o privilégio.

Preso 2 – Certo. Mas eles souberam aproveitar as divergências e os choques entre a classe trabalhadora e os intelectuais.

Preso 3 – Sim, houve radicalismo e essa divisão, embora me pareça falso separar trabalhadores e intelectuais, foi fatal. Falta de compreensão dos fenômenos históricos.

Preso 4 – Não sei não. Vocês não acham que pesou também a euforia do “já ganhou”, e pouco adiantou alguns mais conscientes alertarem.<sup>201</sup>

---

<sup>201</sup> MIGUEL, Salim. **Primeiro de abril:** narrativas da cadeia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994, pg.98.

O diálogo acima foi reconstruído por Salim Miguel no seu livro *Primeiro de Abril, narrativas da cadeia*. No dia 3 daquele mês o escritor catarinense foi preso e enviado para o Quartel de Polícia da Florianópolis onde fez um diário sobre os quarenta e oito dias nos quais esteve na prisão. Nos relatos, identificamos, em diversos momentos, debates acalorados que tentavam dar significado ao que estava acontecendo no país. O diálogo acima é exemplar desse esforço. Por que o golpe havia triunfado? O que houve com as esquerdas? Afinal, quem foi o culpado?

Essas perguntas não foram feitas apenas pelos presos da cadeia de Florianópolis. Após 1964, os estudos relativos ao período tentaram, e ainda tentam, diagnosticar os motivos que levaram a falência do regime democrático que foi iniciado com a carta constituinte de 1946.

Recentemente algumas análises tomam as esquerdas como responsáveis pela crise da democracia brasileira na década de 1960. Segundo essas interpretações, a atuação dos grupos reformistas, principalmente após 1963, havia polarizado politicamente o país. As lutas pelas reformas “na lei ou na marra” deixaram o governo entorpecido. Os poderes Executivo e Legislativo chegaram, ao fim de 1963, a um momento de letargia institucional que culminou numa paralisia fatal do sistema político brasileiro.

As teses de radicalização das esquerdas são, muitas vezes, apoiadas na forma de atuação de grupos como a Ação Popular, o CGT, o PCB, aos parlamentares da Frente Parlamentar Nacionalista e a organizações menos conhecidas, mas não sem menos importância, como os *Grupos dos Onze Companheiros*. Esses últimos, em especial, chamam a nossa atenção. Praticamente todos os inquéritos formados nos primeiros meses da Comissão Geral de Investigações faziam menções a tais grupos.<sup>202</sup> Dessa forma, não é de se estranhar que a atuação dos grupos dos onze seja utilizada como um forte argumento de sustentação das teses sobre os “dois golpes em marcha”.<sup>203</sup> Ou seja, para muitos analistas da nossa história recente, os grupos brizolistas seriam, nada mais, nada menos, que milícias com poderes paramilitares que dariam sustentação a um golpe de Estado articulado e encaminhado pelas próprias esquerdas.

---

<sup>202</sup> ARNS, Paulo Evaristo (Ed.). **Brasil Nunca Mais**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985, pg. 109.

<sup>203</sup> Tese especialmente defendida por Elio Gáspari no livro **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

Os trabalhos que discutem os grupos dos onze têm, normalmente, as fontes memorialísticas como matéria-prima. Este trabalho não será diferente. Depoimentos de participantes dos comandos nacionalistas e de políticos foram úteis ao longo da nossa pesquisa, pois, além de ajudar em compreender como se construiu certa memória em relação ao período, também nos ajudavam a perceber como muitas pessoas ditas “comuns” se manifestaram ativamente no campo político-institucional em pleno período que, como já vimos, foi estigmatizado como “República Populista”. No mais, além das narrativas memorialísticas, recorreremos, também, a um novo conjunto de fontes com o intuito de elucidar a nossa problemática: os processos gerados pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Com eles tivemos acesso a vários Inquéritos Policiais Militares (IPM), ou trechos deles, juntamente com uma boa relação documental e memorialística referente aos acusados de participar de Grupos dos Onze em Santa Catarina. Aprofundamos-nos em especial em três IPM’s: os documentos 230/64, 232/64 e 276/64. Com eles foi possível confrontar as entrevistas produzidas contemporaneamente com um conjunto documental de época formado pelo próprio aparelho repressor da Ditadura. Além dessas fontes, também tivemos a oportunidade de avaliar os processos que chegaram ao Supremo Tribunal Militar (STM) referente à pessoas que, de um modo ou de outro, tiveram ligações com grupos dos onze em Santa Catarina. O acesso a essa documentação nos foi possível após diversos contatos, por meio de ofícios, com o Almirante de Esquadra Álvaro Luiz Pinto, então Ministro Presidente do STM. Depois de prestarmos todos os esclarecimentos exigidos e vencermos todos os trâmites burocráticos, por fim, fomos autorizados a visualizarmos e, posteriormente, fotocopiarmos partes de alguns desses processos.<sup>204</sup>

Mostraremos, a seguir, o perfil de algumas das pessoas que integraram o movimento trabalhista radical liderado por Leonel Brizola no início da década de 1960, os projetos políticos, os espaços nos quais os grupos foram gerados, suas lideranças, enfim, discutiremos através dos exemplos de alguns casos catarinenses e de suas relações com outras partes da esquerda, quem eram esses grupos brizolistas e qual a participação dessa organização na cena política do final do governo João Goulart.

---

<sup>204</sup> A consulta aos processos só é possível através dos nomes dos inquiridos, assim, só se tornou viável o pedido após montarmos uma relação prévia dos acusados de participação nos grupos.

### 3.1– Povo desorganizado é povo submetido: O movimento nacional dos Grupos dos Onze

Como foi visto nos capítulos anteriores, no final do ano de 1963 o Brasil passava por uma forte crise institucional e econômica que corroía as bases políticas e sociais do país. A crise de 1961 e o sucesso da resistência liderada pelo governador Leonel Brizola, contudo, acenderam nas esquerdas a fé de que a pressão popular obrigaria a aprovação das reformas de base. Inspirados no sucesso da empreitada radiofônica de 1961, a ala compacta do PTB (facção do partido identificada com o trabalhismo radical e liderada por Brizola), promoveu a veiculação das falas de Brizola, todas as sextas-feiras, às 21h, em programas da rádio Mayrink Veiga. Com o sucesso do programa, emissoras de diversos Estados se filiaram à rádio e formaram a chamada “Cadeia do Esclarecimento”. Uma rede de retransmissão radiofônica que cobria uma boa parte do país, inclusive Santa Catarina.<sup>205</sup>

Os programas da Cadeia do Esclarecimento tinham como objetivo a elucidação do público em geral em assuntos da economia e política nacional e internacional. Articulando uma linguagem incendiária e imagens bastante concretas, facilmente identificáveis com o cotidiano popular, os discursos de Brizola empregavam expedientes como a alusão a preços de produtos de primeira necessidade e sua relação com o aumento do custo de vida, por exemplo, para discorrer sobre o problema da inflação: “O brasileiro dorme, hoje, com uma nota de mil cruzeiros na mesa de cabeceira, e só 999 cruzeiros quando levanta de manhã”.<sup>206</sup>

Tal expediente, por sua vez, provocou reações hostis por parte de muitos jornais catarinenses. Revelando profundas divergências ideológicas em relação ao deputado gaúcho, artigos como “Brizola incita a subversão”<sup>207</sup> e “Brizola agitador”, ambos publicados em *A Gazeta*, demonstravam a preocupação das elites catarinenses com a influência brizolista no Estado.

Ocupando o microfone da Mairink Veiga, o deputado Leonel Brizola concitou os trabalhadores a uma ação imediata contra os “reacionários”, afirmando ser necessário fazer-se uma mobilização imediata a favor

---

<sup>205</sup> LEITE FILHO, Francisco das Chagas. **El Caudillo**: Leonel Brizola, um perfil biográfico. São Paulo: Aquariana, 2008, p. 251 e 252.

<sup>206</sup> *Ibidem*

<sup>207</sup> *A Gazeta*, Florianópolis, 09 mai. 1963, p. 3.

de reforma da Constituição, para poder fazer a reforma agrária. Acrescentou ser preciso que a reforma venha imediatamente, antes que venha a revolução. Não disse, porém, de onde partirá e quem comandará o movimento subversivo, de sorte que os comentários a respeito não lhe têm sido muito favoráveis.<sup>208</sup>

A *Gazeta* possuía profundas ligações com os udenistas catarinenses. Sua desconfiança com relação a Brizola revela os embates político partidários no estado e suas reações a ação do líder trabalhista.

Não obstante, apesar da hostilidade do diário florianopolitano, não demorou para o ex-governador gaúcho colocar o seu plano em prática. As movimentações dos setores da direita indicavam que, novamente, a ordem constitucional estava em risco. As reformas pareciam que não seriam aprovadas e uma atmosfera golpista pairava no ar. Acreditava-se, como contraponto, que uma ação popular mais contundente pudesse apressar as reformas e, de quebra, impedir uma ação conservadora que limitasse os ganhos sociais.

Com esse intuito, no final de 1963, através da Cadeia do Esclarecimento, Brizola conclamou a população a organizar-se em grupos de onze pessoas. A definição de onze membros se fez evocando-se a imagem simbólica de um time de futebol. O esporte mais popular do Brasil serviu como alegoria para a compreensão rápida por parte da população dos objetivos dos trabalhistas radicais. Esses “times do povo” deveriam ter um “capitão” que lideraria os grupos com o objetivo de lutar pela manutenção democrática e pelas reformas de base. A metáfora, por sua vez, não seria apenas didática, mas transmitiria, em si, os valores coletivos que os trabalhistas atribuíam àquele tipo de organização.

Como já foi visto, nem a rádio Mayrink Veiga, nem a Rede do Esclarecimento eram os únicos meios de comunicação disponibilizados aos brizolistas. Em 1964, o semanário *Panfleto* surgiu como o veículo de comunicação impressa “oficial” dos grupos, além, é claro, de mais um manancial de discurso brizolista. A popularidade do jornal foi rápida e com

---

<sup>208</sup> Idem, 23 mai. 1963, p. 4.

apenas sete edições já possuía uma tiragem de cerca de 200 mil exemplares.<sup>209</sup>

Com *Panflete*, os Grupos dos Onze, ou Comandos Nacionalistas, passaram a ter um regimento próprio, documentado. Com essa publicação, os grupos passaram a ser esboçados em sua forma interna, com objetivos claros. No primeiro número do *Panflete*, juntamente com a cartilha, as metas dessas organizações já são anunciadas: 1) Defesa das conquistas democráticas; 2) implantação imediata das reformas de base; 3) libertação nacional da espoliação internacional.<sup>210</sup> Ou seja, os Grupos dos Onze surgiram como uma resposta ao receio de um golpe contra o governo legalmente constituído, ao mesmo tempo em que se formaram como instrumentos de pressão popular visando direcionar o Executivo cada vez mais ao encontro das reformas de base.

Além dos objetivos dos Grupos dos Onze, o semanário publicou, também, as atas para formação dos comandos. Documentos que deveriam ser preenchidos e encaminhados para a Rádio Mayrink Veiga. Nesta ata ficava evidente o envolvimento dos grupos brizolistas com o getulismo, pois, nela, a Carta Testamento de Getúlio Vargas é reivindicada como texto fundador e orientador, mostrando, também, o alto teor de personalismo político que marcava a formação dos grupos.

Nesta data, estamos também comunicando ao líder nacionalista Leonel Brizola de nossos objetivos: Defesa das conquistas democráticas de nosso povo, realização imediata das Reformas de Base (principalmente a Reforma Agrária), e a libertação de nossa Pátria da espoliação Internacional, conforme a denúncia que está na Carta-testamento do presidente Getúlio Vargas.<sup>211</sup>

No próprio jornal, o suposto sucesso da campanha de formação do movimento é evidenciado. Com a proliferação dos comandos, em menos de dois meses de campanha, o jornal já projetava um número de cem mil grupos dos onze espalhados por todo o Brasil.

---

<sup>209</sup> KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 2. Ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, p. 9.

<sup>210</sup> *O Panflete*, Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1964, n. 1, p. 14-15.

<sup>211</sup> *Ibidem*.



A Organização dos “comandos nacionalistas” atingiu um ritmo que supera de muito as previsões mais otimistas, nas últimas duas semanas, a média de cartas comunicando a organização de grupos subiu para 300 (trezentas) por dia útil. (...) Com base nos G11 já organizados ou em organização, calcula-se, que até junho-julho, seja atingida a meta prevista pelo Comando nacionalista, de 100.000 grupos em todo o país.<sup>212</sup>

A meta anunciada pelo *Panfleto* em março de 1964 muito provavelmente jamais foi atingida. Ainda que os números fossem levantados pelo próprio movimento, o que deveria levar a certa desconfiança em relação aos dados apresentados, o que houve foi que a divulgação desses números só contribuiu para aprofundar a preocupação dos setores mais conservadores da sociedade. Aos olhos de muitos alinhados à direita, as pressões pelas reformas e a crescente mobilização popular precisava ser interrompida. Com o Golpe de 1º de Abril, os grupos dos onze acabaram sendo desmobilizados sem que houvesse registros de resistência armada por parte de nenhum dos seus integrantes.

---

<sup>212</sup> Idem, 23 mar.1964, n. 6, p. 4.

**MODELO DE ATA**

Nós, os 11 brasileiros abaixo-assinados, constituímos nesta de um "Comando Nacionalista" (Rua ..... N° .....)

Tel. ....

Escolhemos para líder e comandante o companheiro .....

.....

e, nesta data, estamos também comunicando nossa decisão ao líder nacionalista Leonel Brixala de nossos objetivos: Defesa das conquistas democráticas de nosso povo, realização imediata das Reformas de Base (principalmente a Reforma Agrária), e a libertação de nossa Pátria da espoliação internacional, conforme a denúncia que está na Carta-Testamento do Presidente Getúlio Vargas.

..... de ..... de 19.....

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — .....

5 — .....

6 — .....

7 — .....

8 — .....

9 — .....

10 — .....

11 — .....

**Figura 3 - Ata para formação dos Grupos dos Onze. Fonte: *Panfleto*, Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1964, n. 1.**

### **3.2 - Os Times do Povo: Futebol, política e espaços de sociabilidades nas concepções dos grupos em Santa Catarina**

Se considerarmos o PTB como o ventre dos grupos dos onze não conseguiremos avaliar com a devida atenção a formação dos comandos nacionalistas em Santa Catarina. Os petebistas catarinenses foram, tradicionalmente, uma terceira força nos ditames partidários do estado. Sempre ligados ao PSD – em alguns casos até a UDN – os petebistas possuíam pouca influência nas áreas rurais e pouco alcance em Florianópolis. Porém, se flexibilizarmos a avaliação sob o vies de uma

nova concepção história política, perceberemos a ação de novos atores. Pessoas que enxergavam a atuação política como uma estratégia viável para garantir e aprofundar as suas conquistas sociais, dentro ou fora dos partidos políticos de então.

Foi com esse intuito que nossa pesquisa levantou a participação de “pessoas comuns” nos grupos dos onze nas mais diversas regiões do Estado de Santa Catarina: Araranguá, Blumenau, Brusque, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Herval D’Oeste, Imbituba, Ituporanga, Laguna, Rio do Sul, São Francisco do Sul e Xanxerê. Durante as pesquisas que desembocaram no nosso trabalho de conclusão de curso de graduação encontramos, através de jornais de Florianópolis e também de alguns trabalhos acadêmicos, pessoas que foram ligadas a grupos dos onze de Santa Catarina.<sup>213</sup> Para aprofundar o nosso exame procuramos no projeto *Brasil Nunca Mais* os participantes dos grupos catarinenses processados no Inquérito Policial Militar 230/64.<sup>214</sup> Além disso, de forma um tanto intuitiva e assistemática fomos identificando através da imprensa, autobiografias ou mesmo dos relatos orais, os nomes de envolvidos, com os comandos nacionalistas. Não obstante, ainda que abarque um grande número de pessoas e todas as regiões do Estado, é importante deixarmos claro que esta pesquisa abrange um pequeno percentual de participantes dos grupos. Por trabalhar com uma amostragem, a nossa reflexão tenta representar o todo, não contemplá-lo.<sup>215</sup>

---

<sup>213</sup> PACHECO, Diego. **Subversão Sem Armas**: A formação e atuação dos Grupos dos Onze em Santa (1963 – 1964). Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – UFSC, Florianópolis, 2009.

<sup>214</sup> Projeto Brasil Nunca Mais. Fonte: Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/memoria/nuncamais/index.htm#nunca>> Acesso em: 01 de ago. 2011.

<sup>215</sup> Em anexo dispomos da listagem com os nomes encontrados nessa pesquisa dos envolvidos nos grupos de Santa Catarina. Denis de Moraes citou em seu livro sobre o Golpe Civil Militar de 1964 que telegramas oriundos de Florianópolis davam conta do “clima de terror formado pelos grupos do oeste” catarinense. MORAES, Denis de. **A Esquerda e o Golpe de 64**: vinte e cinco anos depois as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p. 143.

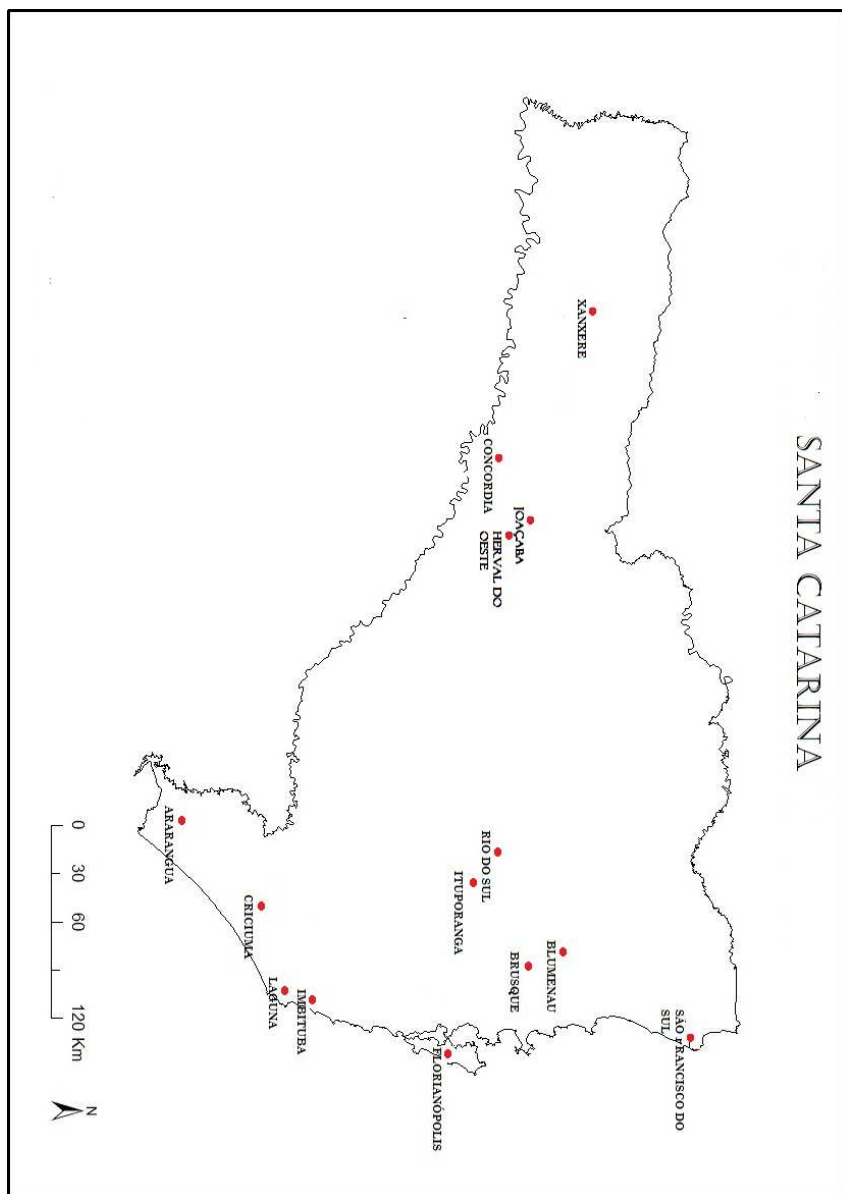


Figura 4 - Mapa de Santa Catarina com os locais onde Grupos dos Onze foram localizados.

Em toda Santa Catarina identificamos cento e treze pessoas que participaram dos grupos ou foram acusadas de participação. Um dado interessante, percebido já na avaliação prévia desse conjunto de pessoas é o seu perfil profissional. São trabalhadores essencialmente urbanos. Com exceção de alguns militantes da cidade de Ituporanga, todas as pessoas relacionadas na pesquisa executavam funções laborais que podemos identificar como características das cidades. São operários, consertadores, funcionários públicos, bancários, carteiros, barbeiros, açougueiros, telegrafistas e comerciantes. Fica evidente, portanto, que, apesar da heterogeneidade das profissões, são todas ocupações que só se desenvolvem em locais com razoável concentração de pessoas, em grande parte funções relacionadas com a prestação de serviços. Com raríssimas exceções, são todos membros do que poderíamos chamar de classe média e baixa. Somente dois membros possuíam curso superior.

Não obstante essas nossas constatações, a historiografia sobre o campesinato brasileiro tem mostrado a força do trabalhismo no meio rural. Diversos estudos apoiados em uma gama alternativa de fontes demonstram como essa cultura política já podia ser verificada desde o Estado Novo de Vargas nos mais diferentes recantos do Brasil. Otávio Guilherme Velho, em 1970, já mostrava como o discurso do governo de Getúlio era pautado na “Marcha para o Oeste”, incentivando, mesmo que retoricamente, as pequenas propriedades rurais no Brasil.<sup>216</sup> Mais recentemente José Franco Reis<sup>217</sup> e Jorge Ferreira<sup>218</sup> analisaram como os trabalhadores rurais tentaram se incorporar ao Estado acionando diretamente o presidente da República através de cartas. Não é nossa intenção demonstrar o contrário. No Oeste catarinense, por exemplo, a força do trabalhismo advinha dos camponeses, e provavelmente, deles surgiram diversas organizações aos moldes dos grupos dos onzes. Porém, os grupos pesquisados, neste trabalho, são, de fato, oriundos do meio urbano, sendo essencialmente profissionais liberais. Como veremos mais adiante com os exemplos de Santa Catarina, a formação de grupos em regiões mais próximas dos centros urbanos pode ser entendida se atentarmos para o seguinte fenômeno: normalmente, os grupos se estruturaram a partir de relações

---

<sup>216</sup> VELHO, Otávio. **Capitalismo autoritário e campesinato**. Petrópolis: Vozes, 1979.

<sup>217</sup> REIS, José Franco. **Não há mais intermediários entre o governo e o povo. Cartas a Getúlio Vargas: o mito e a versão**. 2002. Tese (Doutorado) – Campinas, Unicamp.

<sup>218</sup> FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1995.

prévias com outros trabalhadores, que por sua vez, tiveram contato com a ideia de formar essas associações através das rádios ou através da imprensa escrita (quase sempre o jornal *Panfleto*). Seguindo essa dinâmica, podemos supor que o conhecimento e a geração de grupos em zonas rurais se tornavam mais difíceis do que com relação às áreas urbanas.

A faixa etária dos participantes também é larga e indica a multiplicidade de propósitos dos grupos. Variando dos dezessete aos setenta e nove anos, as pessoas que se inscreveram nos grupos catarinenses eram, no geral, indivíduos de meia idade (mais de 40 anos). Apesar de pouco conclusivo, esse dado serve para ratificar a nossa afirmação de que, em sua maioria, os membros dos grupos dos onze viveram as suas experiências de formações políticas durante o processo de criação do trabalhismo em nível nacional. Essa média etária sugere que a maioria dos participantes cresceu durante o governo Vargas, tendo sua maturidade política formada, basicamente, no período ditatorial do ex-presidente. Em grande parte, portanto, sofreram influência, ou mesmo tiveram participação, no processo de nacionalização do petróleo. Tiveram experiências em comum sendo partícipes da chamada *Geração do Petróleo é nosso*.

Outro dado chama nossa atenção: quando tratamos do perfil das pessoas envolvidas, todos, sem uma única exceção, são homens. Esse corte de gênero na formação dos grupos merece uma boa discussão, algo que, por não ser o foco desta pesquisa, infelizmente não poderemos desenvolver com profundidade neste trabalho. O tema requer um exame que avalie com maior propriedade essa questão. Tal constatação já foi feita por outros historiadores. Marcelo Ridente, por exemplo, afirmou que

Os grupos nacionalistas, em geral, contaram com poucas mulheres em suas fileiras, antes ou depois de 1964, fossem eles armados ou não: nenhuma mulher foi processada por ligação com os Grupos de 11 em 1964, tampouco houve acusadas de pertencerem a organizações armadas nacionalistas.<sup>219</sup>

No entanto, podemos aventar algumas hipóteses sobre essa peculiaridade dos grupos dos onze. Uma delas deve levar em consideração os espaços onde os grupos floresceram. Veremos mais a frente que os grupos

---

<sup>219</sup> RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 2: 113-128, 2.sem. 1990.

126

catarinenses se desenvolvem em locais que, na época, eram basicamente espaços de sociabilidades masculinos. Locais em que a presença de mulheres era indesejada pela sociedade machista e patriarcal catarinense de meados do século XX. Nos bares e nos meios em que se discutiam o futebol, a presença das mulheres era vista com desconfiança e como um ato que desqualificava as “boas características femininas”. Para Ridente, também devemos levar em consideração as posições submissas que as mulheres estavam na política e na sociedade brasileira da década de 1960. A participação pública das mulheres só era socialmente aceita quando para reiterar os seus papéis de mães e esposas. Função, aliás, sublinhada com grande ênfase durante as Marchas pela Família, com Deus pela Liberdade. Porém, isso é apenas uma hipótese que deve ser ainda verificada por outros estudos. Também é importante ressaltarmos que o levantamento que fizemos não deve ser visto como um padrão absoluto nos perfis dos grupos. Em locais onde os grupos dos onze foram mais fortes e relativamente organizados – pensamos aqui nos estados da Guanabara e do Rio Grande do Sul – a presença de mulheres, mesmo que em menor número, pode ter se tornado mais frequente.<sup>220</sup>

Para conseguirmos entender como se deu a formação dos grupos dos onze em Santa Catarina, precisamos, inicialmente, viajar até a cidade de Imbituba, onde os exemplos são mais latentes. No início dos anos 1960, o caminho composto por noventa quilômetros, da capital de Santa Catarina até Imbituba, era feito, necessariamente, pela BR-59, uma rodovia de péssimo tráfego, que tornava a viagem até Imbituba cansativa e demorada. A cidade era pequena, mas muito movimentada devido ao porto (um dos principais do estado, ao lado do Porto de Itajaí). Era no mar que a grande maioria dos moradores de Imbituba achava o seu sustento. Era em sua proximidade que circulava a economia e pulsava a vida social de Imbituba. Porém, não é um uma doca ou arpoadouro que focaremos nossa análise, mas num botequim.

O bar é um ambiente de discussão e de socialização. São neles que “se afogavam as mágoas da luta pela vida e se entorpeciam os corpos doloridos pelas horas seguidas do labor cotidiano”.<sup>221</sup> Trata-se de espaços

---

<sup>220</sup> Ver, por exemplo, o trabalho de Amanda Nunes Moreira, **As Mulheres e o Grupo dos 11**. In: XIII Seminário de Iniciação Científica, 2005, Ijuí. XIII Seminário de Iniciação Científica, 2005.

<sup>221</sup> CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 173.

de sociabilidade masculina, repletos de elementos que integravam o universo dos homens, como sinuca, bebidas, petiscos e futebol. Eram nos bares que, após um dia cansativo de labuta, os trabalhadores se encontravam e aproveitavam a descontração do ambiente para falar da vida cotidiana, de esportes, e, frequentemente de política. Thompson, avaliando a formação da classe operária inglesa nos séculos XVII e XVIII afirmou que, nas tavernas, “com um caneco de cerveja preta na mesa”, os operários tratavam os assuntos referentes à nação.<sup>222</sup> Assim, por mais que os patrões vissem os bares como locais de baderna e desordem, eram neles que o trabalho e o lazer se imbricavam.<sup>223</sup> Também em Imbituba, no início dos anos 1960, o “boteco” foi mais do que um local de descanso: ele serviu de espaço para a discussão política e para a arregimentação de pessoas que formaram um dos grupos dos onze surgidos na cidade. Lá, como em outras cidades do país e do Estado, a fonte de motivação principal para a formação dos grupos foram os programas radiofônicos da Mayrink Veiga, sendo o radialista Manoel de Oliveira Martins um dos seus principais líderes.<sup>224</sup>

No botequim, aproveitando a discussão sobre os acontecimentos do país e vendo que suas ideias e projetos eram comuns, sete homens decidiram marcar uma reunião no dia seguinte, um domingo, às dez da manhã, na casa do bancário Antonio Alves de Figueiredo.<sup>225</sup>

Antonio era, na época, representante sindical dos Bancários, vinculado à agência de Imbituba do Banco Inco.<sup>226</sup> Aqui verificamos um ponto de conexão com a formação de outro grupo. Devemos, nesse caso, voltar para estrada. Vamos a Laguna.

Laguna também era uma cidade portuária. Para que chegássemos a ela deveríamos voltar para a BR-59 e viajar cerca de trinta e cinco quilômetros em direção ao Sul. O porto de Laguna não tinha o movimento

---

<sup>222</sup> THOMPSON, Edward Palmer . **A formação da classe operaria inglesa**: a força dos trabalhadores. V:3.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 197.

<sup>223</sup> SIQUEIRA, Uassyr. Trabalhadores Paulistanos: Os associados e as “vítimas da pinga”. **Revista de História Social**, Campinas, v.13, n. 14/15, p. 101-119, 2008, p. 102.

<sup>224</sup> MINISTERIO DA JUSTIÇA. **Relatório sobre a atividade dos grupos de 11 em Imbituba e Laguna** . IPM 230/64. Comissão de Anistia. processo 2001.01.04918.

<sup>225</sup> Idem.

<sup>226</sup> MINISTERIO DA JUSTIÇA. **Requerimento de Indenização**. Comissão de Anistia Processo 2001.01.04990.



tão intenso quanto o de Imbituba. Seus funcionários, devido ao tempo que ficavam sem atividades, tinham que completar suas rendas com a pesca. Mas novamente não é “do mar” que surge a idéia de formação dos grupos brizolistas. Assim como em Imbituba, Laguna possuía uma agência do Banco Inco<sup>227</sup> e foi nela que mais grupos dos onze foram formados. A fonte de motivação lá, no entanto, foi diferente da de Imbituba. Dessa vez não foi através da rádio que as pessoas foram arregimentadas, aqui outro veículo de comunicação atuou: o jornal.

Benjamim Luiz Nicolazzi, funcionário do Banco Inco, recebia as suas revistas e os seus jornais direto de Porto Alegre, por intermédio de seu filho. Em Laguna, as fontes de informações impressas eram escassas e essa busca de informativos em outras cidades era um costume comum. Partindo dos dados contidos no Inquérito Policial Militar disponível em seu processo na Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e de seus depoimentos, verificamos que Benjamim Luiz Nicolazzi teve acesso às informações sobre os grupos dos onze por meio do semanário *Panfleteo*.<sup>228</sup>

Junto a diversas outras revistas e jornais, o *Panfleteo*, vindo de Porto Alegre, trazia todas as informações necessárias para a formação dos grupos, mas Benjamim não fez nada sozinho. Foi durante um dia de trabalho que ele, conversando com outro colega, o também bancário Aurélio Schneider, definiu-se por formar uma associação nos moldes dos grupos dos onze. Nicolazzi e Schneider, contudo, não formaram apenas um, chegaram à conclusão que era necessário formar dois grupos. Foi dentro do Banco Inco que ambos montaram duas atas datilografadas, seguindo o modelo disponível no *Panfleteo*, e partiram para a formação dos Comandos Nacionalistas. Aqui é interessante notar a forma encontrada para a arregimentação. Em uma das atas colocaram os seus próprios nomes e, de dentro do banco, começaram a conversar com outras pessoas, muitas

---

<sup>227</sup> Segundo Evaldo Pauli, o Banco INCO surgiu em 1935 sob as lideranças de Irineu Bornhausen e Otto Renaux. No início da década de 1960, com sede em Itajaí, o banco possuía 103 agências espalhadas por todo o estado de Santa Catarina e ainda sedes no Rio de Janeiro e São Paulo. Em 1968, foi adquirido pelo Banco Brasileiro de Descontos (BRADESCO), com sede em São Paulo. Fonte: Disponível em: <  
[http://www.cfh.ufsc.br/~simposio/EncReg/EncSC/MegaHSC/Historia\\_economica\\_SC/91sc4430-4451.html](http://www.cfh.ufsc.br/~simposio/EncReg/EncSC/MegaHSC/Historia_economica_SC/91sc4430-4451.html)> Acesso em: 15 de set. 2011.

<sup>228</sup> MINISTERIO DA JUSTIÇA. **Relatório sobre a atividade dos grupos de 11 em Imbituba e Laguna**. IPM 230/64. Comissão de Anistia. processo 2001.01.04918.

delas clientes, que, compreendendo a situação nacional e comungando das mesmas ideias e projetos políticos assinaram as atas.

De duas listas datilografadas no Banco INCO, uma delas já contando com as assinaturas do Sr. NICOLAZZI e de AURÉLIO, foi entregue ao Sr. ANTONIO DUARTE. Este, no próprio banco, após o pedido de AURÉLIO, não só assinou, como também levou a lista para a casa comercial de propriedade da família Duarte, e aí, assinaram todos seus filhos, além de pessoas de suas relações que se encontravam no local ou por ele passavam.<sup>229</sup>

Vemos que a primeira lista deixou de ser responsabilidade dos bancários, passando para as mãos do comerciante Antônio Duarte, um senhor com 65 anos de idade, cego de um olho e com dificuldades de se locomover, conhecido dos bancários. Este fez algo que foi comum em outras partes do Brasil, conversou com seus filhos, inscrevendo todos, inclusive o seu filho menor de idade, na época com 16 anos, na ata de formação. Trabalhos como a da historiadora Marli Baldissera nos indicam que, em alguns casos, filhos ainda crianças eram inscritos nos grupos, por pura simpatia dos pais com as causas defendidas por Leonel Brizola.<sup>230</sup> O caso dos Duarte, por sua vez, não foi diferente. Nesse episódio o preenchimento da ata como uma espécie de abaixo-assinado demonstra que Antonio Duarte e seus filhos preencheram a ata a pedido dos colegas bancários, mas sem muita preocupação as consequências que tal ato poderia gerar em suas vidas.

A conversa dentro do banco fez com que o aposentado Mario Gonçalves da Silva encabeçasse o segundo grupo de Laguna, que, por seu turno, deixou com os portuários Ataíde e Sebastião a tarefa de agregar novos membros. Essa tarefa, aliás, não parece ter sido difícil. Antes mesmo de o primeiro grupo lagunense enviar, já se achava sob o registro 2267 do dia 3 de março de 1964 o envio da ata de formação do segundo grupo de

---

<sup>229</sup> MINISTERIO DA JUSTIÇA. Comissão de Anistia. 'A- GRUPOS DOS ONZE'. IPM 230/64, encontrado no processo 2001.01.04918.

<sup>230</sup> BALDISSERA, Marli de Almeida. **Onde estão os Grupos de Onze**: os Comandos Nacionalistas na região do Alto Uruguai – RS. Passo Fundo, EPF Editora, 2005.

Laguna para Leonel Brizola na Rádio Mayrink Veiga. O grupo do senhor Antonio mandaria sua ata somente no dia 7 de março.<sup>231</sup>

Se retornarmos a Imbituba, no entanto, veremos certa diferenciação na formação dos grupos. Principalmente se comparados com os últimos exemplos. Apesar da aparente coincidência com funcionários do Banco INCO naquela cidade, os idealizadores, que haviam recebido a informação dos grupos através da rádio, configuraram a sua ata mediante uma reunião conjunta, realizada no domingo. Isto é, um dia depois do encontro “casual” no bar. Segundo o IPM, “entre o final de fevereiro e início de março” de 1964.

Percebemos, por meio dos depoimentos e do inquérito que, nesse primeiro encontro, já estavam presentes oito membros do grupo. Segundo o próprio Capitão Carlos Augusto Caminha, responsável pelo IPM, os outros três réus assinaram a ata por “coleguismo”. Ari Sanceveriano, um dos três citados pelo capitão Caminha, afirmou, em depoimento a própria Comissão de Anistia, que assinou as atas de Grupos dos Onze por “defender a reforma agrária”, mostrando também que o puro “coleguismo” não pode ser considerado um motivo exclusivo para a participação nos grupos. Era necessário compartilhar algumas ideias e projetos. Algo que, para nós, no decorrer desta pesquisa foi nos ficando mais evidente.<sup>232</sup>

Ainda com relação ao grupo de Imbituba é interessante notar que na única reunião realizada, após a ata ser datilografada pelo radialista Manoel de Oliveira Martins, foi feita uma coleta para a juntada de recursos financeiros que teriam o mesmo destino da ata de formação. O valor arrecadado chegou a Cr\$ 13.000,00 (treze mil cruzeiros). Quantia essa que, logo após o envio, foi cancelada.<sup>233</sup> Outro caso semelhante ocorreu com o senhor Manoel Esaú Santana. O mesmo inquérito aponta o maquinista como sendo responsável pelo envio de uma razoável quantia de dinheiro para a Rádio Mayrink Veiga.

Segundo Caminha, “a remessa de numerário foi feita em virtude do apelo da Rádio Mayrink Veiga, a fim de que a mesma pudesse saldar dívidas junto ao banco do Brasil e Ministério da Viação e Obras

---

<sup>231</sup> MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Registro Postal nº 2470 de 7/III/64**, Comissão de Anistia. Processo 2001.01.04918.

<sup>232</sup> MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Relatório do Capitão Carlos Augusto Caminha**, IPM 230/64. Comissão de Anistia. Processo 2001.01.04918.

<sup>233</sup> Podemos ter uma noção do real valor financeiro levando em consideração que um jornal impresso custava na época Cr\$10.

Públicas”.<sup>234</sup> Tal fato se confirma quando lembramos que, em Imbituba, a fonte principal para a formação dos grupos era a própria rádio Mayrink Veiga. Tal apelo pode ser confirmado através da coleção do jornal *Panfleto* que, em diversas edições, pedia a colaboração dos leitores para manter o veículo “independente” de empresas e organizações financeiras.<sup>235</sup>

Mas o bar não foi o único ambiente de socialização em que os grupos se desenvolveram. Vimos que o conceito que inspirava a ideia dos grupos dos onze surgiu com um grande apelo a signos futebolísticos. A ideia de formação de grupos com onze pessoas foi por si só um convite que merece nossa atenção. Por que o futebol? A estratégia de utilização do futebol como instrumento de mobilização política surtiu efeito? Um grupo em particular pode nos ajudar a esclarecer essas dúvidas: o de Ituporanga.

Sabemos que a utilização do futebol na política não era algo novo. A sociedade moderna com a industrialização, a urbanização e com a mobilidade social e geográfica tende a destruir laços de identidade social. O esporte, e o futebol em particular, pode amenizar esses danos sociais realocando, redefinindo novas identidades.<sup>236</sup> Esses novos agrupamentos identitários podem gerar mobilizações políticas e sociais que, em grande medida, tem poder de interferência na sociedade. Assim, usando as palavras de Ernesto “Che” Guevara, o futebol ultrapassa as fronteiras do esporte, não é apenas um simples jogo, é “uma arma da revolução”.<sup>237</sup>

A percepção de que esse esporte tem profunda capacidade de mobilização pode ser identificada em diversas partes do mundo, nos mais diferentes contextos históricos. Desde 1914 é o monarca que entrega, pessoalmente, o troféu da Copa da Inglaterra. A mesma coisa faz o Presidente da França desde 1927. Na Espanha, modifica-se o nome da

---

<sup>234</sup> MINISTERIO DA JUSTIÇA. Comissão de Anistia. ‘**A- GRUPOS DOS ONZE**’. IPM 230/64, encontrado no processo 2001.01.04918.

<sup>235</sup> Não sabemos o paradeiro dos arquivos de áudio que continham as falas do então deputado Leonel Brizola na rádio Mayrink Veiga. As gravações radiofônicas da Mayrink Veiga estão disponíveis no Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, mas nenhum dos programas ancorados pelo ex-governador fazem parte do acervo.

<sup>236</sup> GIULIANOTTI, Richard. **Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002, p. 31.

<sup>237</sup> GUEVARA, Ernesto “Che”. Apud FRANCO JUNIOR, Hilário. **A Dança dos deuses: futebol, cultura, sociedade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 169.

competição de acordo com o regime político adotado no país.<sup>238</sup> No Brasil não é diferente. Leonardo Pereira descreve bem a percepção do então presidente Getúlio Vargas, após a Copa do Mundo de 1938, sobre a capacidade desse esporte de “influenciar o espírito público”. Depois disso, rotineiramente, o governo Vargas procurou meios de articular o futebol ao projeto ideológico do recém-instaurado Estado Novo.<sup>239</sup>

É muito provável que tenha sido embalado pela conquista do bicampeonato mundial, em 1958 e 1962, e tomado pela mesma percepção sobre o esporte que Vargas apresentou em 1938, que Brizola teve a ideia de fundação dos Grupos dos Onze companheiros. A cartilha dos grupos, indicada no jornal *Panfleto*, nos fornece uma ideia mais clara da identificação que os grupos poderiam gerar entre os segmentos mais populares.

A ideia da organização dos “Grupos de onze companheiros” inspira-se, justamente, numa realidade existente em nosso país e, nessas condições, no empenho de colocar o problema da organização popular ao alcance da compreensão e das possibilidades de nossa gente. Essa realidade é o conhecimento e experiência adquiridos pelo nosso povo, em matéria de organização de equipes humanas para a prática do esporte popular – o futebol – hoje difundido e praticado, sem exceção, em toda a parte do território nacional, mesmo nas mais longínquas aglomerações humanas.<sup>240</sup>

No mais, assim como os times de futebol, todos os grupos deveriam ter, também, um “capitão”. Formando, com isso, um importante agrupamento simbólico que aproximava o projeto político brizolista de uma gama de analogias bélicas, já há muito apropriadas pelo esporte bretão. Mas não era apenas nos nomes e nas imagens que Brizola

---

<sup>238</sup> “Na Espanha, a competição do mesmo tipo teve sua nomenclatura mudada de acordo com a forma de governo: foi Copa do Rei (1902-30), tornou-se Copa do Presidente da República (1931-6), depois Copa do Generalíssimo (1939-75), voltou a ser Copa do Rei a partir da redemocratização do país.” Idem, p.168.

<sup>239</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Domingos do Brasil: futebol, raça e nacionalidade na trajetória de um herói do Estado Novo. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v.13, n.2, p. 193-214, jul. 2007, p. 207.

<sup>240</sup> *Panfleto*. Rio de Janeiro, 17 fev. 1964.

inspirava-se para montar a sua representação dos grupos. A tática e as especificidades do jogo também eram absorvidas na idéia das ações dos comandos nacionalistas.

Todos sabem que um time de futebol é composto de onze integrantes, cada um com suas funções específicas e, dentre eles, um é escolhido para capitão ou comandante da equipe; todos sabem, neste caso, deve haver uma ação coordenada entre todos e que a equipe pouco significa se cada um de seus integrantes age por si, isoladamente, sem comando, sem unidade de conjunto, sem adequada combinação entre todos.<sup>241</sup>

Brizola, de certa forma, teve sucesso ao promover essa analogia com o esporte. Em Ituporanga, ocorreu um caso que teve uma relação muito particular com o futebol. Aqui verificamos como, realmente, o futebol serviu para aproximar trabalhadores em torno das ações propostas pelo líder trabalhista.

Nossa viagem até Ituporanga deve seguir em direção ao Oeste do Estado, pela estrada responsável pelo trajeto entre a Capital e Lages. Quando chegássemos a Alfredo Wagner tomaríamos outro caminho, que vencido por cerca de cinquenta quilômetros, nos levaria à Ituporanga. Na época, Ituporanga era uma cidade relativamente nova. Emancipada somente em 1948 de Alfredo Wagner. Talvez seja uma das poucas cidades pesquisadas em que a economia local seja, quase que exclusivamente, agrícola. O cultivo da cebola já era, durante o período estudado, a maior indústria da cidade. Produto que, alias, dá atualmente à Ituporanga o título de “capital nacional da cebola”.

Como vimos, o futebol foi apropriado por Brizola durante a idealização dos grupos devido ao seu altíssimo poder de socialização entre os trabalhadores. Em Ituporanga, a estratégia brizolista que anexava política e futebol foi especialmente eficaz. Foi através da Rádio Mayrink Veiga que o radialista e funcionário do Instituto Nacional do Pinho, Alexandre José Fernandes, o Chandóca, projetou o Grupo dos Onze da cidade. Na rádio Mirador, Chandóca ancorava um programa no qual falava

---

<sup>241</sup> Idem

aos trabalhadores sobre os problemas trabalhistas e sobre a situação política nacional.<sup>242</sup>

Foi no clube de futebol que a idéia de formar um grupo dos onze em Ituporanga se consolidou. Foi através desse ambiente de socialização, entre as partidas e as conversas sobre o esporte, entre as rodadas de cerveja e o debate político que Chandóca, também presidente do diretório municipal do PTB, arregimentou dez homens para a formação do grupo.

O futebol poderia ser considerado como a essência das reuniões entre essas pessoas. Nos depoimentos não é difícil encontrar referências ao esporte e a sua ligação com a natureza da organização política então formada no início de janeiro de 1964. Dioli Beza, um dos onze ituporanguenses brizolistas, chegou a afirmar, com grande teor de defesa, que “pelos idos de 1964 ele e diversas outras pessoas integravam o Partido Trabalhista Brasileiro”, mas que, de fato, “eram mais ligados a futebol do que a política”.<sup>243</sup> Ainda nesse sentido, o alfaiate Teófilo Laurindo afirmou que “o Grupo dos 11 apenas defendia suas idéias políticas, mas não era subversivo. Não lideravam qualquer movimento de subversão, vez que, falavam mais de futebol do que dos problemas políticos”.<sup>244</sup> Obviamente, aqui, devemos levar em consideração uma especificidade dos processos criados pela Comissão de Anistia. Os depoimentos, recentemente realizados, têm como característica uma revisão do passado. Um “retorno” aos fatos que geraram dor, sofrimento e exclusão social. Eventos, portanto, muitas vezes, resignificados. Podemos assim dizer que as discussões sobre futebol eram frequentes, porém as discussões políticas não só aconteciam como também incomodavam alguns líderes políticos da cidade.

A muito clara utilização do futebol como pretexto para a participação política perante as autoridades policiais também tem que ser levada em conta. A lista do grupo chegou até a polícia local sob o intermédio do prefeito João Carlos Thiesen apoiado por outras importantes figuras da cidade, tais como o padre conservador Frei Bonner. O grupo dos onze de Ituporanga nos permite verificar que a utilização da retórica que unia futebol e política atingiu diversas pessoas que, além de compartilhar das ideias reformistas de Brizola, discutiam e praticavam o futebol nos

---

<sup>242</sup> MINISTERIO DA JUSTIÇA. **Relatório**. IPM 276/64. Comissão de Anistia. Disponível no processo 2002.01.09816.

<sup>243</sup> MINISTERIO DA JUSTIÇA. **Declaração de Dioli Beza**. Comissão de Anistia. Processo 2002.01.09816.

<sup>244</sup> MINISTERIO DA JUSTIÇA. **Declaração de Teófilo Laurindo**. Comissão de Anistia. Processo 2001.01.05628.

seus momentos de lazer, utilizando-o, por vezes, como escudo para os momentos de repressão que se seguiram.

Um leitor mais atento poderá estar pensando neste momento: e na capital, Florianópolis, não haviam pessoas ligadas ao movimento? Apesar de possuir um perfil de trabalhadores específico, por ser uma cidade essencialmente administrativa, também encontramos pessoas vinculadas a grupos dos onze. Todas ligadas ao funcionalismo público. Não por acaso, o comunista catarinense Álvaro Ventura afirmou que os Comandos Nacionalistas teriam sido uma ideia de Leonel Brizola para encontrar comunistas entre o funcionalismo público. Ou seja, para ele, os grupos dos onze foram uma “armadilha anticomunista” formada pelas elites com a intenção de capturar os comunistas que na época estivessem atrelados à administração pública.<sup>245</sup> Ventura estava envolvido no ambiente florianopolitano e sua avaliação surgiu a partir das prisões, das violências e da ausência de ajuda dos líderes trabalhistas em nível nacional para com o funcionalismo público da capital após as perseguições militares de abril de 1964. Portanto, na capital catarinense, a avaliação de Ventura ao menos em parte não foi equivocada: Em Florianópolis, os grupos foram, de fato, formados no seio da administração pública.

O caso de Florianópolis foi emblemático devido à instituição na qual os trabalhadores estavam envolvidos: o Departamento de Correios e Telégrafos (DCT). Desde outubro de 1963, uma Comissão Parlamentar Inquérito no Congresso Nacional apurava irregularidades na instituição, que envolvia a ação de grupos de esquerda nos Correios em nível nacional.<sup>246</sup> Violação de correspondências e transporte de materiais considerados como subversivos eram as principais acusações aos trabalhadores do setor. Ao término das investigações, após o golpe, não são só os trabalhadores de baixa hierarquia foram perseguidos e presos, mas vários diretores dos Correios foram detidos e outros, inclusive, obrigados a fugir do país.

Florianópolis sempre foi uma capital peculiar sob alguns aspectos. Ainda mais quando pensamos na cidade na década de 1960. Já vimos as dificuldades de uma capital localizada em uma ilha com apenas uma ponte fazendo a ligação entre ela e o continente. Uma capital que não era a maior cidade do estado e que tinha sua economia baseada, quase que exclusivamente, no setor terciário, com um comércio proeminente voltado

---

<sup>245</sup> MARTINS, Celso. **Os comunas**: Álvaro Ventura e o PCB catarinense. Florianópolis: Paralelo 27: Fundação Franklin Cascaes, 1995, p. 237.

<sup>246</sup> *A Gazeta*, Florianópolis, 30 out. 1963, p. 7.



aos trabalhadores da administração pública. Seu potencial turístico, por essa época, ainda era pouco explorado, vindo a começar a ser desenvolvido somente a partir das décadas de 1970 e 1980.

O DCT de Florianópolis também foi envolvido em várias denúncias de subversão. Logo no dia primeiro de abril de 1964, uma das primeiras prisões efetuadas em Santa Catarina foi a do Diretor Regional da empresa, Israel Gomes Caldeira, que, segundo o diário udenista *A Gazeta*, vinha há tempos, quebrando sigilos de correspondências e que

Juntamente com a quebra do sigilo postal, também se verificava a apreensão de jornais e outros impressos que verberavam a atuação nefasta do governo goulardiano, e que não era do agrado do ex-diretor, que exercia aquele importante cargo público, escolhido que fora pelo covarde agente da desordem a da subversão, Sr. Lionel Brizola. [sic]<sup>247</sup>

Israel é novamente citado após o golpe do dia primeiro de abril. Segundo o mesmo matutino, as violações das correspondências teriam saído de dentro do gabinete do diretor com as seguintes frases: “cuidado” – “O PCB está de olho aberto” – “Informe direito sem prejudicar aos operários do Brasil, que em breve será comunista”. Ainda segundo o jornal que, aliás, tinha como fonte o próprio Almirante Valle e Silva, comandante do 5º Distrito Naval e responsável pelas investigações, as frases foram enxertadas em correspondências dirigidas ao Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Extração de Carvão de Criciúma entre outras entidades, como madeireiras e indústrias voltadas a produção rural no Oeste do Estado.<sup>248</sup> Sabemos que o periódico representava, em grande parte, os interesses do movimento que deflagrou o movimento golpista e que a “caça as bruxas” foi implacável com relação ao Departamento de Correios, em parte, devido a sua organização federal e seus vínculos com o PTB janguista. Porém, não por acaso, dentro da própria agência postal de Florianópolis reuniu-se, por diversas vezes, um grupo de funcionários que formaram um grupo dos onze na cidade. O grupo era composto pelos

---

<sup>247</sup> *A Gazeta*, 04 abr. 1964, p. 5.

<sup>248</sup> *A Gazeta*, 24 mai. 1964, p. 11.

carteiros Nézio Jaques Pereira<sup>249</sup>, Carlos Pedro Nascimento e Eduardo Pereira Xavier, além do operador postal Luiz João de Andrade e do vendedor de selos Walter Dias de Oliveira.<sup>250</sup>

O processo referente ao Grupo de Florianópolis que chegou até Supremo Tribunal Militar nos permite uma avaliação mais cuidadosa das atividades do grupo, especialmente do “Seu Nezinho”, o líder e o principal agente do movimento na cidade. Os diversos depoimentos, acareações, acusações e avaliações organizadas pelos responsáveis pelo Inquérito Policial Militar facilitam a compreensão das atividades do grupo e as funções que Nezinho desempenhava junto aos grupos de esquerda de Florianópolis.

Através dos depoimentos, percebemos que uma das tarefas e maiores preocupações dos militares (e, possivelmente, a maior atividade dita subversiva pelo IPM) era a distribuição dos jornais *Panfleto* e *O Semanário*, este último vinculado ao PCB. Os principais inquiridos no processo, Nezinho e o diretor Israel Caldeira, confirmaram o tráfego dos periódicos, apesar do último afirmar desconhecimento sobre o conteúdo dos jornais.<sup>251</sup> Segundo os investigadores, tais jornais eram direcionados por Nezinho, e outros carteiros sob sua orientação, a vários pontos estratégicos da cidade. Um deles, a Livraria Anita Garibaldi<sup>252</sup>, era inclusive um conhecido ponto de encontro entre membros da esquerda florianopolitana.<sup>253</sup> Para os militares, a atuação de Seu Nezinho não parava por aí. Além da distribuição dos jornais de esquerda, o carteiro possuía livre trânsito pelos Correios, violando correspondências e repassando mensagens para pessoas vinculadas ao PCB em Florianópolis.<sup>254</sup> As afirmações realizadas pelo carteiro durante o seu depoimento perante à

---

<sup>249</sup> Nézio, conhecido como Nézinho, após o golpe se direcionou para outros grupos como o PCBR e, no final da década de 1970, foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores em Santa Catarina.

<sup>250</sup> Diário do Paraná, 13/09/1966

<sup>251</sup> SUPREMO TRIBUNAL MILITAR. **Autos Findos 67964 maço 1163 PO 298**, fl. 388.

<sup>252</sup> No dia 3 de abril de 1964, a Livraria Anita Garibaldi foi incendiada por grupos simpáticos ao processo golpista. Ver: MARTINS, Valmir. O Golpe de 64: a participação do grupo civil em Florianópolis. In: DIAS, José de Souza (ORG). **Santa Catarina em perspectiva: Os Anos do Golpe**. Petrópolis: Vozes, 1988.

<sup>253</sup> SUPREMO TRIBUNAL MILITAR. **Autos Findos 67964 maço 1163 PO 298**, fl. 74.

<sup>254</sup> Idem, fl. 92.

Justiça Militar foram confirmadas, anos mais tarde. Já em 2008, Seu Nezinho fez a seguinte declaração:

Eu fiz uma denúncia para o diretor, o diretor boboeu não quis apurar e até hoje não se sabe quem violava as correspondências e eles acrescentavam no rodapé da correspondência: ‘olha, o olho de Moscou tá vendo tudo’, é que lá ainda não existia a célula do PC eles acrescentavam algo que parecia a célula do PC, abriam as correspondências fechavam e botavam no lugar.

Com isso, Nezinho deixava subentendido que as correspondências eram violadas por grupos que tinham interesse em incriminá-lo. Talvez os mesmos “cagueatas” que, para o ex-carteiro, foram os responsáveis pelas dezenas de prisões e violências ocorridas após o golpe dentro do Departamento de Correios e Telégrafos.<sup>255</sup>

A maior acusação contra o diretor dos Correios era exatamente o livre trânsito, a liberdade, que o carteiro possuía dentro da unidade de Florianópolis. Para os responsáveis pelo inquérito, Nezinho agia livremente, viajando pelo estado, pressionando pessoas no trabalho e, dessa forma,

tumultuava o serviço, envolvendo colegas ingênuos em atividades subversivas, como o caso de LUIZ JOÃO DE ANDRADE, pequeno funcionário, o qual, incluiu em [seu] “Grupo de Onze”, com a promessa de nomeação para Chefia do Setor de Transportes do DCT e atribuiu a missão de, na Sala de Aparelhos, ouvir para lhe contar, transmissões sobre greves e atividades políticas.<sup>256</sup>

Os militares concluíram que Seu Nezinho era “reconhecido como comunista pelos colegas e pelo próprio concunhado”. Porém, ainda segundo os militares, “parece que não sabe bem o que é. Trata-se de agitado e indivíduo sem cultura, mas com ambições e impulsos de

---

<sup>255</sup> PEREIRA, Nézio Jacques. Op. Cit, p. 3.

<sup>256</sup> SUPREMO TRIBUNAL MILITAR. **Relatório**. Autos Findos 67964 maço 1163 PO 298, fl. 57.

liderança, o que o conduz à prática de atos irrefletidos.”<sup>257</sup> A indefinição por parte dos investigados era comum nos processos. Já vimos, em outro momento, que Seu Nezinho havia se engajado na causa nacionalista em anos anteriores, através do Movimento Nacionalista Brasileiro. Porém, de fato, a aproximação com grupos comunistas de Florianópolis existia e sua vinculação pôde ser confirmada através do depoimento dado em 2008. Através desse relato podemos perceber algo que trataremos mais a frente: a conexão de vários comandos nacionalistas com as bases do PCB. Segundo o próprio Nezio Jacques Pereira, “nós tínhamos um nucleozinho, uma célula lá montada, não chegou a entrar em funcionamento porque foi na véspera do golpe, mas eu tive uma atuação importante lá [nos Correios]”<sup>258</sup>. Além desse projeto de núcleo dentro dos Correios, o carteiro era ativo no núcleo “Luiz Carlos Prestes”, grupo que se reunia no centro da cidade, na rua Conselheiro Mafra, na casa de Francisco José Pereira.<sup>259</sup>

Com a relação próxima entre o grupo dos onze dos Correios e o PCB de Florianópolis, a formação política dentro da empresa era fundamental. Nezinho, perguntado sobre como eram os debates entre os funcionários dos Correios, confirmou que “o [Jacob] Gorender veio uma vez, ele era um dos teóricos do PC antigo. Vinha um pessoal aí de vez em quando”.<sup>260</sup> Para ele, “tinha um pessoal raçudo que enfrentava os caras, enfrentavam os chefes de turma, o próprio diretor”.<sup>261</sup>

Poderíamos concluir que o Grupo dos Correios de Florianópolis se resumia a figura atuante de Seu Nezinho e que, assim como Luiz João de Andrade, os outros participantes viam as ideias pregadas pelo carteiro com simpatia, ajudando-o em suas tarefas de distribuição e captação de informações. As possibilidades de proselitismo e trabalho de base possíveis de serem desempenhadas por um funcionário dos Correios, principalmente naquele momento, realmente não podem ser subestimadas.

Além de Florianópolis, percebemos a participação de outros funcionários dos Correios nos grupos catarinenses. Segundo os depoimentos registrados no processo arquivado no Superior Tribunal Militar, o diretor Israel Caldeira não só havia feito “vistas grossas” na participação interna de Nezinho como também havia fomentado a criação de outros grupos dos onze. Na agência dos Correios de Joaçaba um grupo

---

<sup>257</sup> Idem, fl. 22.

<sup>258</sup> PEREIRA, Nézio Jacques, Op. Cit. p. 2.

<sup>259</sup> PEREIRA, Francisco José. Op. Cit. p. 1.

<sup>260</sup> PEREIRA, Nézio Jacques, Op. Cit. p. 9.

<sup>261</sup> Ibidem, p.4.

foi criado por solicitação do diretor regional. Durante o depoimento, o agente postal Fulvio Zoccoli, perguntado se conhecia a atuação de algum grupo dos onze na agência de Joaçaba afirmou

(...)como resultado da insistência até certo ponto exagerada, que sofria por parte de seu chefe, o Diretor dos Correios e Telegrafos do Estado de Santa Catarina, acabou organizando uma lista dos “ONZE”, com os funcionários da Agência local, sem mesmo saber da finalidade da mesma e sim simplesmente para satisfazer o seu chefe, pois temia sofrer perseguições e mesmo porque julgou que tal “GRUPO” não teria maiores consequências e nem real importância.<sup>262</sup>

Além de culpar Caldeira pela formação do grupo, Zoccoli informou aos militares que o diretor fez uma viagem a Joaçaba dias antes do golpe para “observar quais os funcionários leais que ele poderia contar”, pois, “pretendia se candidatar para um cargo seletivo [sic]”. Segundo Zoccoli, ainda nesse encontro, Caldeira o orientou a fazer a primeira reunião do comando nacionalista, que nunca foi realizada.<sup>263</sup>

A justificativa eleitoral parece ter sido especialmente forte entre o grupo daquela cidade. Em outro depoimento, o funcionário e também membro do grupo, Silvino Pohl, afirmou que o grupo

Fora formado pelo próprio agente do D.C.T local [Zoccolo] e que tinha a finalidade de angariar votos para uma possível candidatura de LEONEL BRISOLA; perguntado se assinara algum manifesto, respondeu que sim e que este manifesto se referia a ata de criação do GRUPO DOS ONZE, que segundo o agente local teria sido orientado pelo próprio diretor do D.C.T. do Estado de Santa Catarina e que ele o depoente com alguns de seus colegas teriam assinado tal manifesto por receio de terem que ser

---

<sup>262</sup> SUPREMO TRIBUNAL MILITAR. **Depoimento de Fulvio Zoccoli.** Autos Findos 67964 maço 1163 PO 298, fl. 146.

<sup>263</sup> Idem, p. 147.

movimentados ou mesmo de sofrerem futuras perseguições.<sup>264</sup>

O medo de sofrer uma transferência de posto de serviço não foi gratuito. Outras acusações contra Caldeira davam conta de transferências de funcionários que tinham posições políticas contrárias aos petebistas, tanto em Florianópolis quanto no interior do estado. Pohl confirmava aos militares que o diretor, juntamente com funcionários mais próximos, montava uma máquina política dentro dos Correios com o intuito que, além de defender as reformas de base, poderia mesmo criar um esquema eleitoral.

Voltando para o Vale do Itajaí, mais precisamente para a cidade de Rio do Sul, próxima a Ituporanga, identificamos mais um grupo que possuía, entre os seus, membros dos Correios. Um médico do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), Dr. Martin, em sua festa de aniversário, após discutir com colegas a situação política do país, fundou, com assinatura e envio da ata, um comando nacionalista na cidade. Desse grupo, participaram, além do médico e outros nove companheiros, o também carteiro João Rousseng, junto com os outros membros, assinou uma carta manuscrita a Brizola.<sup>265</sup> Nela, o grupo do carteiro anunciava que tinha a “honra de passar a vossas mãos a ata de fundação do ‘Comite Nacionalista de Rio do Sul – Santa Catarina’”, e que, após o envio, o grupo ficaria “seguindo v. orientação, trabalhando em prol da liberdade do nosso querido Brasil”.<sup>266</sup>

Não por acaso, em todo o país havia uma grande utilização do DCT por diversas correntes políticas, principalmente as de esquerda. O grande tráfego de informações, de documentos, de telegramas e de cartas, fazia das funções dentro da empresa estratégicas para a disseminação e captação de informações. Além disso, o vasto contato social que, pela natureza de seu ofício, possui um carteiro, especialmente, a atividade porta a porta, poderia ser vista por amplos setores da esquerda como uma grande ferramenta para a realização do trabalho de base.

A ideia de que os grupos dos onze ainda poderiam ser uma “árvore de ideais”, multiplicando-se como galhos, onde cada um dos onze

---

<sup>264</sup> SUPREMO TRIBUNAL MILITAR. **Depoimento de Silvino Pohl**, Autos Findos 67964 maço 1163 PO 298, fl. 148.

<sup>265</sup> SUPREMO TRIBUNAL MILITAR. **Relatório**. Autos Findos 63864 maço 226, fl. 115.

<sup>266</sup> Ibidem, fl. 110.

procurasse outros onze e assim por diante, ficaria mais concretizável quando relacionada a profissões que tinham um maior contato no “boca a boca”, principalmente em cidades pequenas. Mais tarde, as perseguições ao alto escalão do DCT demonstraram que a utilização dos Correios como filtragem e disseminações de informações não estava apenas em Santa Catarina. Segundo o Cel. Gustavo Borges, secretário de segurança da Guanabara, “a máquina subversiva” dos Correios estava organizada em todo o país e os arranjos nacionais eram dados pelo membro da União Postal Telegráfica, Sr. Wilson Reis.<sup>267</sup>

Na cartilha que norteava a formação dos grupos pelo país, verificamos uma orientação para formar grupos das mais variadas formas. O documento recomenda que se formem grupos “junto aos seus companheiros e amigos, a sua vizinhança (em primeiro lugar), a fábrica, o escritório, o rincão onde vive, pelas lavouras e pelos campos”. Ou seja, a ideia era abarcar uma gama de setores da sociedade que pudesse montar, nas palavras da cartilha: “edifício de concreto da organização popular”. Nos casos catarinenses, os grupos formaram-se através do senso de pertencimento a uma comunidade, que em muitos casos foi a vizinhança. Porém, os ambientes de lazer, foram, sem dúvida, os mais importantes nas formações dos grupos em Santa Catarina. A hora de lazer, ou a hora de folga, eram, também, momentos nos quais os trabalhadores poderiam discutir política com os seus iguais. Nos locais de trabalho, nas idas ao banco, ao barbeiro, ou mesmo ao campo de futebol ou ao bar, eram, para muitas pessoas, os momentos propícios para a atuação política.

Assim, podemos perceber que as formações dos grupos transcendem a orientação da cartilha. Indo além da constituição do movimento dentro dos locais de atuação profissional, como no caso dos Correios, vemos que espaços de lazer também serviram como locais de desenvolvimento das ações políticas dos trabalhadores radicais. Espaço onde, através das discussões e dos debates, as pessoas ditas “comuns” organizaram-se e mobilizaram-se a favor dos seus projetos de transformação social.

### **3.3 – Entre resistências e sublevações: A ideia de comandos nacionalistas como um projeto revolucionário**

Como podemos perceber, apesar de algumas semelhanças, as formações dos grupos se davam de formas distintas. Do mesmo modo não

---

<sup>267</sup> *O Estado*, Florianópolis, 13 mai. 1964, p. 4.

seria preciso compreender os membros como imbuídos de um mesmo padrão ideológico perfeitamente homogêneo. Como já vimos, mesmo dentro dos partidários petebistas havia muitas correntes e direções a serem seguidas. Avaliar casos em outras partes do país pode servir como um bom paralelo analítico para compreendermos essa vinculação de diferentes projetos dentro dos grupos dos onze em Santa Catarina.

Em 2002, o físico Miguel Armony lançou um livro autobiográfico no qual narra o seu período como estudante na Faculdade Nacional de Filosofia, entre os anos de 1962 e 1964. Apesar de todos os problemas que poderíamos levantar acerca da utilização de um livro que emprega basicamente o recurso memorialístico como fonte histórica, podemos dizer que o relato de Miguel é altamente recomendável para todos aqueles interessados em compreender como funcionava a política estudantil e como se davam, na prática cotidiana, as suas relações com os partidos e facções políticas do período. Mas não é isso que, aqui, nos chama a atenção. Armony, em grande parte do texto, mostra a sua aproximação com grupos da dita “esquerda nacionalista” e a sua passagem pelos grupos dos onze de Brizola.

Miguel Armony narra que, em fevereiro de 1964, foi convidado, por intermédio de outros líderes estudantis e um sindicalista ligado aos ferroviários, a participar de uma célula que seria responsável pela formação de diversos grupos dos onze pelo estado fluminense. O que é interessante, nesse caso, é que já nas primeiras reuniões, foram definidas tarefas entre os seus integrantes que se aproximavam em muitos aspectos da forma organizativa dos grupos estudantis de esquerda estudantis vinculados ao PC.

Sucederam-se diversas reuniões. Foram definidos cinco cargos titulares para a comissão que passou a ser um secretariado. A secretaria política ficou com o Brandão; a de organização com o Almir; um outro passou a ser o secretário de propaganda e eu na agitação (ou vice-versa); o Marco ficou como um secretário sem pasta. Os suplentes eram quatro, sem qualquer definição de posto ou tarefa; na verdade não tiveram qualquer atuação ou participação nas atividades dos grupos dos 11.<sup>268</sup>

---

<sup>268</sup> ARMONY, Miguel. **A Linha Justa**: A Faculdade Nacional de Filosofia nos anos 1962-1964. Rio de Janeiro: Revan, 2002, p. 61.



Durante o seu texto o físico demonstra que havia ligações do grupo recém formado com Brizola. Quem fazia tais ligações com ele era o líder ferroviário chamado Souza. Porém, apesar dos contatos com Brizola e do conhecimento acerca dos objetivos iniciais dos grupos, Miguel esclarece algo que nos parece muito importante:

Quanto ao Estado do Rio e à Guanabara começou uma corrida dos grupos de esquerda visando ao que se apresentava, assim, de bandeja, um prato feito para qualquer organização revolucionária. Brandão pertencia ao MRT, Movimento Revolucionário Tiradentes, ligado a Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas e deputado federal por Pernambuco. O MRT era um movimento mais voltado para o campo, à luta pelas terras, sem aquele preconceito dos outros grupos que só consideravam possível uma revolução operária. Almir também era do MRT e tinha sido do CACO.(...) Marco, eu, Souza, Helinho, não éramos do MRT, mas Brandão não considerava esta ação como partidária, e qualquer revolucionário autêntico era bem-vindo. [Grifo nosso]<sup>269</sup>

Evidentemente que, assim como os depoimentos orais, a narrativa autobiográfica de Armony reconstrói o passado. Não é relato sem mediação acerca dos acontecimentos. Suas lembranças são remontadas através de sua busca por uma identidade, algo sempre ameaçado e com alto teor de reconfiguração.<sup>270</sup> Ainda assim, mesmo não refletindo imediatamente o real, “assim como ele foi”, o relato do antigo estudante da Faculdade Nacional de Filosofia serve-nos como indício, como vestígio dos acontecimentos.

A ideia dos grupos dos onze era vista, por parte da esquerda, como sendo uma oportunidade única para resolver um grande problema prático: o contato e a mobilização política das “massas populares” e de operários que não se identificavam com o projeto comunista. Assim, podemos notar que a ideia de Brizola também foi apropriada por outros grupos que se

---

<sup>269</sup> Ibidem, p.62.

<sup>270</sup> TEDESCO, João Carlos. **Nas Cercanias da Memória**: temporalidade, experiência e narração. Passo Fundo: UFP; Caxias do Sul: Educs, 2004, p.82.

aproveitaram do projeto e o aperfeiçoaram com um objetivo revolucionário.

Isso fica ainda mais claro quando membros importantes dessa comissão organizativa de grupos dos onze davam suas opiniões quanto à postura de Brizola e sua capacidade de cativar os trabalhadores.

Souza disse que Brizola era um burguês. No seu governo no Rio Grande do Sul os comunistas não tiveram vez. Repelia qualquer idéia marxista e não pretendia uma revolução. Mesmo assim era um nacionalista ferrenho, corajoso e carismático. Cabia a nós, como pessoal da ligação, fazer dos grupos dos 11 uma organização marxista-leninista, *aproveitando-se do nome e da capacidade de mobilização de Brizola.*<sup>271</sup>

Vimos então que a ideia de Brizola atraía pessoas de outras vertentes políticas. Algumas, inclusive, com interesses revolucionários, e que viam os grupos dos onze como um caminho para uma mudança radical na estrutura social brasileira. Tendo em vista o Rio de Janeiro podemos agora nos voltar para o que acontecia em Santa Catarina.

Assim, lembrando o caso do estudante de física Miguel Armony, vamos agora até Brusque, no Vale do Itajaí. Lá, nossa pesquisa encontrou um caso em que o paralelo se mostra evidente.

Falar na cidade de Brusque é, também, falar sobre as indústrias têxteis de Santa Catarina. Após a Primeira Guerra Mundial houve um grande impulso no mercado nacional de tecidos devido à forte crise que se verificava nos países europeus, principais fornecedores desse tipo de mercadoria até então. Com a inauguração da usina elétrica de Guabiruba e a conseqüente possibilidade de intensificação da produção com o trabalho noturno, as pequenas indústrias têxteis da região começaram o seu processo de modernização e equalizaram o nível de competição com as concorrentes nacionais.<sup>272</sup>

Após a criação da usina elétrica, chamar o complexo industrial brusquense de pequeno seria o mesmo que dar sinal de desconhecimento

---

<sup>271</sup> ARMONY, Miguel. Op. Cit, p.63.

<sup>272</sup> NIEBUHR, Marlus. **Memória e cotidiano do operário têxtil na cidade de Brusque:** a Greve de 1952. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997, p. 36.

da economia nacional. Durante todo o período do entreguerras, e mesmo após a deflagração da Segunda Guerra Mundial, o complexo industrial de Brusque continuou crescendo.

É nesse cenário socioeconômico que Brusque adentra na década de 1960. No início desse período podemos notar a formação de divisões sociais interessantes na cidade. Subúrbios distantes do centro urbano, que se caracterizavam pela produção rural, e subúrbios próximos, caracterizados, basicamente, como locais de moradias de trabalhadores e de um pequeno comércio voltado a essa população.<sup>273</sup>

Os subúrbios próximos são os locais de formação de mais um grupo dos onze. Em 1959, o bacharel em direito, Esaú Pereira Laus, viajou de Santa Catarina para Leipzig, na Alemanha Oriental, onde visava aprofundar seus estudos sobre Direito Internacional.<sup>274</sup> Segundo o IPM responsável por apurar as atividades dos Grupos dos Onze em Brusque, ele compôs, no início de 1964, durante sua breve estadia no Brasil, um dos grupos de Brusque na casa de seu pai, Pedro Laus. A afirmação do IPM é negada na ação protocolada no Ministério da Justiça. Com o intuito de requerer anistia política, Esaú Laus afirmou que não participara das ações de Grupos dos Onze em Brusque. Segundo ele, apenas seu pai estava envolvido com tal movimento, realizando reuniões em sua casa.

Ao confrontar o processo encontrado na Comissão de Anistia com o depoimento que produzimos com um dos membros do grupo, podemos deduzir que Esaú não apenas participou do grupo em questão, como foi o mentor de sua formação. Na entrevista concedida no ano de 2009, Aliatar da Silva confirmou as informações contidas na certidão da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Segundo Aliatar,

Chamavam ele de Pedrico Laus. Um dia ele me convidou e falou nesse tal Grupo dos Onze, me convidou para fazer parte do Grupo dos Onze. Aí ele me falou do filho dele, Esaú Laus, que estudava em Florianópolis. Se não me engano ele estudava política internacional, alguma coisa assim. Esse filho dele tinha ido pra Cuba. Esse tal de Esau começou a conversar comigo por que ele queria montar esse tal Grupo dos Onze.<sup>275</sup>

---

<sup>273</sup> Ibidem, p. 39.

<sup>274</sup> MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Certidão emitida pela ABIN**, 23 de fevereiro de 2003. Comissão de Anistia Processo 2005.01.49499.

<sup>275</sup> SILVA, Aliatar. Entrevista concedida ao autor no dia 10/04/2009.

Vemos assim que, apesar de não confirmar sua atuação, Esaú Laus provavelmente foi o organizador de um Grupo dos Onze em Brusque. Organização que contava ainda com seu pai e com o consertador de bicicletas Aliatar da Silva.

Assim como Miguel Armony, ao que parece, Esaú tinha fortes ligações com o Partido Comunista. A certidão da ABIN demonstra uma preocupação central com sua atuação no PC e não com seu papel no movimento brizolista. Já em agosto de 1963, Laus havia participado da segunda tentativa de estruturação do Partido em Brusque.<sup>276</sup> Nessa reunião de agosto, o Estado-Maior da Aeronáutica, em informe emitido em oito de outubro de 1964, indicou que Esaú reuniu-se com outros membros comunistas brasileiros conhecidos. Entre eles, Fernando Pereira Christino<sup>277</sup>, que estava em Santa Catarina desde 1957 para reorganizar o “partidão” em nível estadual.<sup>278</sup> Não sabemos se Christino tinha algum tipo de envolvimento na formulação dos grupos, apesar do documento informar sua presença na reunião realizada na casa do pai de Esaú, mas o envolvimento desse último na geração do grupo dos onze de Brusque parece-nos evidente.

Outro caso que pesquisamos, e que deve aqui ser mencionado, é do Grupo de Araranguá. Nessa cidade, também situada no Sul catarinense, vemos novamente a criação de um grupo sob inspiração dos discursos de Brizola vinculados na Mayrink Veiga, porém interpretados, agora, de uma forma bem particular. Colaborando com a idéia de que “Brizola queria fazer milícias populares”, o estudante Aimberê Machado criou, no fim de 1963, um comando nacionalista naquela cidade.<sup>279</sup> Mesmo antes de formar o grupo em Araranguá, Aimberê já era conhecido por presidir a União Catarinense dos Estudantes Secundaristas daquela cidade, recebendo projeção estadual quando, em meados de 1962, lançou uma declaração de princípios definindo a posição oficial da entidade em relação a Cuba frente à tumultuada disputa política pela qual passava o Brasil e o mundo após a Revolução e entrada definitiva daquele país no Bloco Soviético. Nesta declaração, Aimberê e sua entidade defendem:

---

<sup>276</sup> MINISTERIO DA JUSTIÇA. **Certidão emitida pela ABIN.** Op. Cit.

<sup>277</sup> MARTINS, Celso. **Os comunas:** Álvaro Ventura e o PCB catarinense. p. 213.

<sup>278</sup> MINISTERIO DA JUSTIÇA. **Informe da EMAER.** Comissão de Anistia Processo 2005.01.49499.

<sup>279</sup> MACHADO, Aimberê. Entrevista concedida ao autor no dia 02/08/2010.

- 1º) A encampação dos trustes estrangeiros que não acompanhem o progresso da Nação;
- 2º) A Lei que regula a Remessa de Lucros para o exterior;
- 3º) A participação dos empregados no lucro das empresas;
- 4º) A estatização das minas de carvão da Região Sul-Catarinense;
- 5º) A reforma Agrária para o Brasil;
- 6º) A completa independência do Brasil;
- 7º) O Regime Democrático;<sup>280</sup>

Em outro momento da declaração, o líder estudantil deixava claro que a UCES de Araranguá, sob sua representação, era contra:

- 1º) O Comunismo Bolchevista, que desvaloriza a personalidade e reduz o Homem a uma máquina do Poder Estatal;
- 2º) O fuzilamento de estudantes em Cuba;
- 3º) A tentativa de Fidel Castro de estender a revolução aos demais países da América Latina;
- 4º) A política econômica dos Estados Unidos da América do Norte, cujos trustes sufocam e manietam as nações latino-americanas;
- 5º) A intervenção armada em Cuba, que ofende diretamente os princípios de autodeterminação dos povos;
- 6º) A expulsão de Cuba das Organizações dos Estados Emericanos (sic);
- 7º) Qualquer espécie de extremismo, seja de direita ou de esquerda.

Apesar de gerar grande discussão nos meios estudantis e provocar repercussão nos jornais da capital catarinense, a declaração feita pelo presidente da União dos Estudantes Secundários de Araranguá refletia, em grande medida, as bandeiras dos trabalhistas em nível nacional. Além disso, ao mesmo tempo em que tocava nos pontos mais críticos da política nacional e internacional, o estudante flexibilizava o seu discurso se afastando da retórica da esquerda radical e agradando, de forma geral, os estudantes catarinenses.

---

<sup>280</sup> *Diário da Tarde*, Florianópolis, 14 jun. 1962, p.4.

As respostas foram imediatas. Nos dias que seguiram a nota da UCES de Araranguá, nos jornais de Florianópolis começaram a publicar notas de apoio a Aimberê que passou a ser considerado, pelos representantes estudantis de Florianópolis, “o Líder estudantil do sul”<sup>281</sup>, ou até mesmo o “líder incontestado do sul do estado”<sup>282</sup>

Ainda assim, após a divulgação da nota de princípios, os colégios particulares de Araranguá, vinculados à Igreja, iniciaram uma grande ofensiva pela saída de Aimberê da presidência da UCES de Araranguá. O estudante acabou renunciando após uma breve participação em um programa na Rádio Difusora.

Na nota de 1962, Aimberê levantou bandeiras trabalhistas tradicionais. Rejeitou a ação comunista internacional e criticou atos violentos do governo revolucionário cubano. Ainda assim, contudo, a influência de idéias de matriz marxista-leninista na formação do Grupo dos Onze araranguaense e nas suas respectivas reuniões fica latente no depoimento do líder do grupo. O livro *A Guerra de Guerrilhas*,<sup>283</sup> de Ernesto “Che” Guevara foi, segundo ele, um livro que o inspirou na formação do Comando Nacionalista da cidade. A aproximação das ideias guevaristas com uma possível forma de atuação dos grupos é clara em seu depoimento. Por diversas vezes, Aimberê aparentemente ressignifica o seu ideário da época questionando a chegada de armas para o combate aos “milicos”. Aliás, as assembléias eram realizadas na oficina de um marceneiro uruguaio chamado Isabelino Pereira, conhecido como “Bino”, um comunista histórico, que segundo o próprio Aimberê, veio ao Brasil em 1935 para participar da “Intentona Comunista”.<sup>284</sup>

Além disso, Aimberê conduzia as reuniões dos Grupos dos Onze de Araranguá embasado nas discussões propostas pelos jornais “Novos Rumos” e “Movimento”, ambos originários do PCB. Jornais esses que o estudante secundarista recebia gratuitamente em sua casa.

---

<sup>281</sup> Idem, 16 jun. 1962, p. 6.

<sup>282</sup> Idem, 20 jun. 1962, p. 8.

<sup>283</sup> Trata-se do livro produzido pelo revolucionário em 1961 onde são descritos os princípios básicos da Guerra de Guerrilhas. Das reflexões de Che surgiu a chamada teoria do “foco guerrilheiro”, denominada também de “guevarismo” ou até mesmo de “castrismo”.

<sup>284</sup> MACHADO, Aimberê. Entrevista concedida ao autor no dia 02 de agosto de 2010.

Eu tentava conscientizar os caras. Eu levava os jornais Novos Rumos pra reunião, levava o jornal Movimento, explicava. Tinha havido na época uma grande discussão internacional sobre a grande cisão do comunismo chinês e russo. O jornal Novos Rumos avaliou essa questão a fundo, em detalhes. Aí eu levava o jornal, tentava explicar pro pessoal, a gente discutia.<sup>285</sup>

Como vemos, o debate proposto pelo estudante ao grupo de Araranguá compartilhava, ao menos em parte, da problemática revolucionária comunista. O próprio Aimberê confirma que chegou mesmo a ser convidado para participar do PCB, não se filiando, contudo, por não se considerar apto. Segundo Aimberê Machado, faltava a ele “disciplina” para ingressar nas fileiras do PCB catarinense.

É possível que o pensamento revolucionário demonstrado por Aimberê no depoimento seja uma reconstrução de sua atuação política, e não necessariamente o que ocorreu, principalmente se compararmos com a sua Declaração de Princípios de 1962. Ainda assim, percebemos que havia, assim como no grupo de Brusque, forte influência de pensamentos que podemos classificar como “estranhos” à retórica trabalhista.

Durante as pesquisas no arquivo do Supremo Tribunal Militar identificamos mais dois grupos dos onze em formação na região do Vale do Itajaí. Dentre os documentos encontrados constatamos uma considerável influência do Partido Comunista Brasileiro na geração dos grupos de Blumenau e Rio do Sul.

Blumenau, durante a década de 1960, já era o grande centro urbano da região do Vale do Itajaí. Fundada por colonos alemães, em meados do século XIX, sua economia tinha, assim como Brusque, uma forte inclinação para as indústrias têxteis, reunindo uma quantidade razoável de operários e, com eles, um grande número de questões trabalhistas a serem resolvidas pela justiça.

Nesse contexto, o advogado Francisco José Pereira era uma figura chave. Além da relação que mantinha com o carteiro Nezinho, em Florianópolis, Francisco havia se transferido para Blumenau, onde procurou atuar na defesa dos direitos dos trabalhadores da cidade. “Dr. Francisco” não só difundia o ideário trabalhista como aprofundava os seus laços com trabalhistas e comunistas catarinenses e, com a ajuda do já

---

<sup>285</sup> Ibidem.

citado líder comunista, Pereira Cristino, procurou organizar o PCB em Blumenau.<sup>286</sup> Utilizando sua influência junto à população da cidade e suas habilidades como advogado, Dr. Francisco reuniu um grupo de simpatizantes socialistas e, além de organizar o Partido em Blumenau, fomentou reuniões diárias em seu escritório, o que, a curto prazo, gerou a formação do grupo dos onze naquela cidade.

Um dos grandes responsáveis pela formação do grupo foi Erwin Loeschner, relojoeiro e secretário do recém-nascido PCB de Blumenau. Loeschner mantinha fortes laços com países que, na época, estavam sob o regime comunista. No final da década de 1950, o relojoeiro viajou pela Tchecoslováquia e Alemanha Oriental, transformando-se em um entusiasta dos sistemas políticos daqueles países, pois, segundo ele, “observou um povo feliz, que construiu seu próprio futuro, onde não existe desemprego, amantes da paz e que desejam ardentemente viver em paz com todas as nações”.<sup>287</sup>

Além de Erwin Loeschner, a ata manuscrita do grupo em formação de Blumenau continha o também membro do PCB de Blumenau Edelui Farias, aclamado líder dos onze, Francisco de Souza, Rufino Regis e Henrique Pöper.<sup>288</sup> Não houve tempo para encaminhar a ata para a Rádio Mayrink Veiga, mas durante todo o período, Loeschner, além de distribuir e recomendar a leitura do periódico *Panfleto*, reunia-se frequentemente na casa de conhecidos para, utilizando um projetor, propagar o ideário comunista com material adquirido em sua viagem pelo leste europeu.<sup>289</sup> O relojoeiro era um dos contatos articulados pelo Dr. Chico Pereira para a distribuição do semanário em Blumenau. Uma carta de Políbio Braga, estudante e diretor da Sucursal do jornal *Panfleto* em Santa Catarina, para Francisco José Pereira, dá a medida da importância do advogado para os trabalhistas na região. Em papel timbrado com o logotipo do semanário, Políbio informa ao “amigo Francisco” que enviou

---

<sup>286</sup> SUPREMO TRIBUNAL MILITAR. Apelação 37880/72, fl. 49.

<sup>287</sup> Idem.

<sup>288</sup> SUPREMO TRIBUNAL MILITAR. Apelação 37880/72, fl. 66.

<sup>289</sup> Segundo o seu processo no Supremo Tribunal Militar, Erwin Loeschner havia viajado para o leste europeu com custos pagos pela República Democrática Alemã supostamente devido seus laços familiares com a região. Ainda segundo os militares, o relojoeiro trouxe “farto material de propaganda, como sejam, filmes, slides, livros e revistas”. SUPREMO TRIBUNAL MILITAR, Apelação 37880/72, fl. 79.



(...) através do correio, na tarde de ontem, 1 pacote contendo 100 exemplares do jornal PANFLETO. Como não conheço e nem tenho contactos maiores em Blumenau, peço que o amigo auxilie-me nessa empreitada bastante difícil. Necessito colocar PANFLETO em todo o Estado. Em Florianópolis foram vendidos 300 exemplares, o que superou todas as expectativas.

Além de avisá-lo, o estudante de Florianópolis também solicita que o advogado retorne a sua carta com outras informações:

Necessito de você, o seguinte:

1º Nome das bancas e endereço para remessa de Panfleto;

2º Nome de uma pessoa que possa funcionar como Agente de Panfleto, em Blumenau (Se o amigo quisesse aceitar essa incumbência seria ótimo);

3º Nome de pessoas e endereço, que possam vender mais de 10 exemplares cada uma.

As condições são as seguintes:

A – 20% de Comissão para o vendedor do jornal;

B – Devolução, sem pagamento, do encalhe;

C – Preço de venda do jornal de Cr\$ 70,00

Peço que o amigo responda-me dentro do menor prazo possível, pois na próxima semana chegarão novos exemplares (n.3).<sup>290</sup>

Servindo como propagador do ideário trabalhista e mantendo o seu engajamento na formação do PCB em Blumenau, Loeschner vendia tanto o *Panfleto*, o jornal dos trabalhistas radicais, como, também, distribuía *A Folha Catarinense*, jornal do PCB em Santa Catarina.

O grupo em Blumenau é importante para avaliarmos, assim como no caso de Araranguá, o grau de proximidade que os grupos trabalhistas possuíam em relação aos grupos comunistas. Diferente de Aimberê, Loeschner não só se assumia como simpatizante comunista como estava formando uma célula do PCB em Blumenau. Um caso que nos indica

---

<sup>290</sup> BRAGA, Políbio. [Carta] 28 fev. 1964, Florianópolis [para] PEREIRA, Francisco José. Blumenau. In: SUPREMO TRIBUNAL MILITAR. Apelação 37880/72.

como, por vezes, ambas as militâncias (comunista e trabalhista radical) podiam coexistir no interior dos grupos.

Vemos, assim, que os grupos dos onze, pelo menos em se tratando de Santa Catarina, possuía, em vários casos, laços estreitos com o Partido Comunista Brasileiro. Diferente do que afirmou Denis de Moraes, portanto, muitos dos comunistas de base não rejeitavam os grupos e se apropriavam mesmo do projeto trabalhista radical como fórmula para politizar pessoas antes pouco envolvidas com a qualquer tipo de militância.<sup>291</sup> Como bem observou o historiador Marco Aurélio Santana, provocada pelo desaparecimento de Vargas e pela ascensão dos trabalhistas radicais, em nenhum momento da história política recente do Brasil houve tamanha articulação entre a trajetória do PTB e do PCB, mesmo levando em consideração o getulismo de um lado e a forte crítica a Vargas de outro.<sup>292</sup>

Traçando um paralelo com o relato de Miguel Armony, podemos interpretar que, mesmo inconscientemente, os grupos dos onze eram vistos, por grande parte da esquerda como uma ideia a ser aproveitada como um dos meios possíveis de construção de uma situação revolucionária no Brasil, ou, no mínimo, como uma forma de garantir o processo reformista. A ideia de criação dos grupos por parte de então deputado Leonel Brizola foi, e é interpretada por Aimberê Machado, como sendo um modo de armar a população para uma possível resistência. Tal avaliação é sintomática para a nossa compreensão. Ora, a ideia de armar os grupos para conter um golpe vindo da direita, ao que parece, é um esforço argumentativo criado nas disputas de memórias entre os “vencidos” e entre os “vencedores”. Ainda assim, não podemos descartar que alguns grupos espalhados pelo Brasil esperassem e/ou se preparassem para tal empreitada.

No entanto, na época, o projeto principal dos grupos era o de defender e aprofundar as reformas da base que não se efetuavam devido às “manobras conciliatórias de João Goulart” e ao “reacionarismo do Congresso Nacional”. A defesa democrática era apenas mais um dos objetivos e, como os fatos demonstraram, o regime democrático foi demolido sem que os grupos dos onze dessem sequer um tiro em todo o Brasil.

---

<sup>291</sup> MORAES, Denis, Op. Cit. p. 142.

<sup>292</sup> SANTANA, Marco Aurélio. Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945 – 1964), p. 260. FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964)**. As Esquerdas no Brasil. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Também através dos exemplos catarinenses podemos concluir que não havia uma articulação sistemática entre os grupos, pelo menos não nesse período de formação. Apesar de identificarmos, assim como relata Miguel Armony em sua biografia, indivíduos que trafegavam entre os núcleos, principalmente nos grupos do Vale do Itajaí, onde o Partido Comunista teve um maior contato com esses brizolistas, não existe nenhum indício, nenhum vestígio que possa comprovar laços mais estreitos entre os diversos grupos dos onze montados em Santa Catarina. Apesar da aparente falta de organização inicial entre os grupos não podemos esquecer as denúncias referentes às viagens do carteiro Nezinho pelo estado com o intuito de fazer proselitismo político e, consequentemente, provocar a discussão e a formação de novos grupos.

Porém, como vimos, os grupos não ficaram distantes de outros tipos de projetos. De fato, vários desses núcleos se aproximaram de ideias de mudanças sociais radicais no Brasil. Essa hipótese se confirma, principalmente, quando avaliamos a participação de estudantes ou a aproximação de membros do PCB no movimento. Um foco de análise que nos possibilita perceber com maior clareza a adaptação de ações e projetos que visavam à utilização dos grupos dos onze como estratégia de mobilização dos trabalhadores em busca de um horizonte socialista.

### **3.4 – Ecos nacionalistas e metamorfoses da resistência: As imbricações entre Memória e História**

Com o Golpe Civil-Militar de Abril de 1964, iniciou-se no Brasil uma espécie de “caça às bruxas subversivas”. Em diferentes setores da sociedade foram vistas buscas desenfreadas a líderes trabalhistas, a conhecidos militantes comunistas e a pessoas que, como já vimos, atuavam politicamente buscando um aprofundamento das legislações trabalhistas através de reformas e uma consequente melhoria de qualidade de vida do povo em geral. Após as perseguições e as prisões, o que sobrou foi uma disputa de memória entre os atores que permaneceram ativos nas pelepas políticas. Apesar de afastados dessas batalhas, homens comuns, traumatizados pelas amarras da repressão viram suas ações e seus projetos reconstruídos e resignificados pela memória.

Porém o aparelho repressivo militar, muitas vezes, buscava, aprisionava e assassinava pessoas que pouco ou nada tinham a ver com os movimentos considerados de esquerda. Ou seja, de “subversão” da ordem no período. Com o início das perseguições aos membros dos grupos dos

onze também se iniciou uma tempestade de denúncias sobre possíveis envolvidos. Já comentamos que grande parte dos IPM's abertos nos primeiros meses do período ditatorial tratava de pessoas que foram denunciadas como participantes do movimento, porém, muitas delas, pouco ou nada tinham de envolvimento com os comandos brizolistas.

Não foram poucos os casos localizados em que pessoas foram presas sem que ao menos soubessem qual o significado dos grupos. Adversários políticos, vizinhos desafetos e até mesmo familiares “desajustados” eram denunciados como participantes dos grupos como modo de solucionar antigos conflitos de natureza interpessoal. Como instrumento de realização de pequenas vinganças. Resolução de antigos ressentimentos. A grande quantidade de acusações sobre membros dos grupos surgiu diretamente da ideia coletiva de que os grupos eram, de forma geral, desorganizados e que, assim, não havia a necessidade de se apresentar documentos ou registros que comprovassem os possíveis envolvimento. A onda de denúncias era tamanha que, em menos de um mês após o golpe, o comandante do 5º Distrito Naval proibiu as denúncias anônimas, exigindo que todas elas passassem a ser encaminhadas direto ao seu comando, por escrito e assinadas pelos autores.<sup>293</sup> Dessa forma, não conseguimos confirmar o pertencimento de um grande número de pessoas nos grupos, pelo contrário, muitos demonstraram desconhecimento e, quando presos na época, evidenciaram revolta com a situação.

Um caso emblemático e que representa acusações muito comuns quando tratamos dos políticos petebistas no período pode ser verificado em Xanxerê, cidade do Extremo Oeste catarinense, localizada a mais de quinhentos quilômetros da capital. João Vitelmo Marques, funcionário do Ministério do Trabalho e filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro, foi preso em abril de 1964, juntamente com outros sete homens, acusados por membros da UDN da cidade de pertencer ao Grupo dos Onze de Xanxerê.

Fui torturado. Batiam em nós, Deus me livre... de chicote, socos, pauladas...Te interrogavam todo dia, levavam você ali e eles batiam. Iam dizendo isso e dizendo aquilo, para eu assinar... Não, eu vou ler. Não assino porque eu não disse isso. Aí batiam e xingavam... vagabundo, filho da p... cornudo, sem-vergonha... rasgavam e fincavam na nossa cara. Era tortura física e psicológica. Tudo que podiam fazer

---

<sup>293</sup> *O Estado*, 07 mai. 1964, p. 13.

de ignorância, faziam. Nós fomos presos por pressões de grupos econômicos de Xanxerê e de Xaxim.<sup>294</sup>

O funcionário público xanxereense nunca participou de nenhuma formação dos grupos dos onze. Na realidade, na época, ele mal sabia do que se tratavam essas organizações. Ele acabou ficando meses na cadeia e, mais tarde, ainda foi acusado pela comunidade de ter ido para Cuba, fazer treinamento de guerrilheiro com Fidel Castro. Acabou mudando de residência para encerrar os boatos. Mas o caso de Vitelmo não é único. Em outras localidades do Estado, os integrantes dos grupos não eram vistos apenas como adversários pelos membros dos partidos conservadores. Muitas vezes a acusação de participante do movimento advinha da própria esquerda.

Vamos voltar à Brusque. Lá veremos outro exemplo de uma acusação aparentemente indevida. Durante toda a pesquisa o caso de uma pessoa em especial chamou a nossa atenção. Em meados do mês de março de 1964, o Padre Alípio de Freitas<sup>295</sup>, após passar alguns dias em Florianópolis, foi, a convite do então deputado estadual Francisco Dall'Igna<sup>296</sup>, palestrar no auditório do SINTRATIFE (Sindicato dos Trabalhadores da Indústrias Têxteis). Quando o padre Alípio chegou à Brusque, havia sido organizada na cidade uma grande mobilização contra a sua “pregação subversiva” liderada pelo padre Osmar Muller, líder da Ação Católica Operária (ACO).<sup>297</sup> O interessante é que a ação que impediu a palestra de Alípio – o fechamento das portas do auditório – foi feita por outro membro da ACO, o Sr. Ovídio Paza, que, logo após o golpe foi acusado de pertencer ao grupo brizolista de Brusque.

---

<sup>294</sup> MARQUES FILHO, João Vitelmo. Entrevista concedida a Romeu Sicrea Filho. Disponível em: <  
[http://www.redeprincesa.com.br/index.php/desc\\_noticia/xanxerense\\_e\\_indenizado\\_por\\_tortura\\_durante\\_a\\_ditadura\\_militar/](http://www.redeprincesa.com.br/index.php/desc_noticia/xanxerense_e_indenizado_por_tortura_durante_a_ditadura_militar/)>. Acesso em: 20 dez. 2011.

<sup>295</sup> Padre português que durante a década de 1960 estava ligado a movimentos sociais como as Ligas Camponesas e Ação Popular, sendo líder nacional da última.

<sup>296</sup> Médico e deputado pelo PTB. Foi eleito vice-governador em 1966 pela Aliança Social Trabalhista que elegeu Ivo Silveira governador do Estado.

<sup>297</sup> A Ação Operária Católica foi fundada em 1962 e era definida como “A Igreja dentro da classe operária e a classe operária dentro da Igreja”.

MORAES, Maria Blassioli. **A Ação Social Católica e a Luta Operária**. A experiência dos jovens operários católicos em Santo André. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003, p. 140.



**Figura 5 - "Padre Alípio em Florianópolis". Folha Catarinense, Florianópolis, n. 15, 12 a 18 mar. p. 8.**

O caso acima ilustra muito bem o complicado panorama político do período. A Ação Católica tinha profundas aproximações com outros movimentos ligados à Igreja de Roma, entre elas a Juventude Operária Católica (JOC), da qual fazia parte o brusquense Marcílio Krieger. Junto com Dall'Igna e com o presidente do SINTRATIFE, Dorval Vieira, e o deputado Paulo Wright, Krieger foi o responsável pela ida do padre português à Brusque.<sup>298</sup>

Há nesse caso uma diferença significativa nos campos de militância católica. Segundo Victória Gambetta da Silva, Marcílio representava uma tendência nos movimentos católicos autodenominada "Terceira Força", ou "esquerda católica", linha que se apropriou dos conceitos marxistas e

---

<sup>298</sup> *O Estado*, Florianópolis, 23 mar. 1964, p. 12.

propôs reformas sociais de inclinações socialistas.<sup>299</sup> Ovídio Paza, portanto, poderia ser considerado como representante de uma vertente católica conservadora, que possuía propostas políticas e diálogos com os operários sem necessariamente ter contato com setores que pregavam mudanças mais radicais. Após 1964, Ovídio respondeu por um processo em que era acusado de participar de um comando nacionalista, mas até o final de sua vida negaria a sua participação. A acusação partiu, principalmente, dos militantes que, no evento supracitado, tiveram que cancelar a fala de Alípio de Freitas.<sup>300</sup>

Não seria estranho que Paza tivesse pertencido a esses grupos. Porém, além de nunca assinar nenhuma ata de formação, não encontramos nenhuma outra fonte que ligasse o trabalhador a outros grupos formados em Brusque. Fica evidente que sua ação quando da palestra de Alípio foi reconhecida como obra típica de grupos brizolistas e, possivelmente, a acusação surgiu como uma forma de revanche. Um gesto de vingança através da delação e da acusação política. Tal evento também pode indicar o quanto houve certo afastamento entre parte dos estudantes, principalmente os vinculados a movimento católicos, com as organizações trabalhistas radicais ou brizolistas.<sup>301</sup>

Porém, não devemos entender a negativa como um fator que possa excluir os depoentes da participação no movimento. Em muitos casos, a negação pode ser resultado de ressentimentos, de arrependimentos e até mesmo uma forma de apagar o passado. Além disso, na época, com as sequentes prisões e torturas, a negação era a única forma de escapar dos violentos porões da ditadura. O pior é quando as denúncias e problemas bem particulares se juntavam, como no caso de um estivador, relatado por Salim Miguel, que fora acusado pela sogra e pelo vizinho de pertencer ao grupo dos onze de Jaraguá do Sul. Em conversa com outros presos, o detento apresenta possivelmente a mesma defesa que utilizou para se explicar aos policiais:

---

<sup>299</sup> SILVA, Victoria Gambetta. **Juventude Operária Católica em Santa Catarina.** (1948 – 1970) Trajetória, Memórias e Experiências. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009, p. 39.

<sup>300</sup> *O Município*, Brusque, 15 mar. 2010, p. 10.

<sup>301</sup> Marcílio Krieger, antes de falecer, prestou um depoimento ao autor no qual disse que “não gostava desses grupos dos onze, esses brizolistas se achavam os donos da razão”.

Nunca deixei minha família mal, mentira daquela velha bruxa, ela aproveitou a onda de delação e foi me denunciar, levando como testemunha o vizinho aquele. Que eu queria comer a mulher dele, queria, ela se arreganhava pra mim, uma peitama, uns coxões, ele devia ser broxa, não dava conta do fogo da danada. Juraram pro delegado que eu participava de um Grupo dos 11. Nem sei ainda hoje o que é isso.<sup>302</sup>

Se o estivador realmente “pulou a cerca” não saberemos jamais, porém, mais a frente, veremos que o portuário acabaria confessando aos outros detentos a sua participação nos grupos, deixando apenas o nosso questionamento acerca do método que o mesmo encontrou para defender-se.

A prisão e as lembranças das perseguições são marcas que, assim como outros membros das esquerdas, os militantes nacionalistas também levam consigo por toda a vida. Em muitos casos, senão a maioria, as pessoas que encontramos simplesmente não falam sobre o assunto há décadas, e muitas ainda não se sentem a vontade para tratar publicamente do assunto.

Entre todas as pessoas que pesquisamos, mais de oitenta por cento se afastou completamente das atividades políticas após a prisão ocorrida, em geral no ano de 1964. Eram trabalhadores, que em muitos casos, não faziam a menor idéia do que seria uma perseguição ou prisão política e, posteriormente, o que poderia acontecer na sua relação com a comunidade. Podemos listar alguns casos que nos parecem ilustrativos dessas situações. O primeiro é o dos filhos do Sr. Antonio Duarte, do Grupo de Laguna. Os três irmãos envolvidos nos grupos dos onze possuíam, na época, uma pequena loja de comércio que se chamava “Irmãos Duarte”. Após 1964, depois de terem participado no movimento brizolista, os três passaram a ter frequentes prejuízos financeiros a ponto de serem obrigados a fechar o estabelecimento.<sup>303</sup> Tempos depois, vítima de vários problemas psicológicos ocasionados pela sua experiência na prisão, pela perseguição e pelos consequentes problemas financeiros, o irmão mais novo, Giovanni Duarte, acabou suicidando-se.<sup>304</sup>

---

<sup>302</sup> MIGUEL, Salim. Op.Cit. p. 93.

<sup>303</sup> MINISTERIO DA JUSTIÇA. Comissão de Anistia. **Processo 2001.01.04917.**

<sup>304</sup> Ibidem



Sempre quando procurados para conversar sobre as suas participações no movimento os irmãos Jurandir e Jairo Duarte se recusavam peremptoriamente. Em outro caso, após a nossa ligação telefônica, um dos membros do grupo formado nos Correios de Florianópolis, quando perguntado sobre a sua atuação nos grupos não segurou a emoção e acabou chorando, desligando o telefone em seguida e evitando qualquer nova conversação posterior. São episódios em que os traços do passado, quando evocados, produzem sentimentos poderosos.<sup>305</sup> Esses casos, por sua vez, são exemplares da maioria dos contatos que tentamos estabelecer com antigas vítimas da repressão ao movimento brizolista. Quando tentamos conversar com os participantes, o que tivemos de retorno, quase sempre, foi uma resposta simples e ao mesmo tempo repleta de significados: o silêncio.

Quando vamos atrás de depoimentos normalmente não levamos em conta um atributo importante da reconstrução da memória, a saber, o próprio esquecimento. Ao buscarmos lembranças de determinados sujeitos estamos forçando uma recordação que, muitas vezes, os sujeitos querem ver apagada. Em muitos casos, o sofrimento narrado pode significar um afastamento das lembranças. Porém, o esquecimento produzido pelo silêncio tem, também, uma função social: a de garantir a identidade coletiva, superar os ressentimentos.<sup>306</sup>

Frequentemente, no andamento das entrevistas, os ressentimentos de alguns depoentes vêm à tona, deixando o ambiente tenso e, por vezes, hostil. É este, por exemplo, o caso do depoimento do senhor Gerson Jurandir da Silva, de 72 anos, à época telegrafista, e membro do Grupo dos Onze de Herval do Oeste, no Oeste catarinense. A revolta que Gerson expressa com relação aos líderes trabalhistas revela uma desconfiança comum em quase todas as entrevistas.

Ai então o negócio desenrolou e o Brizola se borrou. Ele tinha força de parar qualquer força armada, era só não deixar sair de casa, mas ele se borrou, fugiu nos deixou na ilha da amargura. (...) A maior decepção que Brizola nos trouxe, isso acho que encerra nossa entrevista, é que depois do exílio ele voltou belo e formoso, se reelegeu e não

---

<sup>305</sup> THOMPSON, Paul Richard. **A voz do passado**: historia oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p.205.

<sup>306</sup> TEDESCO, João Carlos. Op.Cit. p.123.

perguntou pra ninguém do Grupo dos Onze se precisava de alguma coisa, ele, se não me engano, fizeram lavagem cerebral. Fizeram ele esquecer tudo e isso é vergonhoso para um homem que queria ser estadista como ele.<sup>307</sup>

A fala de Gerson de Souza evidencia como muitos membros dos grupos interpretaram o desenrolar dos fatos após 1964. Brizola passou a ser visto, por muitos ex-militantes, como um político covarde. Uma pessoa diferente do líder carismático do início dos anos 1960. No caso de Souza, o resultado de uma “lavagem cerebral” feita pelos militares ou, talvez, pelos estadunidenses durante os seus tempos de exílio.<sup>308</sup> Algo, aliás, muito próximo da caricatura de Brizola criada pelos comandantes do Regime. Como expressa Armando Falcão, ex-ministro e admirador do movimento militar de 1964:

Brizola é um homem inorgânico, fluido e inconsistente. Não dispõe de estabilidade interior fixa, coerente e inteiriça. (...) volubilidade do seu caráter de gelatina, agregada a uma ambição pessoal desvairada, dele faz o indivíduo inesperado, imprevisível e surpreendente, que hoje é um e amanhã outro, diametralmente oposto. (...) seu pêndulo psicológico oscila muito mais para o pólo do mal do que para o pólo do bem.<sup>309</sup>

Os ressentimentos foram alimentados, durante muito tempo, pela situação construída em meio a essas “batalhas de memória”. Embates ocorridos já no momento do golpe e que foram redefinidos pela força do Estado que desde o Golpe de Abril montou sua estratégia legitimadora em cima de um tabuleiro sem peças adversárias. Uma partida realizada, durante muito tempo, quase sem oponentes.

Essas pelepas da memória foram e ainda são disputadas das mais diferentes formas e pelos mais diferentes adversários. A noção de

---

<sup>307</sup> SOUZA, Gérson Jurandir. Entrevista concedida ao autor em Florianópolis no dia 20 de março de 2009.

<sup>308</sup> Ibidem

<sup>309</sup> FALCÃO, Armando. **Tudo a declarar**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p. 205.

populismo, por exemplo, serviu para as esquerdas como uma ferramenta teórica que explicava de modo considerado, por muitos, satisfatório os motivos que as levaram à derrocada durante o governo Jango. Recentemente, após a reabertura política, os trabalhistas também tiveram a oportunidade de refundar seus programas e seus partidos balizados em reconstruções de mitos e na defesa de bandeiras que, na época, não eram consideradas de fato tão importantes (a democracia liberal, por exemplo). Logo depois, após perder a sigla do PTB para Ivete Vargas, Brizola fundaria um novo partido trabalhista e o chamaria de Partido *Democrático* Trabalhista (PDT), oficializando a resignificação de sua facção no período que antecedeu o golpe de Estado.

Os setores militares que assumiram o controle do país após o golpe também utilizaram esse expediente produzindo, para isso, uma memória muito pautada nas investigações que “pipocaram” após o golpe. Aliás, ainda hoje, algumas dessas “provas” são utilizadas para justificar o processo golpista levado a cabo em abril de 1964.

Inicialmente tivemos acesso a um desses documentos através de uma repórter da rádio CBN do Rio de Janeiro. Assinada pela jornalista Mariza Tavares, a matéria intitulada “Memória 1964 - O dossiê do braço armado de Brizola” de 23 de janeiro de 2009, utilizou um suposto manual de atuação e formação dos Grupos dos Onze que, mantido sobre sigilo pelas forças militares, chegou até a redação do jornal de uma forma que consideramos, no mínimo, suspeita.

“Este é o documento a que me referi. O Exército não sabe que este dossiê ainda existe, porque foi dada uma ordem para que fosse destruído.” Este era o texto do curto bilhete que acompanhava o pacote que recebi pelo correio, enviado por uma ouvinte fiel da CBN. Dentro, um calhamaço de 64 páginas já amareladas, no qual chamava atenção o carimbo no alto, em letras garrafais: SECRETO. A ditadura militar brasileira incinerou regularmente documentos sigilosos. Este dossiê estava em poder de um militar que preferiu desobedecer à ordem e decidiu guardar os papéis em casa.<sup>310</sup>

---

<sup>310</sup> TAVAREZ, Mariza. **Memória 1964 - O dossiê do braço armado de Brizola**. Disponível em: < <http://cbn.globoradio.globo.com/hotsites/grupo-dos-onze/GRUPO-DOS-ONZE.htm>>. Acesso em: 27 mai. 2011.

É assim que a matéria se apresenta e é assim que a documentação, de importante valor histórico, é levada ao conhecimento do público. Inicialmente já deveríamos desconfiar da divulgação de uma documentação que, por ordens superiores, deveria ser destruída. Partindo de um profundo estranhamento quanto ao conteúdo e a apresentação dessas fontes, decidimos buscar esse “manual” da organização. Para ter acesso aos documentos recorremos diretamente à jornalista que sem maiores questionamentos, e de forma muito solícita, nos encaminhou um CD contendo alguns trechos dos papéis.

Nossa pesquisa chegou à conclusão de que tais documentos realmente foram gerados na primeira metade dos anos 1960. Referências a ele já foram noticiadas no período imediatamente posterior a deflagração do Golpe de Estado, indicando, inclusive, o teor programático que iremos discutir. Adolpho Couto, em sua obra *Revolução de 1964: versão e fato* utilizou os “documentos secretos” para mostrar como os grupos dos onze “seguiram o modelo da técnica de enquadramento da guerra revolucionária comunista”.<sup>311</sup> A historiadora Marli Baldissera, em sua pesquisa sobre os grupos dos onze na região Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul, discutiu tais fontes, entretanto, a pesquisadora encontrou apenas transcrições manuscritas e não a documentação propriamente dita.<sup>312</sup> Felizmente, durante a pesquisa, encontramos a documentação anexada ao processo referente ao carteiro Nezio Jacques Pereira.<sup>313</sup> Sobre esta documentação, chamada de *Instruções Secretas* (ANEXO 2), o promotor da 5ª Região Militar, Benedito Felipe Rauen, após descrever os “delitos” cometidos por Nezinho, afirmou que

Não se pode dizer, pois, em sã consciência, não haja prova da ajuda conjuga perfeitamente com o art 24, mórmente cotejando-se as provas dos autos como

---

<sup>311</sup> COUTO, Adolpho João de Paula. **Revolução de 1964: a versão e o fato**. Porto Alegre: Gente do Livro, 1999, p. 93.

<sup>312</sup> A cópia consultada pela professora Marli no Laboratório de História Oral da Unifra (Centro Universitário Franciscano), segundo ela a cópia foi conseguida “em condições curiosas: primeiro, era uma cópia escrita a mão num caderno, que alguém que não se identificou passou ao entrevistador; assim que fora copiado, seu dono pegara o original e jogara-o ao fogo, queimando-o.” BALDISSERA, Marli de Almeida. **Onde estão os Grupos de Onze: os Comandos Nacionalistas na região do Alto Uruguai – RS**. Passo Fundo, EPF Editora, 2005, p. 96.

<sup>313</sup> SUPREMO TRIBUNAL MILITAR. **Autos Findos 63864 maço 226**, fls 749 a 773. Toda documentação foi anexada nessa dissertação.

documento ultra-secreto, de Brizola, que mostra a finalidade combativa, a subordinação hierárquica, com finalidade revolucionária, de tomada do Poder, segundo o método da linha dura da China e das guerrilhas de Che Guevara. Foi com essas considerações, alias, que Brizola já foi denunciado numa das Auditorias do Rio (2ª da 1ª RM parece), como “Comandante” dos G11. E um brilhantíssimo trabalho jurídico, de um ilustre representante do MP gaúcho, publicado pelo serviço de relações públicas do III Exército, comprova a característica do delito militar, em ambos os artigos, no que se refere aos G11.<sup>314</sup>

Fica evidente nas conclusões e durante todo o processo que tal documentação não foi encontrada junto aos inquiridos do processo do grupo dos Correios de Florianópolis. O anexo se deu, como está claro, posteriormente aos depoimentos e serviu para demonstrar o caráter radical e supostamente violento dos grupos comandos nacionalistas, desviando o inquérito que estava direcionado para acusações de distribuição de jornais, revistas e violação de correspondências, para enquadrar os suspeitos na Lei de Segurança Nacional.

Primeiramente, o documento apresenta uma retórica que o aproxima da cartilha produzida pelos líderes nacionais dos grupos, e divulgada em nível nacional.

A ideia de formação organização do povo em Comandos Nacionalistas (CN) ou em Grupos de onze (Gr-11), está amplamente vitoriosa. Milhões e milhões de patriotas integram os Comandos Nacionalistas formados em todo o território pátrio: a palavra de ordem, “organizados venceremos” penetrou na consciência de todos os nacionalistas brasileiros.

Muitos companheiros, organizados estão solicitando tarefas para ação imediata, mas o nosso principal trabalho nesta fase é o de organização e de esclarecimento. Precisamos esclarecer cada vez mais o povo brasileiro, para conquistá-lo para nossa luta,

---

<sup>314</sup> Ibidem, fl. 758.

precisamos cada vez mais e mais organizar o povo esclarecido e decidido a participar de nossa luta.<sup>315</sup>

A partir daí, supostamente produzida com o intuito de esclarecer os grupos já formados das ações a serem praticadas adiante, o manual segue aprofundando seus ditames sobre a atuação dos grupos. A verificação desse detalhe, por sua vez, aprofundou ainda mais a nossa estranheza, sobretudo quando, no texto, constatamos um tom extremante formal para a “organização”. Uma “organização” que, aliás, surgiu das mais diferentes formas, sem atingir, de fato, uma organização central. Em determinado momento o texto ordena que, tomadas todas as decisões iniciais, os grupos deveriam “proceder a leitura solene com todos os onze companheiros de pé, momento que significará a tomada de compromisso dos integrantes do grupo, do texto da Ata e da Carta-Testamento do Presidente Getúlio Vargas”.

As normas definidas pelo manual continuam a sua radicalização e formalismo mimetizando setores da extrema esquerda e, de fato, assumindo-se como tal. Agora os grupos dos onze teriam, por finalidade, “servir como instrumento principal e vanguarda avançada do Movimento Revolucionário”, utilizando como referência principal a “Guarda Vermelha da Revolução Socialista de 1917 na União Soviética”. No item 3.4 o manual indica como será deflagrada a “ação preliminar”.

Nesse mesmo dia, os camponeses, dirigidos por nossos Companheiros virão destruindo e queimando as plantações, engenhos, celeiros, depósitos de cereais e armazéns gerais, convergindo para as sedes de seus respectivos povoados, fazendas, vilas e distritos onde reunir-se-ão aos G11 alí em atuação.

Já nos centros urbanos, os grupos deveriam incitar a opinião pública. Não obstante, para garantir o sucesso dessa operação, seria importante “atrair o maior número de mulheres e crianças para frente da massa popular”, pois, dessa forma, os grupos dos onze estariam protegidos da “ação policial-militar”.<sup>316</sup>

No mais, diz ainda o documento, em caso de fracasso, a operação deveria ser conduzida por “alguns companheiros de extrema confiança”,

---

<sup>315</sup> Ibidem.

<sup>316</sup> Ibidem, p. 3.

pois, segundo o item 8.5, “os reféns deverão ser sumaria e imediatamente fuzilados, a fim de que não denunciem seus aprisionadores e não lutem, posteriormente, para sua condenação e destruição.”<sup>317</sup>

Em julho de 1964 já podemos ver referências ao documento nos jornais catarinenses. Jornais como *A Gazeta*, aludindo em suas matérias à fontes militares, identificavam os grupos dos onze e Brizola como “comunistas da linha chinesa”. Dessa forma, como concluíram os redatores do periódico, a descoberta “constitui a melhor prova de que, sem a enérgica reação do povo brasileiro nas praças públicas, a decisiva intervenção das forças armadas em fins de março, hoje o Brasil seria mais uma colônia dos impérios comunistas, como Cuba ou o Vietnã do Norte.”

<sup>318</sup> Já em meados de 1965 o comandante da 5ª Auditoria da Justiça Militar, responsável pelos processos relativos aos grupos dos onze que estudamos, avisou que a descoberta tratava-se “de um documento concitando a luta patricida, a guerrilha, o terrorismo e a desordem” e, segundo nota publicada no jornal *A Nação*, “a promotoria decidiu que o documento será anexado à denúncia contra os integrantes dos chamados ‘Grupos dos 11’.”<sup>319</sup>

A despeito da sua suposta importância, o fato é que não há menções a tal documentação em nenhum dos processos dos grupos catarinenses. E isso mesmo no caso de Florianópolis, onde as instruções foram, de fato, anexadas. Mais tarde, todos os envolvidos foram absolvidos com a alegação de que os acusados haviam participado inocentemente do movimento, defendendo apenas um progresso social para as suas famílias. Alguns, como no caso de Erwin e Nezio foram condenados pela participação no Partido Comunista. Contudo, o que fica claro é que o documento serviu para legitimar perante a opinião pública muitos dos atos que estavam sendo perpetrados nas ruas, nos bares, nas esquinas, nas praças e nas residências das mais diferentes pessoas ligadas aos grupos dos onze.

Marc Bloch, discutindo sobre testemunhos falsos ou falaciosos e a crítica as fontes, nos alerta que mesmo documentos oficiais que avaliamos bem preparados podem ser considerados falsos. Segundo o medievalista francês, é indispensável que o erudito critique as suas afirmações e, caso constate o embuste, rastreie os seus motivos de existência. Uma mentira,

---

<sup>317</sup> Ibidem, p. 4.

<sup>318</sup> *A Gazeta*, Florianópolis, 29 jul. 1964, p. 5.

<sup>319</sup> *A Nação*, Florianópolis, 14 mai. 1965, p. 16.

ensina-nos Bloch, enquanto tal, também é, a seu modo, um testemunho. E isto porque ela também nos informa sobre a conjuntura que a inspirou.<sup>320</sup>

O plantio de documentação que motivasse ou legitimasse movimentos conservadores também não é novidade na política brasileira. O golpe do Estado Novo de 1937 é especialmente elucidativo se apresentado como uma comparação com a nossa discussão. O golpe de 1937 foi deflagrado e legitimado por um pretenso plano judaico-comunista que, a princípio, teria sido produzido pelo líder revolucionário o húngaro, Bela Kun. À época chefe do Comintern.<sup>321</sup>

Apresentando detalhadamente massacres horrendos, incêndios, roubos, confiscos sumário e violento de propriedades, privadas, destruição de Igrejas, dissolução de famílias e violação à integridade pessoal dos cidadãos. Enfim, o texto transparece ter sido elaborado por alguém extremamente dominado pela fantasia, o que sem dúvida nenhuma contribuiu decisivamente para desarmar qualquer reação ao golpe.<sup>322</sup>

Qualquer similaridade do Plano Cohen com o “manual” dos Grupos dos Onze não pode ser considerado apenas uma coincidência. Anos depois se revelou a falsidade do documento. As principais teses de montagem do Plano Cohen colocam o então capitão Olympio Mourão Filho como o idealizador do documento. Em 1964, já como general, Mourão Filho iniciou o Golpe Civil Militar, chefiou o Superior Tribunal Militar comandando os IPM’s e, como vimos, foi um dos “astros” da Marcha pela Família com Deus pela Liberdade em Florianópolis no início de abril daquele ano.

As informações contidas no documento dizem respeito a um grupo imaginado, e o manual liga toda a “organização” - se assim podemos classificar os grupos dos onze - a grupos de extrema esquerda. O dito manual, caricaturiza inadvertidamente os grupos atribuindo-lhes uma série de lugares-comuns e estereótipos tradicionalmente associados aos

---

<sup>320</sup> BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 98.

<sup>321</sup> SILVA, Hélio. **A Ameaça Vermelha**: o Plano Cohen. Porto Alegre: L & PM, 1980, p. 142.

<sup>322</sup> MEZZAROBIA, Orides. **Plano Cohen**: A Consolidação do Anticomunismo no Brasil. *Revista Sequência*: Florianópolis, n.24, p. 92-101, 1992, p. 93.



movimentos sociais de esquerda, tais como, por exemplo, o hábito de utilizar mulheres e crianças como escudos humanos. Ora, nossa pesquisa indicou a raríssima participação feminina nos grupos o que já demonstraria a falácia documental. Uma simples pesquisa na rede mundial de computadores mostra como esse mito é, ainda hoje, difundido pela opinião pública conservadora e imputado aos mais variados movimentos sociais, tais como o Movimento dos Sem Terra ou movimentos indígenas.<sup>323</sup>

Boa parte das ações propostas pelo “manual” dos Grupos dos Onze articulava justamente com os maiores medos da sociedade brasileira do período. Principalmente o imaginário anticomunista que, como vimos nos capítulos anteriores, vivia um ponto alto no país. A relação dos grupos com os comunistas, apesar de na base dos grupos até existir em certa medida, era utilizada como forma de demonstrar como as ações civis e militares que efetuou o movimento de abril de 1964 teriam sido inevitáveis. Assim como no Caso Cohen, em 1937, o anticomunismo como chave para golpes de Estado pode servir para compreendermos as condições de produção do “Manual dos Grupos dos Onze” e o seu posterior “vazamento” para a imprensa. Patto de Sá já demonstrou como a ocorrência de manipulações era um elemento constante no história do anticomunismo brasileiro. Assim, muitas vezes “o terror anticomunista foi artificialmente insuflado, visando a obtenção de ganhos políticos, eleitorais e até pecuniários”.<sup>324</sup> Não devemos, contudo, perder de vista que muitos grupos e indivíduos agiam por convicções e não por oportunismo. Ainda assim, o medo do comunismo e a produção de “provas” que legitimasse o movimento golpista são lutas que compõem a guerra de memória sobre o período.

A força dessa legitimação foi tamanha que invadiu a retórica de muitos dos que participaram dos grupos. Aliatar, por exemplo, em seu depoimento, colocou que “nosso Grupo dos Onze não era comunista, mas sabe como são os comunistas, eles podiam estar nos enganando para depois nos usar”.<sup>325</sup> Como podemos perceber, muitos dos pertencentes aos grupos

---

<sup>323</sup> Ver matérias e comentários disponíveis em: <http://www.amazonia.org.br/noticias/print.cfm?id=202155>>. <  
<http://voce.estadao.com.br/ottogluck,7>>. <  
[http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/comentarios/reforma\\_agraria\\_all-22.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/comentarios/reforma_agraria_all-22.shtml)>. Acesso em: 27 mai. 2011.

<sup>324</sup> MOTTA, Rodrigo P. Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**, p. 280.

<sup>325</sup> SILVA, Aliatar. Entrevista concedida ao autor em Brusque no dia 10/04/2009.

passaram a corroborar com as teses montadas posteriormente, redefinindo sua própria atuação no movimento.

Lutas pela memória nunca são definidas. No nosso caso, percebemos que os grupos dos onze são objeto, desde Abril de 1964, de batalhas incessantes por uma justificativa que transformasse o Golpe Civil-Militar numa “contra-revolução”. Esta, por sua vez, representaria uma ruptura completa no rumo da frágil democracia constitucional brasileira que, na visão dos grupos conservadores que tomaram o poder, necessitaria de uma “mão forte” que guiasse o país para um “futuro seguro e promissor”. Um governo “sério” e “enérgico” que primaria por algumas diretrizes básicas que cimentariam o edifício da dita “Revolução”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as perseguições, as angústias, os arrependimentos, as frustrações, as decepções e as reconstruções referentes ao período que antecedeu o Golpe Civil Militar de Abril de 1964, os grupos dos onze apareceram frequentemente em diversos textos e discursos como sendo um exemplo do quão radical e antidemocrática era a esquerda brasileira em meados da década de 1960. Não foram poucos os casos em que os grupos ilustravam uma retórica que, em seu limite, justificava o Golpe de Estado.

O acesso dessa pesquisa a documentos da Comissão de Anistia e do Supremo Tribunal Militar nos obriga a pensar a política de memória histórica no Brasil. Fica evidente que, apesar do intenso trabalho do Ministério da Justiça, após a conjugação de forças nos diferentes poderes do governo brasileiro, desde 1979 vemos, ao invés de uma “política de memória”, uma “política de esquecimento” sendo implantada no Brasil. Nesse sentido, cabe lembrar, aqui, uma declaração recente do ex-Ministro da Defesa, Nelson Jobim. Segundo ele, “existem países sulamericanos que estão ainda refazendo o passado, não estão construindo o futuro. Prefiro gastar minha energia construindo o futuro”. Com frases como essas, Jobim repelia, em 2009, a revisão da Lei de Anistia.<sup>326</sup>

A necessidade de revisão da legislação se torna emergencial principalmente se pensarmos questões ainda candentes no universo repressor do Estado brasileiro contemporâneo (como, por exemplo, a situação degradante e desumana encontrada nas delegacias e presídios do país). Devemos sim, avaliar o passado recente do Brasil para ampliarmos as discussões acerca de direitos humanos, liberdade política e autoritarismo do Estado para, a partir disso, refletirmos as questões extremamente atuais referentes à cidadania brasileira e a um projeto de democracia ainda embrionário.

Discutir as formações dos grupos dos onze em Santa Catarina foi, também, discutir o que seria a democracia brasileira. Não concordamos com as interpretações históricas que dizem que tais grupos teriam sido uma das formas utilizadas pela esquerda para aplicar um Golpe de Estado no Brasil. Nesse sentido recorreríamos ao que seria “democracia” e ao sentido proposto para esse termo já naquele período. As reformas de base não

---

<sup>326</sup> Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2009/06/11/jobim-punir-militares-por-tortura-na-ditadura-revanchismo-756300740.asp> > Acesso em: 10 de out. 2010.

poderiam ser consideradas como uma revolução no sistema econômico e social brasileiro. Suas propostas visavam a alteração da legislação com o intuito de modificar a atrasada estrutura capitalista brasileira. Os grupos mais radicais (e aqui podemos incluir os brizolistas) defendiam as reformas a um ponto extremo e, nesse extremo, propunham consultas populares com o objetivo de pressionar o Congresso e o governo tendo como horizonte o desenvolvimento capitalista brasileiro. Portanto, agiam no sentido de ampliar a participação de democrática de trabalhadores na sociedade brasileira.

Percebemos através de nossa análise dos grupos dos onze catarinenses, que em momento algum esses grupos planejaram ou vislumbraram ações que poderíamos considerar “antidemocráticas”, nem sequer para a frágil democracia liberal na qual o Brasil estava mergulhado no início dos anos 1960. Em diversos casos, a participação política dos seus integrantes se limitou a assinatura de atas de formação. Algumas, aliás, nem sequer enviadas para posterior formalização junto aos líderes nacionais e à Rádio Mayrink Veiga.

Em outros casos, percebemos a organização de uma ou duas reuniões com o objetivo de formações políticas e discussões acerca dos problemas nacionais. Algumas encabeçadas por pessoas vinculadas a partidos políticos fora do círculo de atuação direta do PTB, como é o caso, por exemplo, dos grupos do Vale do Itajaí e do Correios de Florianópolis, quando o PCB tomou a frente nas formações dos núcleos. Nesses casos os pecebistas se tornaram os membros mais atuantes desse movimento. Ainda assim, a proposta no interior dos grupos era a de defender as reformas de base para desenvolver o capitalismo brasileiro. Mesmo para esses comunistas, só o país alcançasse o patamar de uma economia capitalista “madura”, é que seria possível pensar em uma revolução socialista no Brasil (como estava desenhado no projeto político pecebista do período).

Durante a pesquisa percebemos o quanto o perfil político dos participantes dos grupos era diversificado. Nesse sentido compreendemos e discutimos o trabalhismo como uma cultura política que extrapolava as fronteiras do petebismo, alcançando, em diversos momentos os próprios comunistas. Não obstante, como resultado dessa pesquisa entendemos que os grupos dos onze se definiram de forma extremamente heterodoxa e complexa. Tal complexidade se visibiliza pela abrangência dos próprios perfis individuais dos participantes. Sujeitos com formações díspares, oriundos de diversas partes do estado e datados de inspirações políticas as mais diversas.

Aqui vale falar dos perfis profissionais. Em Santa Catarina os grupos dos onze foram formados, basicamente, por trabalhadores urbanos. Mais especificadamente por indivíduos vinculados ao funcionalismo público (como, por exemplo, os funcionários dos Correios), médicos, contadores, alfaiates, barbeiros, carpinteiros, comerciantes, açougueiros... Ocupações que identificavam esses sujeitos às cidades, mesmo em regiões com grande maioria de trabalhadores na área rural, como o caso de Ituporanga. Também é importante lembrar a media etária dos participantes. Apesar das diferenças de idade, o que percebemos foi uma certa homogeneidade geracional. De forma geral, pode-se dizer que os membros dos grupos dos onze tiveram sua formação política no final do Estado Novo, no retorno de Getúlio ao poder e durante a Campanha do “Petróleo é nosso”. Um período que, com sabemos, provocou intensa movimentação política no Brasil.

Apesar de avaliarmos um padrão de formação nos grupos, constatamos que os grupos dos onze constituíram-se de diferentes modos e com diferentes objetivos. Como projeto imediato fica claro que em todos os exemplos catarinenses, os grupos defendiam as reformas de base e apoiavam, em diferentes medidas, a retórica empregada pelos petebistas que classificamos como pertencentes ao grupo compacto do partido. Nesse caso, vemos uma defesa da economia nacional e uma consequente crítica ao imperialismo estadunidense. Mesmo assim, esses projetos variavam em grande medida quando o discurso dos mesmos ultrapassava as reformas e invadia questões particulares como garantia de emprego, aumento salarial ou mesmo disputas sindicais. Em outros grupos percebemos objetivos que iam da simples defesa de Leonel Brizola como candidato a Presidência da República até projetos que tinham um horizonte socialista como o pano de fundo da formação dos grupos.

O movimento dos grupos dos onze foi uma experiência que marcou a memória política do Brasil republicano. Sua proposta pouco compreendida e mal alocada nos discursos que legitimam o Golpe de 1964 ainda precisa ser mais bem avaliada nas diversas partes do país. Esta pesquisa procurou através de um interesse pessoal e familiar buscar respostas para dúvidas inspiradas em um menino cuja figura do avô era repleta de mistérios e mitos.

*Comunista, caudilhista, nacionalista, esquerdista.* Talvez Walteu Pacheco fosse tudo isso. Ou talvez não fosse nada disso. Seu Pacheco pode ter sido apenas um homem preocupado com as situações cotidianas enfrentadas pelos trabalhadores brasileiros em suas batalhas diárias pela

melhoria das condições de vida suas e de seus familiares. Enfim, no final dessa pesquisa talvez possamos concluir que ele tenha sido “apenas” uma pessoa “comum”. Um adjetivo pouco grandiloquente, mas que define bem quem foram e são os verdadeiros agentes desta e de outras histórias.

## FONTES

### Fontes impressas

*A Notícia*, Joinville, 1961 e 1964.  
*A Gazeta*, – Florianópolis, 1961 a 1964.  
*Diário do Paraná*, Curitiba, 1966.  
*Diário da Tarde*, 1961 e 1962.  
*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1961.  
*O Albor*, Laguna, 1964.  
*O Dia*, Rio de Janeiro, 2004.  
*O Estado*, Florianópolis, 1961 a 1964.  
*O Município*, Brusque, 2010.  
*Panfleto*, Rio de Janeiro, 1964.

### Fontes Orais

DIAS, Manoel. Entrevista concedida ao autor. Florianópolis, 13 janeiro de 2009.  
MACHADO, Aimberê. Entrevista concedida ao autor. Florianópolis, 02 de agosto de 2010.  
MALHEIROS, Eglê. Entrevista concedida a Milano Cardoso Cavalcante, Florianópolis, 10 de fevereiro de 2004. Disponível no Laboratório de História Oral/UFSC, entrevista nº 476.  
PEREIRA, Francisco José. Entrevista concedida a Kathy Lory Iung D'Avila. Florianópolis, 21 de junho de 2003. Disponível no Laboratório de História Oral/UFSC, entrevista nº 510.  
PEREIRA, Nereu do Vale. Entrevista concedida a Cristina Dellanora. Florianópolis, 23 de outubro de 2004. Disponível no Laboratório de História Oral, entrevista nº 580.  
PEREIRA, Nézio Jacques. Entrevista concedida a Edson Kolosque da Conceição. Florianópolis, 15 de agosto de 2008. Disponível no Laboratório de História Oral/UFSC, entrevista nº 453.  
KRIEGER, Marcílio. Entrevista concedida à Victória Gambetta da Silva. Florianópolis, 24 de fevereiro de 2005. Acervo da autora.  
SILVA, Aliatar. Entrevista concedida ao autor. Brusque, 10 de abril de 2009.  
SOUZA, Gérson Jurandir. Entrevista concedida ao autor. Florianópolis, 20 de março de 2009.

## **Acervos Públicos**

### **Arquivo da Comissão de Anistia – Ministério da Justiça, Brasília, DF.**

BRASIL. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. Processos 2001.01.04917; 2005.01.49499; 2001.01.04918; 2001.01.04990; 2002.01.09816; 2001.01.05628; 2003.01.23037; 2002.01.06350; 2001.01.05627; 2001.01.04916; 2001.01.04911; 2001.01.02388; 2002.01.07831; 2001.01.01825; 2002.01.07833; 2001.01.04046; 2001.01.05619; 2001.01.05617; 2001.01.05621 e 2003.01.32146.

### **Arquivo do Supremo Tribunal Militar, Brasília, DF.**

BRASIL. Superior Tribunal Militar. Documentos: Autos Findo 638/64 maço: 1226; Autos Findo 679/64 maço: 1163 PO 298; Apelação 35843/66; Apelação 37880/72; Apelação 35843/66; Autos Findo 459/67 maço: 41; Apelação 36517; Apelação 38015; Apelação 37450; Autos Findo 1001/68 maço: 1374; Autos Findo 679/66 e Apelação 38948.



## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. **Cultura política e leitura do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2007
- ARMONY, Miguel. **A Linha Justa**: A Faculdade Nacional de Filosofia nos anos 1962-1964. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- ARNS, Paulo Evaristo (Ed.). **Brasil Nunca Mais**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
- BALDISSERA, Marli de Almeida. **Onde estão os Grupos de Onze**: os Comandos Nacionalistas na região do Alto Uruguai – RS. Passo Fundo, EPF Editora, 2005.
- BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- \_\_\_\_\_. **O governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil: 1961-1964 – 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- BARBOSA, Vivaldo. **A Rebelião da Legalidade**: documentos, pronunciamentos, noticiário, comentários. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **O Governo Janio Quadros**. São Paulo: Brasiliense, 1981
- BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOSI, Eclea. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina**: 1945 – 1979. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990.
- CARVALHO, Jose Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990
- \_\_\_\_\_. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CHACON, Vamireh. **História das ideias socialistas no Brasil**. 2º Ed. ver. E aum. Fortaleza, Edições UFC; Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional**: o poder militar na América Latina. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

COUTO, Adolpho João de Paula. **Revolução de 1964**: a versão e o fato. Porto Alegre: Gente do Livro, 1999.

D'ARAUJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma e poder**: O PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

DREIFUSS, Rene Armand. **1964, a conquista do estado**: ação política, poder e golpe de classe. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, Adriano e FONTES, Paulo; "O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947- 1953)". **Cadernos AEL** – Dossiê Populismo e trabalhismo, v.11, n.20/21, 2004.

FALCÃO, Armando. Tudo a declarar. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FELIZARDO, Joaquim Jose. **A legalidade**: ultimo levante gaúcho. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1988

FERRARETO, Luiz Artur. **Radio e capitalismo no Rio Grande do Sul**: as emissoras comerciais e suas estratégias de programação na segunda metade do século 20. Canoas: Ed. ULBRA, 2007

FERREIRA, Jorge. **A estratégia do confronto**: a frente de mobilização popular. Rev. Bras. Hist., 2004, vol.24, no.47.

\_\_\_\_\_. **A legalidade traída**: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF. 1997, vol.2, n.3, p.149-182

\_\_\_\_\_. **João Goulart**: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. **O imaginário trabalhista**: getulismo, PTB e cultura política popular. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

\_\_\_\_\_; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

\_\_\_\_\_; REIS, Daniel Aarão (org.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964)**. As Esquerdas no Brasil. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996.

FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou Reformas?** Alternativas democráticas à crise política – 1961-1964. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

FIGUEIREDO, Ney. **Políticos ao entardecer**: poder e dinheiro no outono de Vargas, JK, Geisel, Café Filho, Brizola, Andreazza, Covas e Lacerda. São Paulo: Editora de Cultura, 2007.

FONSECA, Alexandre Torres. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Programa de Pós-Graduação em História. **Paulo Francis**, do teatro à política: “perdoa-me por me traíres”. Belo Horizonte, 2001.

FRANCO JUNIOR, Hilário. **A Dança dos deuses**: futebol, cultura, sociedade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

GIULIANOTTI, Richard. **Sociologia do futebol**: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1994.

\_\_\_\_; D'ARAUJO, Maria Celina. **Getulismo e trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_ (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GONGALEZ CASANOVA, Pablo. **América Latina**: história de meio século. Brasília: Ed. UnB, 1988.

GOENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo, Ática, 1987.

HOBSBAWN, Eric. **Como mudar o mundo**: Marx e o marxismo, 1840-2011. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_. **Nações e Nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_. **Sobre história**: ensaios. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

JUREMA, Abelardo. **Sexta-feira 13**: os últimos dias do Governo João Goulart. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1964.

LEITE FILHO, Francisco das Chagas. **El Caudillo**: Leonel Brizola, um perfil biográfico. São Paulo: Aquariana, 2008.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e políticos de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC: Lunardelli, 1983

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 2. Ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. **1961**: que as armas não falem. São Paulo: Ed. Senac, 2001.

MARTINS, Celso. **Os comunas**: Álvaro Ventura e o PCB catarinense. Florianópolis: Paralelo 27: Fundação Franklin Cascaes, 1995.

MEDEIROS, Ricardo. **História do rádio em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 1999

MEZZAROBBA, Orides. **Plano Cohen**: A Consolidação do Anticomunismo no Brasil. *Revista Seqüência*: Florianópolis, n.24, p. 92-101, 1992.

MIGUEL, Salim. **Primeiro de abril**: narrativas da cadeia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

MORAES, Denis de. **A Esquerda e o Golpe de 64**: vinte e cinco anos depois as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MORAES, Maria Blassioli. **A Ação Social Católica e a Luta Operária**. A experiência dos jovens operários católicos em Santo André. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MORETTI, Serenito. **Movimento Estudantil em Santa Catarina**. IOESC: Florianópolis, 1984.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturas políticas na história**: novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009

\_\_\_\_\_. **Em guarda contra o "perigo vermelho"**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

\_\_\_\_\_. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte (MG): UFMG, 2008.

MUNTEAL, Oswaldo. João Goulart e Salvador Allende: a luta contra a dependência na América Latina. **Comum** [Rio de Janeiro], Rio de Janeiro, v.13, n.30, p. 24-58, jan. 2008.

NIEBUHR, Marlus. **Memória e cotidiano do operário têxtil na cidade de Brusque**: a Greve de 1952. Dissertação (Mestrado em História do

Brasil) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

PACHECO, Diego. **Subversão Sem Armas**: A formação e atuação dos Grupos dos Onze em Santa Catarina (1963 – 1964). Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – UFSC, Florianópolis, 2009.

PARANHOS, Adalberto. **O roubo da fala**: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Domingos do Brasil**: futebol, raça e nacionalidade na trajetória de um herói do Estado Novo. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v.13, n.2, p. 193-214, jul. 2007.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social**; Rev, Sociol, USP, São Paulo, 2: 113-128, 2.sem. 1990.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

SCHILLING, Paulo. **Como se coloca a direita no poder**. São Paulo: Global, 1979.

SIQUEIRA, Uassyr. Trabalhadores Paulistanos: Os associados e as “vítimas da pinga”. **Revista de História Social**, Campinas, v.13, n. 14/15, p. 101-119, 2008.

SILVA, Hélio. **A Ameaça Vermelha**: o Plano Cohen. Porto Alegre: L & PM, 1980.

SILVA, Victoria Gambetta. **Juventude Operária Católica em Santa Catarina**. (1948 – 1970) Trajetória, Memórias e Experiências. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SILVEIRA, Norberto. **Reportagem da Legalidade** (1961-1991). Porto Alegre: NS Assessoria em Comunicação Ltda, 1991.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro: Saga, 1969.

SOUSA, Fernando Ponte de. **Política de memória histórica**: um estudo de sociologia histórica comparada. Florianópolis: UFSC, 2011.

SZATKOSKI, Elenice. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. Programa de Pós-Graduação em História. **Os Grupos dos Onze**:

política, poder e repressão na região do Médio Alto Uruguai – RS 1947/1968. Porto Alegre, 2003.

\_\_\_\_. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Programa de Pós-Graduação em História. **O jornal O Panfleto e a construção do brizolismo**. Porto Alegre, 2008.

TEDESCO, João Carlos. **Nas Cercanias da Memória**: temporalidade, experiência e narração. Passo Fundo: UFP; Caxias do Sul: EducS, 2004.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**: a força dos trabalhadores. V:3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002

\_\_\_\_. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser; tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Paul Richard. **A voz do passado**: história oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB**: fábrica de ideologias. São Paulo: Ática, 1982.

\_\_\_\_. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, Rio de Janeiro, n.19, p.44-45, 2004.

\_\_\_\_. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo. v. 24, n. 47, p. 14 – 28, jul.2004.

\_\_\_\_. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

TOTA, Antonio Pedro. **A locomotiva no ar**: rádio e modernidade em São Paulo 1924 – 1934. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura/PW, 1990.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1980.

WILLIAM, Wagner. **O soldado absoluto**: uma biografia do marechal Henrique Lott. Rio de Janeiro: Record, 2005.

**ANEXO**  
**Lista de pessoas acusadas de participação em grupos dos onze**  
**em Santa Catarina**

